

Aline Miranda Cardoso | Arlene Vieira Trindade
Camila Nogueira Chaves Mesquita | Jessica Oliveira Monteiro
Jonatas Lima Valle | Patricia Lima do Nascimento | Simone Eliza do Carmo Lessa

O trabalho das assistentes sociais na política de assistência estudantil da rede federal do Estado do Rio de Janeiro



Aline Miranda Cardoso | Arlene Vieira Trindade
Camila Nogueira Chaves Mesquita | Jessica Oliveira Monteiro
Jonatas Lima Valle | Patricia Lima do Nascimento | Simone Eliza do Carmo Lessa

O trabalho das assistentes sociais na política de assistência estudantil da rede federal do Estado do Rio de Janeiro



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O trabalho das assistentes sociais na política de assistência estudantil da rede federal do estado do Rio de Janeiro

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T758 O trabalho das assistentes sociais na política de assistência estudantil da rede federal do estado do Rio de Janeiro / Aline Miranda Cardoso, Arlene Vieira Trindade, Camila Nogueira Chaves Mesquita, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Outros autores
 Jessica Oliveira Monteiro
 Jonatas Lima Valle
 Patricia Lima do Nascimento
 Simone Eliza do Carmo Lessa

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-258-2162-7
 DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.627241701>

1. Assistência social - Rio de Janeiro (Estado). I. Cardoso, Aline Miranda. II. Trindade, Arlene Vieira. III. Mesquita, Camila Nogueira Chaves. IV. Título.

CDD 343.810523

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil (NEEAE) e o Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (NUMAR) são dois grupos de pesquisa fluminenses vinculados a diversas instituições públicas do campo educacional, a saber: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Federal Fluminense (IFF)¹, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)² e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Estivemos juntos na construção do planejamento, realização das entrevistas, sistematização dos dados e desdobramentos do presente estudo, a saber, realização de eventos e publicações, com vistas a contribuir com a qualificação e articulação dos profissionais inseridos na política de assistência estudantil.

Nosso estudo foi realizado no período de 2017 a 2019, ocasião em que realizamos a pesquisa via questionário no formato online e físico, a fim de nos aproximarmos da configuração do trabalho das assistentes sociais em programas de assistência estudantil da rede federal de educação do Estado do Rio de Janeiro.

Desta forma conjugamos dois projetos: “*Mapeamento interinstitucional sobre o exercício profissional de assistentes sociais na política de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino do estado do Rio de Janeiro*”, aprovado pelo edital PIBICT / PROCIÊNCIA 2017-2018, no âmbito do IFRJ³, e “*Assistência Estudantil: sentidos, potencialidades e limites*”, aprovado como projeto de pesquisa em 2016, junto a então Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Uerj, no caso do NEEAE.

Iniciamos nosso estudo conjunto, em 2017, após um encontro casual, nos caminhos da vida. Apesar de nos conhecermos pessoal e profissionalmente, desconhecíamos que estávamos organizando pesquisas sobre temas em comum, ou seja, que tratavam sobre programas de assistência estudantil e do trabalho da assistente social neste processo. Assim, por afinidade intelectual

1 Destaca-se que quando o Numar iniciou suas ações, a assistente social que hoje está lotada no IFF esteve vinculada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) até o início de 2020.

2 Destaca-se que a assistente social vinculada à UFRRJ passou a integrar o Numar em 2019, após ter sido entrevistada pela pesquisa.

3 Considerando que todos os assistentes sociais integrantes do Numar são técnicos administrativos da educação que atuam na política de assistência estudantil de suas respectivas instituições e que, portanto, a realização de pesquisas científicas não figura como atribuição principal, estrategicamente foram formalizados projetos de pesquisa de extensão para garantir a atuação destes profissionais nesta e em outras frentes vinculadas ao Núcleo. Além do projeto formalizado no IFRJ, desde 2017, tivemos a formalização do Projeto de Pesquisa e Extensão Articulado e Potencializando o Serviço Social na Assistência Estudantil no Cefet/RJ. Ainda assim, como será observado, não foi possível garantir uma atuação permanente de todos os membros, sobretudo, nos momentos de seleção para os Programas de Assistência Estudantil de cada IFE, o que normalmente sobrecarregava o assistente social e o impedia de se dedicar a outras frentes de trabalho. Esse motivo, acrescido de outros aspectos, explica o fato da pesquisa se prolongar por quase dois anos para finalizar a parte de aplicação dos questionários nas equipes pesquisadas.

e política, juntamos nossas ações e reflexões, entendendo que nosso objeto é amplo, complexo, em permanente transformação, relevante para a profissão e para a política educacional, demandando diversos olhares atentos e críticos. Neste sentido, nossa articulação soma esforços e amplia possibilidades de estudos, de aprendizagem e de trocas e de produções.

O desejo de conhecer e mapear os dados sobre a realidade de trabalho das assistentes sociais nos programas de assistência estudantil nasceu da nossa vivência profissional neste campo. A articulação Numar-NEEAE contou com 09 assistentes sociais atuantes no âmbito da educação⁴, uma delas docente, com experiências no campo da assistência estudantil e alunos da graduação e ensino médio⁵.

Trata-se de um grupo de mulheres (temos somente um homem conosco), que aceitaram o desafio de fazer pesquisa acadêmica, em uma conjuntura de desvalorização desta experiência e de regressões de direitos, no qual as condições para a tarefa de coletar dados da realidade e analisá-los eram especialmente desfavoráveis. Havia na maior parte do tempo, o acúmulo de atribuições profissionais e pessoais do grupo, dificuldades de tempo pelas múltiplas jornadas que a condição feminina nos impõe, além de questões graves, como a falta de salário e de bolsas vivenciadas em alguns momentos entre 2017 e 2019. Em outras palavras, fizemos a pesquisa com muita ousadia e esforço coletivo, sistematizando-a, especialmente, na pandemia.

Em função da composição de maioria feminina em nosso grupo e considerando que estamos em uma categoria profissional de mesmo tipo, vamos nos referir às assistentes sociais sempre no feminino.

Somos oriundas de realidades institucionais distintas - de universidades federais, uma delas completando cem anos, recentemente, que experimentaram as protoformas de assistência estudantil, antes mesmo da organização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), uma universidade estadual, com sete décadas de vida, pioneira nas cotas, mas possuidora de uma estrutura de atenção ao estudante ainda em construção e dos Institutos Federais, organizações recentes que vivenciaram processo de ampla e precarizada expansão e interiorização. Entendemos que essa diversidade enriquece nossa análise.

Consideramos importantíssimo pensar sobre uma política que emprega um grande número de assistentes sociais e que é um dos nossos espaços

4 Além das 08 assistentes sociais que assinam este trabalho, na maior parte do período, contamos também com a participação de uma assistente social do *campus* de Petrópolis do Cefet/RJ. No entanto, no atual momento, a mesma está provisoriamente afastada dos projetos vinculados ao Numar.

5 No Cefet/RJ, os técnicos administrativos podem ser coordenadores de projetos de extensão. No entanto, os bolsistas só podem ser da educação básica. Nesse sentido, tivemos a participação de um estudante do Ensino Médio Integrado participando do projeto como bolsista.

ocupacionais que mais se expandiu nos últimos anos nacionalmente. Trata-se de uma experiência de trabalho desafiadora, por meio da qual assistentes sociais têm sido chamadas a atuar no acesso e na permanência estudantil, com destaque para o trabalho nas análises socioeconômicas, campo complexo e marcado por muita burocracia. A assistência estudantil é um campo estratégico politicamente para a democratização das instituições formadoras, no qual as assistentes sociais possuem protagonismo. Além disso, é uma política dotada de grande visibilidade, especialmente, entre estudantes.

1.1 OS PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS E METODOLOGIA

As ações da pesquisa foram iniciadas a partir do levantamento das instituições a serem analisadas e de contatos com as respectivas assistentes sociais atuantes nas mesmas. Feito esse mapeamento inicial (restrito ao Rio de Janeiro e região metropolitana, inicialmente), foi preciso construir nossos instrumentos de análise - questionário individual enviado de forma online a cada assistente social e um roteiro de entrevista semi-estruturado para aplicação presencial à equipe de cada instituição. Organizamos, portanto, a coleta de dados presencial e remotamente, para a seguir aplicá-los na fase da pesquisa propriamente dita. Além disso, inovamos no procedimento de coleta, realizando rodas de conversa a cada visita institucional⁶, para as quais levantamos um rol de perguntas.

A proposta das rodas de conversa, uma das frentes de atuação do Numar, merece destaque. Esta consistia na realização de encontros, durante as visitas institucionais, para discutir temáticas polêmicas⁷ que atravessam o exercício profissional da assistente social atuante na assistência estudantil. Os temas derivam de preocupações identificadas em uma roda inaugural da pesquisa, realizada no IFRJ, em agosto/2017, na qual foram categorizados sete assuntos distintos de grande interesse da categoria.

Observamos que os temas elencados para discussão ainda eram pouco trabalhados pela academia e discuti-los, exclusivamente em círculos de debates

⁶ Vale ressaltar que as rodas de conversa, na verdade, pertenciam a uma frente inicial de atuação, separada do mapeamento. No entanto, durante o desenvolvimento das ações estas duas frentes passaram a ser realizadas de forma simultânea na própria instituição visitada (em turnos/horários distintos) para aproveitar o deslocamento dos membros dos núcleos e das próprias equipes visitadas, que, normalmente, contavam com a presença de assistentes sociais lotadas em distintos *campi*.

⁷ As principais temáticas das rodas de conversa foram: A análise socioeconômica: o debate sobre a padronização e a autonomia profissional; As demandas administrativas postas aos assistentes sociais da assistência estudantil: o debate sobre as competências e atribuições; As dificuldades do Serviço Social em atuar em equipes multiprofissionais no âmbito das instituições de ensino; Os impactos nos profissionais de uma relativização do conceito da assistência estudantil, principalmente, no que tange à divisão do orçamento e as prioridades; Os aspectos da regulamentação e da infraestrutura que envolvem a formalização da política da assistência estudantil; A condicionalidade para o acesso/permanência aos programas da assistência estudantil; A estigmatização do bolsista, no espaço acadêmico brasileiro, no qual ainda impera a lógica secular do mérito e da excelência.

com assistentes sociais de diferentes Instituições Federais de Ensino (IFEs), foi uma estratégia central. Essas experiências foram registradas em relatórios técnicos como forma de identificar os possíveis encaminhamentos, observando novas temáticas de debate.

Rememoramos que após a primeira roda⁸, diante da realidade encontrada, avaliamos que seria melhor realizá-las de forma itinerante, na intenção de alcançar um maior número de participantes.

A partir da segunda visita decidimos aproveitar a nossa ida até a instituição para executar a atividade de pesquisa de campo com os profissionais. Nesse momento, era aplicado o questionário só com a equipe da instituição que nos recebia, e, apenas num segundo momento, era aberta a participação de profissionais de outras instituições para a realização da roda de conversa.

Nosso ciclo foi encerrado no final de 2019, totalizando nove visitas institucionais e rodas de conversas, entre os anos de 2017 - 2019, com diferentes temas em diversas instituições, traduzindo um longo percurso de levantamento de dados e de ricos diálogos que se desenvolveram em meio às nossas rotinas profissionais, em um país em caminhada conservadora.

Nossa pesquisa se desenvolveu em um tempo histórico bastante conturbado. O país passou por mudanças bastante complexas e regressivas, desde 2016, envolvendo um golpe jurídico-político-parlamentar e midiático, contrarreformas no Ensino Médio e na proteção Trabalhista e Previdenciária, o congelamento de investimentos de recursos para políticas públicas, cortes orçamentários de grande monta, desqualificação da educação pública e do pensamento científico e a construção de ofensas aos atores envolvidos nesta política, além da eleição de um presidente que tem como projeto de governo medidas ultraneoliberais e neofascistas⁹.

Portanto, enquanto pesquisávamos e dialogávamos com a categoria, um projeto de país e de educação conservadores era gestado e materializado, o que está refletido nos dados em que tratamos das condições de trabalho. Da mesma forma, enquanto pesquisávamos, a política educacional, campo no qual nosso

8 Essa roda de conversa foi realizada em maio/2017 no Cefet/RJ e, além da participação de profissionais dessa instituição que participam de um grupo de trabalho responsável pela construção da Política de Assistência Estudantil na instituição, contou com a participação de assistentes sociais do Cefet/RJ, UNIRIO e IFRJ. A atividade contou com a apresentação da dissertação de mestrado da assistente social Priscila Smith, intitulada: "A política de assistência estudantil e o trabalho do assistente social no Cefet/RJ".

9 Dialogando com Boito Jr (2019), afirmamos que a conduta dominante do governo Bolsonaro é neofascista, apesar de estarmos na democracia burguesa. O autor argumenta que é possível ter um governo de postura neofascista, sem que haja caminhada, necessariamente, para a ditadura fascista. Do ponto de vista da democracia burguesa temos o Congresso aberto e influenciando os rumos da vida pública, eleições em curso, partidos e sindicatos em funcionamento, por ora, sem ataques violentos na sua organização. Como postura neofascista, em diálogo com Umberto Eco (2018), destacamos no Brasil: a rejeição da modernidade, o apelo ao reacionarismo, aos frustrados e ressentidos, a criação de inimigos imaginários ora fortes e ora fracos, o machismo e ode às armas, desprezo pelos fracos.

objeto se desenvolve, vinha se tornando cada vez mais espaço de disputa por hegemonia na sociedade brasileira.

Posta a questão da conjuntura, interessa-nos destacar os passos do nosso estudo. Metodologicamente, trata-se de uma análise exploratória em que a relação entre sujeito e objeto é intensa, pois quem estuda possui vivências comuns com a realidade observada e com os sujeitos pesquisados, ou seja, somos assistentes sociais conhecendo o trabalho de outras assistentes sociais. Prates (2012) nos fala dessa identificação entre sujeito e objeto, além da busca inalcançável pela totalidade do fenômeno social, no campo das ciências sociais. A construção deste conhecimento é, portanto, implicada, coletiva, dotada de proximidade/identificação entre quem pesquisa e quem é pesquisado, fundamentada em princípios éticos da profissão e da pesquisa.

Estamos em busca de conhecer o objeto sob a perspectiva da criticidade, tentando ir além do que é aparente, isolado e individual. Buscamos conhecer os sujeitos que constroem essa política e suas condições de trabalho, considerando as particularidades, a historicidade e as contradições contidas nestes processos.

A teoria que nos orienta está alicerçada na tradição marxista por sua capacidade de análise da sociedade capitalista em sua historicidade, totalidade, dinamicidade, contradições bem como pela possibilidade de reconstruir as múltiplas e intrincadas determinações e mediações que compõem o nosso objeto (MARX, 2013). Estas se expressam em uma totalidade complexa, que se materializa em um país periférico na economia internacional, que desenvolve políticas educacionais tardias, em uma realidade extremamente desigual, no qual as recentes condições de acesso e permanência nos espaços de formação são mediadas pelas condições socioeconômicas. Tudo isso tendo como pano de fundo um projeto educacional que tem a intenção de formar força de trabalho para o emprego simples, característico da periferia econômica.

Esta é uma contradição essencial do nosso objeto: pensar o trabalho das assistentes sociais, no sentido de organizar condições de permanência, combate à evasão e conclusão do curso, para os poucos jovens e adultos que conseguem acessar a educação em seus diversos níveis e modalidades, em uma realidade adversa, desigual e sem garantias de ocupação para todos os egressos. Assim, a imensa luta para garantir a permanência e a conclusão, não impacta no acesso ao emprego e na área em que houve a formação.

Ainda pensando na metodologia e fazendo uma maior aproximação com o nosso objeto, em busca das mediações que nos apoiem para melhor compreendê-lo, é preciso pensar nos sentidos da política educacional e da assistência estudantil, no quando e no porquê se estruturam ações de acesso e permanência, pensando ainda na relevância social, cultural e econômica das

instituições formadoras e no público usuário. É preciso, também, pensar nas suas condições de funcionamento e financiamento, nas formas como os usuários da política se integram (ou não) a estes espaços. Pensar, ainda, nos profissionais que atuam nessa política. Em que condições se formaram, experiências profissionais, como são suas condições de trabalho e como suas possibilidades de exercício laboral impactam no acesso e permanência dos estudantes. Esses são eixos da nossa pesquisa que irão compor a presente reflexão.

Importa-nos, ainda, detalhar melhor como foi realizada a coleta de dados. Pensamos em um formato que pudesse nos aproximar das equipes, visto que também somos assistentes sociais com experiências neste campo. Assim, foram realizados contatos institucionais com os espaços a serem pesquisados, seguido de envio de carta em que apresentávamos nossa proposta de estudo. Acolhida a proposta pela equipe da instituição, conforme mencionamos anteriormente, eram realizados dois movimentos paralelos: 1) encaminhávamos questionário individual a ser preenchido online; 2) apresentávamos a organização da roda de conversa e debatíamos a temática mais interessante para a instituição em conjunto também com a equipe. Os temas giravam em torno das condições de trabalho, sobre concepções de assistência estudantil, equipes de trabalho e ações multiprofissionais, análise socioeconômica, demandas administrativas solicitadas aos profissionais, orçamento e meritocracia.

O próximo passo era a divulgação da atividade junto à categoria e a visita institucional, momento em que aplicávamos um questionário coletivo, de forma presencial, sobre as condições de trabalho. Na ocasião, apresentávamos também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos pesquisados.

Por fim, no mesmo dia de aplicação do questionário coletivo, na parte da tarde, realizávamos a roda de conversa. Conforme mencionamos anteriormente, ao todo foram realizadas nove visitas e rodas de conversas, com a presença de aproximadamente 79 profissionais vinculados à assistência estudantil.

Durante as visitas, em diálogo com as colegas, fazíamos registros de dados que extrapolavam o questionário semiestruturado presencial, visto que a realidade encontrada era muito rica, diversa e em transformação no contexto de regressões já citado, cheia de nuances que extrapolavam o instrumento¹⁰. Este registro é um dado que complementa o estudo sobre as condições de trabalho, sem prejuízo dos dados quantitativos.

Foram analisados 50 questionários individuais, relativos a 8 instituições de formação básica e superior da rede federal (são 4 universidades e 4 instituições que atuam na educação básica e de nível superior), de um total de

10 As atividades foram gravadas, sempre com o consentimento das equipes, como memória e como objeto para o caso de alguma dúvida a respeito das anotações.

10 organizações no Estado do Rio de Janeiro (8 federais e 02 estaduais) que executam programas de assistência estudantil. Esses números expressam que alcançamos a totalidade das instituições federais¹¹ na análise, restando apenas a esfera estadual. Ademais, atingimos 50 das 81 assistentes sociais atuantes à época da aplicação dos questionários no âmbito da assistência estudantil das IFEs do estado do RJ visitadas.

Como toda pesquisa no campo das ciências sociais está em movimento, assim como a realidade, este é o primeiro estrato da nossa sistematização de dados, que pode nos trazer descobertas sobre o objeto e abrir indagações novas, para estudos futuros. Além disso, transformações da realidade foram inseridas na presente reflexão, em um momento de grande instabilidade política do país em que teve vários ministros da educação¹² e que passa por intenso desfinanciamento da política educacional.

Logo, apresentaremos um panorama dos programas de permanência estudantil das Instituições Federais do estado do Rio de Janeiro, tendo como foco o trabalho das assistentes sociais na assistência estudantil, destacando seu perfil, as instituições nas quais atuam, a população atendida, sua estrutura de trabalho, desafios e possibilidades.

A forma de apresentação dos dados coletados, estará organizada no formato de quadros, tabelas, gráficos e seus comentários. Escolhemos iniciar nosso percurso pela lotação dos profissionais, sua distribuição institucional e seu perfil.

Por fim, é preciso dizer que nosso objetivo, com a reflexão aqui apresentada, é contribuir com a defesa da educação pública de qualidade, com a valorização de seus trabalhadores, com a democratização de seus espaços, por meio de políticas de acesso e permanência.

11 No Brasil hoje, segundo dados do MEC, a rede das instituições federais de ensino conta com 69 universidades, 38 institutos federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet/RJ), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. A importância de pensar o tamanho da rede federal de ensino é também refletir no impacto da ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais bem como nas diferenças entre instituições e suas ações de assistência estudantil.

12 Cabe salientar que o Ministério da Educação sofreu reflexos desta instabilidade político-econômica, fato que pode ser observado na alta rotatividade dos ministros entre os anos 2016-2019. Do governo Temer até o governo de Bolsonaro já tivemos cinco diferentes ministros na pasta.

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino superior
AE	Assistência Estudantil
CAdÚnico	Cadastro Único
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COC	Conselho de Classe
CONSU	Conselho Universitário
COTP	Coordenação Técnico-Pedagógica
COVID-19	Corona Vírus
CPII	Colégio Pedro II
CR	Coeficiente de rendimento
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DAE	Divisão de Apoio ao Estudante
DIRAE	Diretoria adjunta de Assistência Estudantil
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FASS	Ficha de Atendimento do Serviço Social
FIC	Curso de Formação inicial
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFE	Instituição Federal de Ensino
IFEs	Instituições Federais de Ensino
IFF	Instituto Federal Fluminense
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
LGBTQIFobia	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo Fobia
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NAPNE	Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NEEAE	Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil
NOB - RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NUMAR	Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura
PIBICT	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROCIÊNCIA	Programa Institucional de Incentivo à Produção Científica
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUPEREST	Superintendência de políticas estudantis
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio
UNIPAC	Faculdade Presidente Antônio Carlos
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO	1
CAPÍTULO 1 - EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	2
2.1 Perfil das assistentes sociais lotadas na assistência estudantil das IFEs do RJ.....	2
2.2 A prática profissional das assistentes sociais na assistência estudantil das IFES do RJ	10
2.2.1 Instrumentais técnicos.....	10
2.2.2 Expressões da questão social presentes no espaço educacional e principais demandas.....	15
2.2.3 Atribuições e competências profissionais	22
CAPÍTULO 2 - ASPECTOS DA CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES DO RJ	32
3.1 Estrutura da assistência estudantil das IFEs do RJ	33
3.2 As ações da assistência estudantil das IFEs do RJ, segundo os eixos PNAES....	36
3.3 Demandas Estudantis	51
3.4 Distribuição dos recursos da política de assistência estudantil nas IFEs.....	53
3.5 Formatação das bolsas e auxílios por IFE	54
3.6 Configuração e articulação das equipes multiprofissionais da assistência estudantil nas IFEs do Rio de Janeiro	62
DEBATES INCONCLUSOS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS.....	86
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ASSISTENTES SOCIAIS	86
SOBRE OS AUTORES	88

RESUMO

Estudo sobre o perfil profissional e trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais atuantes na política de assistência estudantil da rede federal do estado do Rio de Janeiro. No capítulo 1 apresentamos a metodologia e procedimentos do estudo, no 2 o perfil das profissionais, suas atribuições, competências, principais instrumentos de trabalho e expressões da questão social vivenciadas nas instituições. No capítulo 3 apresentamos a diversa estrutura de implementação da assistência estudantil fluminense, seus recursos, bolsas, auxílios e ainda destacamos debates inconclusos, que se abrem diante de uma política em construção. Neste percurso dialogamos com autores do campo educacional e do Serviço Social.

EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Este capítulo tem como objetivo apresentar as particularidades do exercício profissional das assistentes sociais desenvolvido na assistência estudantil das IFEs do estado do Rio de Janeiro. Para tanto, consideramos relevante apresentar primeiramente o perfil dessas profissionais e, posteriormente, expor a análise da coleta de dados referente à prática profissional, instrumentos, demandas, atribuições e competências profissionais.

2.1 PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS LOTADAS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS IFES DO RJ

Em relação ao perfil das assistentes sociais, iniciaremos apresentando o quantitativo de assistentes sociais existente em cada IFE no período da aplicação dos questionários e o número de profissionais respondentes. Na sequência, outros dados complementares serão expostos.

Tabela 1: Profissionais existentes em cada IFE à época da aplicação dos questionários x profissionais respondentes

Instituição Federal de Ensino	Profissionais lotados na equipe	Profissionais respondentes
UFRJ	15	7
Cefet/RJ	11	8
Unirio	2	2
UFF	12	6
CPII	8	5
IFRJ	17	13
UFRRJ	2	2
IFF	14	7
TOTAL	81	50

Fonte: Elaboração própria.

Para melhor compreendermos o material a ser apresentado, destacamos que os questionários individuais, sobre o perfil profissional, foram enviados eletronicamente para o e-mail de cada assistente social, anteriormente identificada por nossa pesquisa. O convite para o encontro que ocorria durante as visitas institucionais era feito, também, via e-mail.

No encontro presencial aplicávamos o questionário mais geral sobre o trabalho na instituição. Mas, como pode ser observado, tanto o questionário individual quanto o coletivo não tiveram uma adesão da totalidade dos membros das equipes de Serviço Social das unidades pesquisadas.

Nossa hipótese para tanto, diz respeito às dificuldades de participação em uma atividade acadêmica realizada no horário de trabalho. No entanto, conforme pode ser observado na tabela acima, o quantitativo de respondentes é expressivo: ao menos metade da equipe de cada IFE respondeu ao questionário individual, o que torna representativo o perfil que será delineado a seguir.

Passamos agora a destacar o perfil das profissionais pesquisadas, realizando alguns diálogos com a pesquisa sobre as trabalhadoras do Serviço Social dos Institutos Federais (IFEs), realizada em 2012, de caráter nacional e publicada por Prada e Garcia no ano de 2017, bem como refletindo a partir do estudo realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2005. Ambos os estudos foram realizados em momento anterior à pesquisa, mas podem nos dar fundamentos para nossa reflexão.

Seguindo a tendência geral da profissão, há uma predominância feminina entre as assistentes sociais entrevistadas (47 mulheres e 3 homens), assim como na pesquisa de Prada e Garcia (2017). No quesito racial há predominância de assistentes sociais autodeclaradas como negras e pardas (28), sendo seguido por brancas (22).

Tabela 2: Faixa etária das assistentes sociais

Idade	Quantidade
26 a 30 anos	8
31 a 35 anos	22
36 a 40 anos	10
41 a 45 anos	2
46 a 50 anos	2
51 a 55 anos	3
56 a 60 anos	2
acima de 60 anos	1

Fonte: Elaboração própria.

São profissionais, em sua maioria, com idades concentradas na faixa entre 31 e 35 anos, tendo experiências profissionais recentes na área do Serviço Social. Mais da metade dos profissionais estão entre a faixa etária de 26 a 40 anos (Tabela 2) e concluíram a graduação a partir da segunda metade dos anos 2000 (Tabela 3), sendo majoritariamente oriundos de universidades públicas – 92% – (Tabela 4) e todas de ensino presencial. Também na pesquisa de Prado e Garcia (2017), fica evidenciada a formação recente – 53% tinham até 8 anos de formadas – e presencial – em 96% do grupo entrevistado nacionalmente.

Tabela 3: Ano de conclusão da graduação

Ano de conclusão da graduação	Quantidade
até 1980	1
1981 a 1985	1
1986 a 1990	2
1991 a 1995	2
1996 a 2000	1
2001 a 2005	8
2006 a 2010	24
2011 a 2015	11

Fonte: Elaboração própria.

Assim como na pesquisa nacional, observamos importante concentração de profissionais com menor tempo de formação, estando na faixa de 01 a 05 anos - total - 56% -, revelando a presença de assistentes sociais em suas primeiras experiências de trabalho.

O destaque ao quadro de formação recente insere uma discussão importante sobre a categoria em atuação na área da assistência estudantil: são profissionais de formação recente, que encontram uma profissão amadurecida intelectual e politicamente, capaz de elaborar ampla leitura da realidade, dotada de produção relevante sobre a realidade na qual nos inserimos.

Destaca-se ainda, a ampliação do debate sobre o campo educacional, suas contradições e disputas e, mais recentemente, sobre a política de assistência estudantil, culminando em eventos nacionais organizados pelo conjunto CFESS/CRESS e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Assim, por exemplo, no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) cresceu o número de trabalhos da área de educação. Além disso, em 2018, o CFESS promoveu um seminário nacional sobre a assistência estudantil, com a participação de profissionais de todos os estados do Brasil.

Tabela 4: Instituição onde concluiu a graduação

Instituição	Quantidade
UFF*diferentes <i>campi</i>	24
UFRJ	12
Uerj	8
UFJF	2
Unigranrio	1
Unipac	1
F. Redentor	1
F. Santa Luzia	1

Fonte: Elaboração própria.

Importante destacar que, observando o ano de conclusão da graduação, verificamos que temos profissionais formadas no advento das cotas da UERJ – 16% – e 22% de formadas quando já existiam as cotas federais. Isto, nos faz levantar a possibilidade de que as assistentes sociais entrevistadas podem ter sido cotistas, o que reforça a sua fundamentação empírica diante do tema.

Em relação ao tempo de experiência na política de educação predominam aquelas que possuem mais de 4 anos na área (Tabela 5), com maior concentração entre 5 e 10 anos ou mais.

Tabela 5: Tempo de experiência na educação

Tempo de experiência	Quantidade
menos de 1 ano	2
1 a 2 anos	4
2 a 3 anos	6
3 a 4 anos	8
4 a 5 anos	8
5 a 10 anos	10
mais de 10 anos	12

Fonte: Elaboração própria.

Ao nos debruçarmos sobre as informações das Tabelas 3, 4 e 5, podemos inferir que essas profissionais, em sua maioria, se formaram no período de expansão/reestruturação da rede federal de ensino e ingressaram como profissionais, em parte destas mesmas IFEs, a partir de vagas geradas pelo mesmo processo.

Todas as profissionais são estatutários e possuem um nível de qualificação considerável (Tabela 6), pois todas as entrevistadas alcançaram, no mínimo, uma especialização e há aquelas que possuem mestrado e doutorado. Isto, sem considerar as qualificações em andamento, o que pode elevar ainda mais o número de profissionais com um maior nível de qualificação. Além disso, há que se mencionar que a rede federal possui plano de carreira, o que pode contribuir com o estímulo pela busca por qualificação profissional.

Tabela 6: Nível de qualificação

Nível de qualificação	Quantidade
Especialização	16
Mestrado	25
Doutorado	9

Fonte: Elaboração própria.

Observamos, ainda, que cinco profissionais possuem graduação em outra área, sendo uma delas em dois campos diferentes. São elas: Geografia; Letras; Pedagogia; Sociologia e Administração; Gestão em *Call Center* (formação tecnológica).

Também a pesquisa sobre as profissionais dos IFEs, revela a importância da educação continuada das assistentes sociais. Em nível nacional, 96% das entrevistadas possuem pós-graduação (PRADA e GARCIA, 2017). Este dado revela que as assistentes sociais fluminenses e brasileiras da política de assistência estudantil seguem a tendência nacional de crescimento do nível de qualificação no perfil nacional da profissão. Neste sentido, no ano de 2022, em estudo do Conselho Federal de Serviço Social o percentual de profissionais com pós-graduação é 83,1% revelando maior acesso a cursos deste tipo (CFESS, 2022).

O nível de qualificação se reflete na remuneração obtida pelos profissionais, pois a grande maioria percebe a partir de R\$4.800,00 (Tabela 7).

Tabela 7: Faixa salarial

Valores da faixa salarial	Quantidade
R\$ 3.000,00 a R\$4.800,00	6
R\$ 4.801,00 a R\$6.000,00	22
Acima R\$ 6.000,00	22

Fonte: Elaboração própria.

Apesar da estabilidade no emprego, existe um quadro de precarização de salários, visto que a categoria não obtém recomposição salarial desde 2016. Portanto, a busca por maior qualificação também pode refletir uma tentativa de melhoria salarial, diante de defasagens sucessivas.

Outro aspecto a ser considerado é a baixa participação política das assistentes sociais fluminenses, pois apenas um dos profissionais informou participar de movimento em defesa da educação. Da mesma forma, não houve registro de participação sindical no grupo entrevistado, indicando uma possível baixa atividade política neste campo.

Neste momento, cabe-nos a indagação que pretendemos responder ao longo do presente estudo. Com melhores remunerações e estabilidade, como são as condições de trabalho das assistentes sociais fluminenses? Diferem muito da categoria profissional atuante em outras áreas?

Tabela 8: Local de atuação profissional

Local de atuação profissional	Quantidade
Reitoria	19
<i>Campus</i>	31

Fonte: Elaboração própria.

Segundo pode ser observado na Tabela 8, a grande maioria dos profissionais atuam nos *campi* e em ambos os níveis de ensino (Tabela 9) - básico e superior. Assim, teremos mais assistentes sociais – 31 –, dentre as entrevistadas, atuando em instituições que oferecem ambos os níveis de formação.

Esse dado acaba se refletindo na forma de execução da assistência estudantil, pois a localização do programa na administração central ou nos *campi* pode impactar na autonomia, no acesso à informação e aos recursos. Se retomarmos a Tabela 1, verificamos que temos 4 instituições de nível superior e 4 instituições que atuam no nível básico e superior e que há uma concentração maior de profissionais inseridos no segundo grupo das IFEs.

Tabela 9: Nível de atuação

Nível de atuação	Quantidade
Básico	10
Superior	17
Ambos	23

Fonte: Elaboração própria.

Além da questão da autonomia, a partir da Tabela 9, entendemos que as demandas que chegam às assistentes sociais são de naturezas diversas, guardando as especificidades do nível básico – como por exemplo, as vivências da juventude, convivência familiar, *bullying* e na educação superior, as suas particularidades da permanência na graduação. Este dado revela o amplo espectro de trabalho da profissão na área.

Tabela 10: Tempo de deslocamento para trabalho (somente ida)

Tempo de deslocamento	Quantidade
até 1h	30
1h a 2h	14
2h a 3h	6

Fonte: Elaboração própria.

Sobre a questão do deslocamento de casa para o trabalho, observamos a preponderância do gasto de tempo de até 1 hora no percurso. Isso demonstra que as profissionais residem razoavelmente próximas à instituição – o que pode indicar menor desgaste neste campo, mas não temos dados complementares para comentários aprofundados a este respeito.

Tabela 11: Quantitativo de alunos matriculados na unidade onde o profissional está lotado

Número de alunos matriculados na unidade de lotação dos Assistentes Sociais	Quantidade
De 201 a 500	8
De 501 a 1.000	10
De 1.001 a 1.500	4
De 1.501 a 2.000	3
Mais de 2.000	20
Não possuo dados suficientes para apontar	5

Fonte: Elaboração própria.

Dentre aquelas que atuam em *campi* que possuem mais de 2.000 alunos, a maioria dos profissionais está lotado em universidades (14), as demais (6) são de IFEs que atuam simultaneamente nos dois níveis de ensino - a saber, Cefet/RJ, IFRJ e IFF. Estes profissionais, pelo verificado, estão lotados em campi mais antigos das respectivas instituições. Os *campi* mais antigos, em geral, possuem cursos já consolidados e visíveis nos territórios e, por isso, tendem a possuir um número maior de alunos matriculados, influenciando, possivelmente, sobre a demanda a ser atendida.

Tabela 12: Quantitativo de alunos que o Serviço Social atende na unidade na qual o profissional está lotado

Número de alunos atendidos pelo Serviço Social	Quantidade
Até 50 estudantes	3
De 51 a 100 estudantes	2
De 101 a 200 estudantes	9
De 201 a 500 estudantes	12
De 501 a 1.000 estudantes	4
De 1.001 a 1.500 estudantes	1
Mais de 2.000 estudantes	11
Não possuo dados suficientes para apontar	8

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela acima observamos estudantes atendidos pelas equipes de Serviço Social. Observamos a maior concentração de profissionais em instituições entre 100 e 500 estudantes, seguidas das que possuem mais de 2.000 alunos. Novamente se coloca o fato das múltiplas demandas de trabalho que podem surgir para as assistentes sociais.

Importante mencionar que a profissão possui parâmetros da relação numérica entre profissional/usuário no campo da Política de Assistência Social, conforme previsto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB - RH/SUAS, regulamentada pela Resolução nº 269 de dezembro de 2006. Esta nos informa a relação entre o quantitativo de profissionais, incluindo as assistentes sociais, que devem compor as equipes de referência nas instituições de proteção social básica e especial e o número de “famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários” (BRASIL, 2006, p. 14).

No entanto, faltam normativas deste tipo para outras políticas sociais. O CFESS, segundo breve levantamento feito por nós, também não possui nenhuma normativa específica a respeito. A Lei n. 13.935/2019 que, por sua vez, concretiza a presença de assistentes sociais e psicólogas na Educação Básica, poderá trazer muitas demandas neste sentido.

Por fim, vale dizer que nos surpreendeu o desconhecimento do número de estudantes atendidos pelo Serviço Social nas instituições onde atuam, por parte de 16% das entrevistadas, o que pode revelar uma falta de sistematização.

Sobre a atuação para além de sua unidade de atuação, das profissionais que responderam ao questionário, 11 prestam serviço fora da unidade de lotação e destas, 4 fazem isso com frequência. Observamos que esta demanda por deslocamento está em geral, relacionada à centralidade do trabalho do Serviço Social no processo seletivo dos programas de assistência estudantil e no desenvolvimento de ações, na linha de frente, da análise socioeconômica. É importante sinalizar que em unidades com estrutura de assistência estudantil centralizada, como é o caso das universidades, não há a necessidade de deslocamento da unidade de atuação, pois as profissionais já atendem aos alunos de diferentes *campi*.

Importante destacar que este dado revela o quanto a análise socioeconômica é vista, por parte dos empregadores, como atividade principal a ser desenvolvida pelas assistentes sociais. Para além deste fato, essa circulação de profissionais evidencia a falta de profissionais nas instituições, em relação ao quantitativo expressivo de alunos que demandam a ação do profissional, tal como evidenciado na tabela abaixo. Em outras palavras, a ampliação do acesso, a qualificação das ações de atenção ao estudante, demandam mais trabalhadoras do Serviço Social.

Tabela 13: Quantitativo de alunos atendidos na unidade na qual o profissional não está lotado

Número de alunos atendidos em unidades diferentes da lotação	Quantitativo
até 50	3
51 a 150	1
mais de 2.000	2
Não soube precisar	5

Fonte: Elaboração própria.

As perguntas contidas no questionário individual que serão analisadas na próxima sequência passaram a constar apenas numa atualização do referido instrumento aplicado a partir da segunda equipe visitada. Por esse motivo, não estão contempladas as 51 profissionais respondentes. Ademais, por problemas técnicos identificados tardiamente, parte das respostas não ficaram registradas no formulário *online*. Portanto, neste ponto analisaremos apenas as respostas de 24 profissionais no item a seguir.

2.2 A PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS IFES DO RJ

Neste tópico, apresentaremos dados relativos ao exercício profissional das assistentes sociais da rede federal do Estado do Rio de Janeiro, ponderando suas condições, desafios e potencialidades.

2.2.1 Instrumentais técnicos

No que diz respeito aos instrumentais e técnicas utilizadas no cotidiano profissional, apresentamos a tabela abaixo. Salientamos que os profissionais poderiam mencionar múltiplas respostas à essa questão.

Tabela 14: Instrumentos/técnicas utilizados pelos profissionais

Instrumentos e/ou técnicas utilizadas pelos profissionais	Quantitativo
Entrevista individual	23
Análise socioeconômica	23
Reunião	22
Formulário socioeconômico	22
Atendimento social	21
Encaminhamentos intrainstitucionais	18
Encaminhamentos interinstitucionais	18
Relatório Social	18
Dinâmica de grupo	10
Visita Domiciliar	10
Visita institucional	16
Parecer Social	15
Diário de campo	5
Grupo com estudantes	1
Orientação movimentos sociais: grêmio estudantil	1
Elaboração e execução de políticas estudantis	1

Fonte: Elaboração própria.

Tanto as referências das técnicas quanto dos instrumentais já revelam, de início, a tônica de exercício profissional atravessado pela lógica da seleção dos mais pobres, revelando, ainda, a falta de recursos para inserção de mais estudantes nos direitos da permanência. O dado mais marcante a este respeito é, justamente, a equivalência quantitativa entre entrevista e análise socioeconômica - ambos com 23 menções.

Como é de conhecimento dos trabalhadores e pesquisadores no campo da assistência estudantil, a análise socioeconômica tem uma finalidade muito explícita: discernir, entre os segmentos de estudantes que demandam acesso aos programas de assistência estudantil, aqueles que cumprem os critérios de necessidade. Ou melhor: diante de um contexto em que as necessidades sociais da classe trabalhadora se ampliam em proporção parecida com que os recursos para as políticas públicas diminuem, trata-se da amarga tarefa de diferenciar aqueles usuários cujas necessidades se tornam mais insustentáveis daqueles que cumprem todos os critérios de necessidade.

Assim, diante de situações de vida tão complexas, cabe à assistente social separar aquele que nada tem, de outro que pouco possui, o que entra em conflito com a ideia do amplo acesso aos direitos que a profissão defende. Por isso, estamos a todo momento, desafiadas no sentido de que a realização deste trabalho de identificação de dificuldades de sobrevivência e permanência não se torne a finalidade do nosso fazer profissional, ou seja, os meios não devem ser transformados em fins.

Esse é o tom em que desponta também o papel da entrevista no quadro acima, já que a esta é, provavelmente, utilizada como mecanismo habitual para concluir essas análises (embora não se restrinja a essa ação)¹. Esta deve ser pensada de maneira articulada com o instrumental mais mencionado entre as entrevistadas – o formulário socioeconômico – que cumpre a função não apenas de potencializar uma padronização entre as entrevistas, mas também de favorecer a extração de dados considerados mais relevantes a partir do preparo teórico-metodológico que fundamenta essas experiências de abordagem.

A menção ao uso desse formulário, não é verticalmente padronizado ou imposto por qualquer grau superiormente hierarquizado - como ocorre com as Ficha de Atendimento do Serviço Social (FASS) na saúde do Estado do Rio de Janeiro; no Cadastro Único de Programas Sociais (“CadÚnico”); e no “Prontuário SUAS” da assistência social. No caso da assistência estudantil, ao menos, o instrumental costuma ser elaborado pelas próprias assistentes sociais.

Este fato não apenas expressa um nível de relativa autonomia que, se não pode ser considerado privilegiado em si, ao menos é referência, se pensado em relação a outras realidades. Mais que isso: expressa, de alguma forma, certa sofisticação dessas profissionais em termos de planejamento, como uma tática de superação do espontaneísmo e improviso no cotidiano institucional - hábito que pode frear e/ou barrar a possibilidade de futuras imposições de formulários verticalmente elaborados.

É preciso acrescentar que, os dados obtidos por meio do supracitado formulário podem servir como subsídio à elaboração de estratégias e/ou ações, a depender das condições objetivas de trabalho, que não se limitem à execução dos programas de bolsas/auxílios. Ou seja, podem ser objeto de sistematização do exercício profissional, trazendo possibilidade de identificação de necessidades mais profundas para além da instituição e das demandas dos usuários, que subsidiem a elaboração de projetos de intervenção, por exemplo, e assim trabalhado não só como instrumento burocrático e restrito à análise de benefícios estudantis.

Ao mesmo tempo, essa relativa autonomia no que tange à elaboração desses formulários socioeconômicos pelos mesmos sujeitos que o executam, impõe uma responsabilidade histórica dessa geração, que expressa o boom da relativa popularização da universidade (que tem como primeiro marco normativo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni) e a consequente expansão do Serviço Social nesse campo. Isso porque, os formulários hoje elaborados tenderão a determinar as próximas gerações de assistentes sociais que virão a atuar na assistência estudantil, se não como um impositivo, ao menos como uma referência já elaborada e, em certa medida, aprovada e aperfeiçoada pela experiência profissional existente até então.

¹ É interessante notar que o dado, assim como os relatos colhidos no mapeamento, parece indicar que, ao menos entre as equipes de Serviço Social da assistência estudantil do Rio de Janeiro, certa pressão por órgãos de controle internos e externos (como CGU e ouvidorias, por exemplo) mencionada por assistentes sociais de outras regiões do país. Tais órgãos caminham para o questionamento do uso das entrevistas como mecanismo de análise sob a alegação de que seria inadequado por ser demasiadamente “subjetivo” - ainda não aparece como uma ofensiva concreta.

O caminho percorrido até aqui é corroborado pelas respostas das equipes de assistentes sociais sobre os principais instrumentos utilizados na análise e concessão de bolsas e auxílios – como nossa própria experiência profissional revela. É quase unânime a recorrência de dois instrumentos sinalizados individualmente pelas assistentes sociais: entrevista e avaliação de formulário socioeconômico para pedido de bolsa. Além desses instrumentos, quatro IFEs também mencionaram a análise documental² (Cefet/RJ, UFF, UFRJ e UFRRJ), duas indicaram realizar visitas domiciliares que são realizadas a critério de cada profissional (IFF e IFRJ) e uma citou o uso do barema³ (IFF).

A frequência do relatório social e do parecer social - dentre outros instrumentos também utilizados - ainda guarda relação intrínseca com a análise socioeconômica. O relatório social está associado à necessidade de registro da análise socioeconômica efetuada para fins de seleção dos estudantes a serem inseridos nos programas da assistência estudantil. Este instrumento ganha peso pelo fato de que, em virtude da insuficiência de recursos os usuários selecionados apenas serão conhecidos ao final, não da entrevista ou análise social, mas do processo de análise de todos os concorrentes - já que o resultado tende a ser atravessado pelo caráter de comparação entre os estudantes candidatos (e não apenas dos termos legais/normativos).

No caso do parecer social – menos mencionado (16 vezes) – é porque, a depender do procedimento de cada instituição (que, na verdade, é muito variado) o resultado exige, por parte do assistente social, um parecer social que seja favorável à inclusão do estudante em determinado programa. A visita domiciliar, expressa em 10 respostas, também nos parece estar associada à atividade de análise socioeconômica.

No entanto, além das ações até aqui problematizadas e descritas - voltadas para a prestação de serviços e benefícios sociais via programas internos de assistência estudantil (normalmente bolsas e/ou auxílios) - essas respostas também expressaram, ainda que de maneira secundarizada, um esforço de prestação de assistência mais ampla. Isso ocorre basicamente em dois sentidos: primeiro - que se expressa na alta incidência de encaminhamentos intrainstitucionais (mencionados por 18 entrevistadas), mas que também tende a estar dissolvido na larga menção à participação em reuniões (que por vezes extrapolam o âmbito interno das equipes) - de caráter intersetorial. Ou seja, é comum entre essas assistentes sociais, uma ação conectada a outros setores da instituição, que extrapola o sentido estrito da assistência estudantil, para que os estudantes consigam ter outras demandas atendidas.

2 É importante ressaltar que embora somente quatro instituições tenham referido realizar análise documental, é bem provável que seja algo frequente em todas elas, já que geralmente está previsto nos diferentes editais de seleção a entrega de uma extensa relação de documentos comprobatórios da situação/condição informada no formulário de inscrição, ou seja, é uma ação vinculada à análise do formulário - instrumento utilizado em todas as IFEs. Supomos que a não referência direta se deve ao fato de ter sido uma questão objetiva, na qual esta não figurava entre as opções explicitadas pelos pesquisadores, mas como havia a opção “outros”, abriu-se a possibilidade para que algumas equipes as tenham mencionado e outras não.

3 É conhecida como barema uma tabela que permite o registro gradual que serve para a avaliação de dados diferentes e emitir um resultado padronizado.

Essas demandas, muitas vezes emergem no próprio movimento de estudo da realidade social dos alunos, sendo indissociada da totalidade das necessidades desses mesmos sujeitos, evidenciam demandas que não podem ser respondidas pela assistência estudantil, mas que podem ser devidamente encaminhadas pelas equipes para aqueles que possam respondê-las - como por exemplo o acesso a uma carteirinha atualizada, para a devida liberação do passe livre estudantil no transporte público.

No segundo sentido com que as assistentes sociais desenvolvem suas ações para fins de assistência (que não propriamente estudantil) se refere a um caráter interinstitucional. Ocorre que, na maioria dos casos, ao extrair informações pessoais e da família dos estudantes, as assistentes sociais identificam outras dimensões de necessidades sociais daquele grupo que, porventura, não estão sendo devidamente respondidas pelo Estado. Isso normalmente ocorre pela ausência de acesso e pela falta de informação sobre direitos sociais e abre margem para orientações e encaminhamentos para a rede de políticas públicas. É por isso que os encaminhamentos interinstitucionais aparecem como outra prática muito mencionada entre as assistentes sociais pesquisadas e, provavelmente, seja um dos motivos de parte das visitas institucionais (também muito mencionada por 16 entrevistadas) no sentido de conhecer essa rede externa e estabelecer possíveis parcerias.

Ambas as alternativas respondem a uma mesma estratégia de ampliar a cobertura de acesso a direitos para além daqueles programas oferecidos pela assistência estudantil e, apesar de não podermos defini-las como requisições institucionais (já que muitas vezes partem das próprias assistentes sociais), têm como ponto de partida o contato com os usuários que é também possibilitado pelo processo seletivo.

Merece, portanto, ser ressaltado nos dados relativos ao quadro acima que, no próprio movimento descrito a respeito de busca de respostas para essa ampliação do alcance da cobertura do atendimento, há evidente investimento por parte do Serviço Social da assistência estudantil em se articular a outros sujeitos intra e/ou extrainstitucionais a fim de melhor alinhar as ações.

No entanto, como podemos perceber, essas estratégias não parecem favorecer a uma prática diversificada, ampla e inovadora. A marca da requisição institucional ainda predomina sobre as técnicas e instrumentais mais utilizados, fazendo com que, em apenas uma minoria das menções - como a abordagem de grupos, a orientação ao movimento estudantil, a elaboração e execução de políticas estudantis - tomem um caráter preventivo, de antecipação às demandas, sendo capazes de extrapolar o âmbito imediato do atendimento às necessidades sociais mais urgentes, portanto, rumo ao atendimento de necessidades de ordem mais essencial.

Ou seja, a velha rotina burocrática⁴, emergencial, rotineira das instituições do

4 “A burocratização ocorre quando determinados procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente; com isso, empobrece-se a ação humana, que é assim desligada de sua relação tanto com a realidade (transformada na práxis burocrática em simples objeto de manipulação) quanto com suas finalidades (cuja racionalidade a práxis burocrática não questiona). Esse caráter repetitivo da ação burocratizada bloqueia o contato criador do homem

Estado, parecem ser facilmente absorvidas na prática profissional, apesar de ações que vão além destas, como as citadas acima. Provocativamente, cabe-nos refletir: Para que somos requisitados? Que atividades/ações são executadas? Como podemos criar e recriar outras frentes de trabalhos possíveis atreladas às necessidades dos usuários?

2.2.2 Expressões da questão social presentes no espaço educacional e principais demandas

Nossas análises se relacionam com as expressões da questão social que se refletem no ambiente educacional, conforme veremos a seguir. Partimos do pressuposto de que o enfrentamento as mesmas não pode ser objeto de uma única profissão e nem a partir de uma única instituição, exigindo articulação multi - tanto profissional como entre instituições, além da luta política em busca da ampliação de direitos.

Tabela 15: Expressões da questão social mais observadas nos estudantes atendidos pela assistência estudantil

Expressões da questão social mais observadas	Quantitativo
Desemprego familiar	23
Pobreza	21
Evasão estudantil	21
Emprego precarizado	20
Déficit transporte escolar	20
Racismo	14
Homofobia	13
Moradia precária	13
Ausência de direito a pensão alimentícia	13
Violência doméstica	12
Machismo	10
Violência no ambiente escolar/universitário	10
Uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas	9
Falta de acessibilidade	9
Gravidez Precoce	4
Paternidade não reconhecida	4
Ausência de direito ao convívio familiar	3
Desnutrição	2

Fonte: Elaboração própria.

Segundo os dados coletados, de modo geral predominam as expressões, em sua maioria, relacionadas com a questão de trabalho e renda, além daquelas relacionadas

com a realidade, **substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia dos ‘dados’, segundo esquemas formais preestabelecidos**” (COUTINHO, 2010, p. 41-42 – grifo nosso).

à assistência social. Também desponta a demanda relacionada à moradia, caracterizada como condições precárias de moradia.

Especificamente no que tange à imediaticidade do espaço institucional em tela (a educação), a evasão toma a frente como expressão constatada. Tal fenômeno, certamente tem sua reprodução relacionada em boa medida com a falta de condições objetivas, sociais e econômicas para permanecer na escola/universidade (como todas as demais mencionadas), mas também possivelmente influenciada por questões da própria IFE, suas relações pedagógicas e de convívio etc. Em relação a isso, percebemos que a violência no ambiente escolar/universitário⁵ também aparece de modo bastante significativo.

Transversalmente a essas questões também perpassam expressões relacionadas ao racismo, machismo, violência doméstica e homofobia. Sobretudo em se tratando de Brasil, o racismo, que aparece no topo dessas expressões, com 14 respostas (ainda que nesse caso por pouca diferença em relação à homofobia), deve ser destacado: não podemos refletir e intervir diante das expressões da questão social sem considerarmos fundamentalmente a questão racial nesse país. O fardo histórico da escravização de negros vem ao longo de séculos dando a cor da nossa questão social. Mais de 50% da população brasileira é negra e os lugares e situações vivenciadas por esta não vêm do acaso.

Não devemos esquecer que nos últimos anos, sobretudo a partir da Lei n. Federal 12.711/2012, se ampliou a parcela de ingressantes nas IFEs com este perfil⁶, trazendo maior visibilidade ao tema nos espaços formadores. Importante lembrar que as assistentes sociais entrevistadas, se autodeclaram, em maioria, negras.

Também as expressões relacionadas ao machismo e LGBTIfobia se reproduzem nos espaços escolares/universitários, o que não poderia ser diferente, já que escolas e universidades concretizam em seu interior a vivência do preconceito. Nestes espaços encontramos os alarmantes índices e vivências que nos trazem indicadores de violências e vidas ceifadas por esses marcadores.

Questões relacionadas à família também se projetam nas expressões da questão social mais observadas nos estudantes atendidos pela assistência estudantil, tais como: demanda por pensão alimentícia, por reconhecimento de paternidade e ausência ao convívio familiar.

A dimensão da saúde também não poderia deixar de ser observada. Especialmente, em se tratando de uma grande maioria de adolescentes e jovens, a questão da gravidez precoce e abuso de álcool e outras drogas aparecem. Aqui cabe refletirmos criticamente sobre a abordagem profissional a essas expressões, dada a tendência do trato moralizante

5 O tema da violência surge como destaque dentre as expressões da questão social que se manifestam nas instituições formadoras. São dez as respostas relativas ao tema que foram destacadas pelas assistentes sociais em nossa pesquisa.

6 A título de exemplo podemos citar os dados coletados na V Pesquisa Nacional do perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFEs (2018) da Andifes/Fonaprace que evidenciam que na pesquisa anterior (2014) foi constatado que as IFEs estavam se tornando mais negras e, pela primeira vez, se torna a maioria absoluta do universo pesquisado, cerca de 51,2% (FONAPRACE, 2018).

por parte da sociedade e até mesmo por alguns profissionais da educação, a essas questões.

Assim, cabe ressaltar que as expressões da questão social mais observadas nesta pesquisa no âmbito educacional evidenciam a importância da articulação com outras políticas setoriais, pois as situações observadas são fenômenos transversais que exigem respostas intersetoriais que não se limitam à política de educação e, especificamente, à assistência estudantil.

Na tabela abaixo, podemos ver que em relação às demandas apresentadas pelas famílias atendidas na assistência estudantil existe a tônica da questão de trabalho e renda, que aparece destacadamente nas expressões da questão social. Tal dado é a concretização do crescimento do desemprego, precarização das relações trabalhistas e crescimento exponencial da informalidade. Nesse contexto, chamamos a atenção de que as demandas específicas do espaço educacional parecem minimizadas ou têm um grau de prioridade menor, já que as outras dizem respeito, inclusive, às condições de sobrevivência.

Tabela 16: Principais demandas apresentadas pelas famílias dos estudantes

Principais demandas das famílias dos estudantes	Quantitativo
Recursos financeiros	24
Emprego	12
Participação	5
Preocupação com a vida acadêmica do discente	1
Direito ao convívio familiar	1

Fonte: Elaboração própria.

Esse quadro revela, ao menos, dois aspectos fundamentais para nossa reflexão que merecem ser reforçados: o primeiro diz respeito ao contexto de desemprego estrutural em que vivemos. Os ataques crescentes do capital, em prolongada crise, se revelam aqui como precarização das relações trabalhistas e afetam, crescentemente, o trabalhador e sua família - em destaque, o/a estudante. Trata-se de um movimento indissociável da assistencialização da proteção social (MOTA, 2008), no qual os salários indiretos, metamorfoseados em políticas sociais, ganham nova conotação, voltando-se cada vez mais para os casos de atendimento às necessidades sociais mais básicas da classe trabalhadora.

O segundo aspecto é que, ao mesmo tempo em que o dado revela um elemento generalizado de nossos tempos, explicita também uma característica que a assistente social deve compreender bem: o fato de que, dentre tantos segmentos da classe trabalhadora que acessam essas instituições educacionais, é justamente naquele cujas características condizem com o que Karl Marx (2013) chamou de superpopulação relativa (ou exército

industrial de reserva) que o Serviço Social é convocado para atuar. Nesse sentido, dentre todos os trabalhadores e filhos da classe trabalhadora que acessam esta política pública, é justamente junto àqueles cuja vida é mais precarizada em relação ao trabalho, ou seja, aqueles que não possuem vínculo de emprego formal que somos convocadas a atuar, desconsiderando o empobrecimento daqueles que possuem vínculos formais, em um contexto de desvalorização de salários e de inflação.

Assim, se o primeiro aspecto destacado nos traz a evidência empírica da validade do debate das produções marxistas mais recentes; o segundo nos traz a necessidade de aprofundamento sobre os desdobramentos e enigmas que envolvem a estratégia hegemônica da era monopolista, no que se refere a nossa relação junto a esse público específico.

Nesse aspecto, cabe elucidar que junto à demanda colocada inicialmente pelo usuário em grande parte das vezes relacionada à pobreza (aqui representada pelos fatores recursos financeiros e emprego), podem revelar diversas outras expressões da questão social. O que pode exemplificar isso é o adoecimento mental tanto da família, como do estudante, incidindo em toda a sua vida (incluindo a acadêmica). Não é por acaso que as expressões da questão social observadas pelos profissionais são bem mais numerosas⁷ e diversas do que aquelas que a princípio são apresentadas pelos usuários - conforme vimos na Tabela 15, que foi abordada anteriormente.

Isso, nos parece expressar ainda um pouco da visão social da população usuária em relação a assistente social. Ou seja, a Tabela 16 nos leva a identificar que, mesmo atuando no âmbito da política de educação, as assistentes sociais são convocadas a responder muito mais às necessidades sociais relativas a outros âmbitos de políticas públicas (como “trabalho” e “assistência social”) do que da educação - que só é mencionada uma vez (em “preocupação com a vida acadêmica do discente”). Isso demonstra que, do ponto de vista desses usuários, há uma legitimidade de nosso fazer enquanto potência capaz de articulá-los à outras instituições (inclusive a própria família) no intuito de atendimento de suas necessidades sociais - que extrapolam, em muito, mesmo no entendimento desses usuários mergulhados no senso comum, o próprio âmbito da educação.

⁷ Vale destacar que o que chamamos de *mais numerosa* não se restringe às expressões da questão social em si, mas revela a metodologia de nossa pesquisa, visto que a pergunta era objetiva, ou seja, com opções a serem assinaladas pelas profissionais.

Tabela 17: Percepção do profissional sobre os impactos da assistência estudantil na IFE

Impactos da Assistência Estudantil observados pelas assistentes sociais	Quantitativo
Diminuição da evasão	17
Permanência efetiva	12
Melhorias na relação ensino x aprendizagem	10
IFE mais democrática	8
Corpo discente mais plural	8
Melhorias nas notas	6
Melhores índices de avaliação do ensino da IFE	2
Técnicos mais estimulados	2
Professores mais estimulados	1
Não possuo dados para responder	1

Fonte: Elaboração própria.

No que tange à percepção⁸ da profissional sobre os impactos da assistência estudantil na instituição em que atuam, as assistentes sociais apontam aqueles evidenciados no Decreto n. 7.234/2010, principalmente no que se refere à ampliação das condições de permanência dos jovens. Conforme o quadro acima aponta, a permanência do estudante e a qualidade da mesma são identificadas como efeito central da assistência estudantil no âmbito institucional.

Além da diminuição da evasão, os dados apontam para uma permanência efetiva, ou seja, que extrapola a mera frequência formal em sala de aula. Isso está ligado, diretamente, com o terceiro apontamento mais regular: a melhoria na relação entre ensino e aprendizagem - o que pode indicar que, além de um caráter mais positivo em termos quantitativos (de maior presença em sala de aula), há impactos favoráveis também em termos qualitativos (referente a uma presença mais qualificada e produtiva).

Isso está diretamente relacionado às condições objetivas, já que, mesmo quando as ações estão centradas no fornecimento de bolsas ou auxílios, podemos supor que um estudante que dispõe de recursos mínimos para arcar com alimentação entre os intervalos das aulas, por exemplo, tende a ter maior poder de concentração em sala de aula; assim como aquele estudante que possui recurso suficiente para arcar com despesas de cópias ou materiais didáticos tenderá a ter maiores condições de se apropriar do conteúdo proposto; bem como aquele que tiver condições de pagar uma república próxima à universidade terá maior tempo livre para estudos, tendo sua saúde e concentração menos desgastadas pela mobilidade urbana, entre outros.

8 A utilização do termo *percepção* não visa remeter à uma suposta falsidade dos efeitos, mas, apenas ponderar que, o valor da ação desses profissionais não deve ser medida a partir do critério-único dos resultados obtidos. É possível que excelentes profissionais obtenham péssimos resultados e que péssimos profissionais obtenham bons resultados. Basta, para isso, que os primeiros não tenham condições objetivas para efetivá-lo e que os últimos o tenham de maneira qualificada. Os primeiros, apesar das qualidades, tenderão a ter a sensação de fracasso e os segundos de êxito - basta que, apesar dos méritos e deméritos, analisem seu fazer sem considerar as condições objetivas com que atuam.

Por esses motivos, segundo avaliamos, mesmo que nem sempre essas profissionais estejam dispostas numa rotina que favoreça uma observação a respeito do desempenho acadêmico, parte significativa destas também tenha referido como impactos da assistência estudantil, a melhoria das notas dos estudantes e dos índices da avaliação das IFEs.

Para além desses efeitos, mais voltados ao suporte daquela que é hegemonicamente tratada como atividade fim das IFEs, chama atenção a percepção por parte significativa das profissionais de dois fatores que consideramos mais profundos - ambos ligados à noção de democracia⁹. A partir das respostas das assistentes sociais, é possível observar que a assistência estudantil tem contribuído para a construção de uma IFE mais democrática e a constituição de um corpo discente mais plural.

Nesse sentido, supomos que as ações (apesar de suas fragilidades e contradições) vem, em alguma medida, sendo capaz de dar condições objetivas para que o acesso a segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora (negros, índios, quilombolas, moradores do interior e da periferia, favelados etc.), que passaram a ingressar ainda mais nessas instituições após os processos de expansão/reestruturação das IFEs e às cotas, possam desenvolver e concluir seus estudos. Hoje, com a ocupação e assentamento desses segmentos, a visão de que as IFEs são compostas majoritariamente por segmentos da elite (principalmente no caso das universidades) passa a ter um potencial significativo de ser tensionada.

Essa percepção disseminada amplamente no senso comum de que as IFEs, sobretudo as universidades, são compostas predominantemente por segmentos da elite, certamente, não se inaugurou nos últimos anos. Desse modo, de tempos em tempos vemos ressurgir na pauta de discussão o questionamento sobre a gratuidade do ensino superior, já que sob esta ótica, este não é visto como um direito universal.

Além disso, sustentado no argumento da predominância dos estratos mais ricos da sociedade neste espaço, emerge não casualmente a proposta de instituir cobranças de mensalidades de variadas formas. Exemplo disso, é a retomada dessa discussão por meio da Proposta de Emenda Constitucional n. 206/2019 no ano de 2022 que, em função de acordos na Câmara Legislativa, perdeu imediata perspectiva de avanço. Tal proposta encontra respaldo nas recomendações para educação brasileira oriundas do Banco Mundial desde a década de 1990, que já indicam a necessidade de aumentar a participação dos estudantes no financiamento, ou seja, extinguir a gratuidade do ensino superior no país e diversificar as fontes de custeio ao acionar recursos privados (CISLAGHI, 2010).

Toda essa discussão, em geral, ignora elementos que já vêm sendo apontados desde a década de 1990 nas pesquisas realizadas pelo Fonaprace sobre o perfil dos alunos universitários. Os resultados já indicavam desde 1996 que parcela considerável

⁹ Vale mencionar que por democracia referimo-nos não à concepção restrita muito difundida no senso comum, limitada à liberdade de escolha entre sujeitos capazes de representá-la de maneira indireta. De maneira mais profunda, para desenvolver essa ideia, remetemo-la a partir de sua etimologia - que se refere à noção de "poder" ao "povo" (este, em nossa sociabilidade, encarnado nas distintas frações da classe trabalhadora).

dos alunos pertenciam às classes C, D e E, ou seja, com renda média familiar que variava de R\$ 708,19 a R\$ 2.965,69, conforme critério de classificação econômica da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Em 1996, o percentual de alunos provenientes das 3 classes supracitadas era de 44,3% do total da amostra, sendo 42,8% em 2003 e 43,7% em 2010. Nas pesquisas seguintes de 2014 e 2018 se manteve constante o percentual de 50,9% estudantes com renda bruta familiar até 3 salários mínimos, ou seja, essa passou a ser a parcela majoritária dos estudantes nas universidades (FONAPRACE, 2018).

Ao encontrarem condições de permanência e ao resistirem às adversidades ainda não superadas por essas instituições, esses estudantes passam também a compor a construção do movimento estudantil, adensando suas pautas e as lutas de setores do corpo de trabalhadores dessa instituição (docentes e técnico-administrativos). Por vezes, as demandas desses segmentos mais populares dos usuários, passam a ampliar a visão e a pauta desses servidores e, assim, se expandir - ainda que indiretamente - para todos os espaços de disputa de poder institucional.

Na Tabela 17 também aparece, na percepção das assistentes sociais, ainda que de maneira menos regular, mas que não deve ser negligenciada, que existe um conjunto de efeitos positivos relativos à assistência estudantil que serve de estímulo à atuação dos profissionais – docentes e técnico-administrativos – e reflete na materialização de resultados mais favoráveis ao público usuário.

Por último, apesar de ter sido ressaltado como resposta por uma única vez – “Não possuo dados para responder” –, gostaríamos de destacar dois aspectos relativos à ausência de apropriação de dados empíricos capazes de fundamentar uma resposta sobre esses efeitos. O primeiro diz respeito à potencialidade de se identificar efeitos da ação profissional a partir da experiência e da observação. O segundo revela o reconhecimento da falta de dados empíricos para responder essa e outras questões de relevância para a pesquisa.

Trata-se, portanto, de um estabelecimento orgânico de relações entre dados empíricos e valores profissionais que, fundamentados, na ciência, sejam capazes de qualificar e instrumentalizar suas pautas. Afinal, em instituições de perfil acadêmico, mas hegemônicas pelo positivismo e pelo pragmatismo, ao menos naquilo que se torna possível ser disputável pelo recurso ao consenso entre os diferentes sujeitos institucionais, a apropriação de dados empíricos é munção fundamental (e legítima), não apenas para a configuração, mas também para a potencialização de suas pautas.

A nível de análise do perfil da prática profissional isso nos faz ligar um sinal de alerta em dois níveis: quanto à formação e ao exercício profissional. Estaria a prática em destaque na formação e na produção acadêmica? E as assistentes sociais ainda estão demasiadamente apartadas de táticas muito ricas de estudos da prática profissional? Referimo-nos aqui, especialmente à noção de avaliação, monitoramento (das ações e das políticas públicas) e de sistematização da prática. São recursos que, indubitavelmente,

favorecem o assistente social a definir objetivos, estratégias e táticas profissionais concretamente compatíveis às necessidades fundamentais de seu público usuário - evitando pautas abstratas ou idealizadas.

Tabela 18: Percepção do profissional sobre os impactos da AE para o estudante

Percepção dos profissionais sobre os impactos da AE para o estudante	Quantitativo
Melhoria na participação do estudante	24
Melhoria do relacionamento interpessoal	8
Melhoria nas condições de saúde do estudante	6

Fonte: Elaboração própria.

Há o ângulo relacionado à percepção do profissional sobre os impactos da assistência estudantil para o estudante, as assistentes sociais apontam majoritariamente para o fato da melhoria na sua participação. Aqui é importante lançar luz sobre o potencial¹⁰ político-pedagógico a partir das possibilidades de ações da assistência estudantil, quanto desta dimensão no exercício profissional de assistentes sociais.

Entende-se aqui a assistência estudantil como parte do direito à educação e desse modo, como política pública. Neste sentido, seu atendimento deve considerar a participação de seus usuários, os estudantes, seja no planejamento, formulação de projetos e de frentes prioritárias, no acompanhamento do desenvolvimento das ações e nos mecanismos de avaliação.

Reconhecer a assistência estudantil na perspectiva do direito à educação é um passo decisivo para que possamos construir uma concepção de prática que a toma para além da satisfação de necessidades básicas e ações paliativas. Ou seja: há potencial em interferir criticamente no modo de vivenciar a escola/universidade e conseqüentemente a vida social por parte dos estudantes.

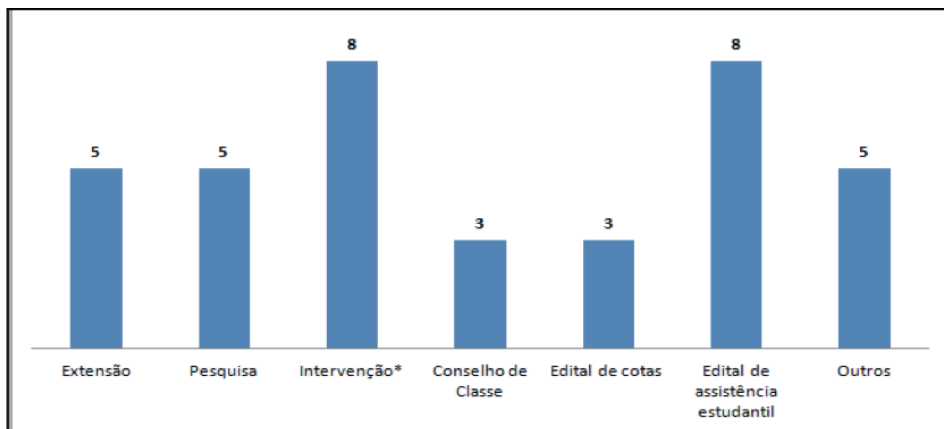
2.2.3 Atribuições e competências profissionais

Neste tópico apresentaremos um conjunto de atividades realizadas pelas assistentes sociais das IFEs pesquisadas. Conforme análise de dados, as atividades mencionadas pelas profissionais nem sempre integram o rol de atribuições e competências previstas na Lei de Regulamentação, mas são a materialização das requisições institucionais. Por outro lado, percebe-se a proposição de ações que expressam a vontade e o compromisso profissional em contribuir na melhoria das condições de permanência estudantil.

¹⁰ Em relação à participação política pedagógica, fizemos questão de demarcar que, em relação a este debate, se trata de uma potencialidade/possibilidade, já que durante a coleta de dados, não exploramos o arco de possibilidades que pertencem ao campo de *participação*, que pode ter sido compreendido de forma diferente de acordo com cada profissional. Ou seja, da maneira em que categorizamos a coleta de dados, pode abarcar tanto a participação em atividades tipicamente mais politizadas, quanto naquelas atividades tipicamente acadêmicas - como participação em grupos de estudo, reforço escolar, apoio de monitoria etc.

A seguir, serão expostas e analisadas as frentes de trabalho em que atuam as assistentes sociais na assistência estudantil, atividades desenvolvidas que contemplam atribuições e competências profissionais, requisições institucionais e outras ações que avaliam ser necessário seu desempenho para responder às demandas estudantis.

Gráfico 1: Frentes de trabalho na assistência estudantil



Fonte: Elaboração própria.

Entre as oito instituições pesquisadas, verificamos que o Serviço Social se vincula de forma variada nas diferentes frentes de trabalho na assistência estudantil. Isso porque parte delas (como IFF, IFRJ, CPII, Cefet/RJ) possuem vários *campi*, mudando assim as realidades, dinâmica e organização tanto da oferta de assistência estudantil, quanto da atuação das assistentes sociais.

Em todas aparecem a atuação junto aos editais de assistência estudantil e na intervenção profissional direta¹¹. Destacamos que a forma e a autonomia na participação da construção desses editais são muito variadas entre as instituições, até mesmo entre *campi* de uma mesma instituição, principalmente no que se refere à centralidade (ou não) dos gestores no que se refere às decisões. É inegável que as demandas institucionais estão ligadas às ações administrativas dos editais. Porém, os dados revelam um empenho profissional na realização de outras atividades para além dos editais, o que demonstra resistência política em defesa da ultrapassagem das requisições institucionais.

A realização de pesquisa e extensão também aparece com expressividade. Trata-se de um dado interessante já que, ao contrário dos docentes - em que a participação em pesquisa e extensão é parte inerente do seu trabalho, determinante para sua caminhada

11 Gostaríamos de reconhecer que essa opção de resposta que dispomos a essa pergunta, como *intervenção* ficou abrangente e vaga demais. No entanto, explicamos que nossa intenção ao fazê-la foi remeter às ações características ao atendimento direto ao público usuário - como orientações, encaminhamentos e acompanhamentos de alunos e familiares.

na carreira - os técnicos administrativos (como o assistente social) não tem essa frente de trabalho tão fomentada, estimulada e reconhecida como parte integrante da profissão de nível superior. Em função disso, parte significativa dessas instituições excluem ou dificultam as condições objetivas para os técnicos administrativos em geral participarem dessas ações - apartando-os em alguns casos, da possibilidade de concorrer em editais para bolsistas e de verba para a execução dos projetos, burocratizando ou criando restrições específicas aos técnico-administrativos. Mais que isso: ante à tradição dessas atividades serem centradas nos docentes e diante da frequente sobrecarga de trabalho existente em relação aos técnico-administrativo é comum que, quando assumem as atividades de pesquisa e extensão, esses profissionais não as façam em detrimento das outras já existentes, mas sim acumulando-as, o que gera um processo de intensificação/precarização das condições de trabalho (e saúde) desses trabalhadores.

É, a partir dessas circunstâncias que, mesmo que o impedimento da participação de técnicos nas práticas de extensão não seja generalizado nas instituições em que essas atividades puderam ser detectadas, é digno de nota e merece, em outras oportunidades, uma coleta de dados mais completa.

Uma parcela minoritária de assistentes sociais está articulada aos editais de cotas de ações afirmativas, assim como aos Conselhos de Classe. Sobre esse último, cabe apontar que nem todas as instituições de ensino pesquisadas possuem esse espaço, o qual é mais próprio nas realidades que possuem o nível básico de ensino, como os Institutos Federais, Cefet/RJ e CPII. O que significa que, apesar de minoritário, se considerarmos que apenas 4 (dentre as 8 instituições pesquisadas) possuem esse público, podemos avaliar que nas instituições de educação básica se trata, na verdade, de uma atividade bastante presente.

Já os editais de cotas, apesar de se tratarem de uma demanda relativamente recente (ante à lei de Cotas que data 2012), chama a atenção que ainda ocorra certo distanciamento da profissão com a questão, o que a aparta da identificação das expressões da questão social fundamentais ao trabalho profissional já no ingresso desses estudantes na instituição.

A reboque, essa concentração segmentada da participação das assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil (que remete à *democratização da permanência*) desconectada das cotas (que remetem a *democratização do acesso*)¹² demonstra um fracionamento de determinantes sociais basicamente iguais (baixa renda, raça, origem escolar e pessoa deficiente) dos mesmos sujeitos sociais. Isso, ao nosso ver, não apenas aponta para uma ideação fragmentada dos sujeitos-usuários, mas também de um retrabalho do ponto de vista institucional que, não tendo profissionais que fazem o elo entre as duas

12 Instituída pela Lei n. 12.711 de 2012 a reserva de vagas para cotistas tem sido implementada desde 2013 e seu processo seletivo acaba sendo incorporado à rotina das instituições federais de forma diversa. Em algumas IFEs, o Serviço Social é convocado a atuar neste processo e em outras não. O entendimento sobre a realização deste processo seletivo por parte das assistentes sociais ligadas à assistência estudantil é diferenciado. Vale ressaltar que diante das muitas demandas de trabalho para essas equipes, a incorporação de mais essa atividade, se mostra complexa.

ações, perde a oportunidade de aproveitar o trabalho (com todo dispêndio de energia, recursos financeiros, documentações e burocracias a ele implícitas) iniciado nas cotas para o processo de permanência.

No entanto, não podemos deixar de considerar que existe ainda um debate acerca da participação do/a assistente social nas análises para o acesso pela Lei n. 12.711/12. Por um lado, ainda que as normativas apontem para a análise socioeconômica¹³, as condições objetivas têm apontado para uma conferência documental para aferição da renda bruta, o que prescinde da participação do profissional de Serviço Social. Por outro lado, as universidades contam com um número expressivo de alunos, o que impossibilita a realização dessa conferência somente por assistentes sociais.

Na parte que engloba “outros” há uma gama muito ampla de respostas, tais como: inserção nos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne), reuniões pedagógicas, comissão interna de desenvolvimento institucional, comissões internas de variados temas¹⁴, participação em grupos de trabalho para elaboração de normativas, etc. De modo geral, o que importa mencionar é que a baixa uniformidade no campo da assistência estudantil abre margem a uma amplitude muito significativa de atividades, criando possibilidades relacionadas ao trabalho profissional. Por outro lado, também existe a possibilidade de convocação para atuação em atividades alheias à profissão.

Articulando os dados do gráfico anterior (Gráfico 1) ao conjunto de elementos relativos às atribuições e competências¹⁵ que serão apresentados a seguir, nota-se uma forte tendência que assola boa parte das equipes de assistentes sociais que atuam na assistência estudantil¹⁶: a maior centralidade do trabalho profissional à execução de processos seletivos para concessão de bolsas e auxílios. Tal tendência tem se consagrado em absoluta sintonia com a configuração desta política que, conforme veremos, tem uma forte preponderância de ações de caráter focalizado nas diferentes IFEs pesquisadas em nosso estudo.

Com isso a atuação das assistentes sociais é fortemente pressionada a dar conta das demandas que envolvem a execução dos editais de assistência estudantil, tendo em

13 A portaria normativa MEC nº18/2012, prevê em seu artigo 8º: “Art. 8o A apuração e a comprovação da renda familiar bruta mensal per capita tomarão por base as informações prestadas e os documentos fornecidos pelo estudante, em procedimento de avaliação sócio-econômica a ser disciplinado em edital próprio de cada instituição federal de ensino, observado o disposto nesta Portaria” Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acessado em 08 jul. 2022.

14 Especificamente no IFRJ, o envolvimento das equipes em comissões de desenvolvimento institucional e de criação de rotinas no campus se deve a implantação de novos campi que demandava dos servidores recém-admitidos essa tarefa.

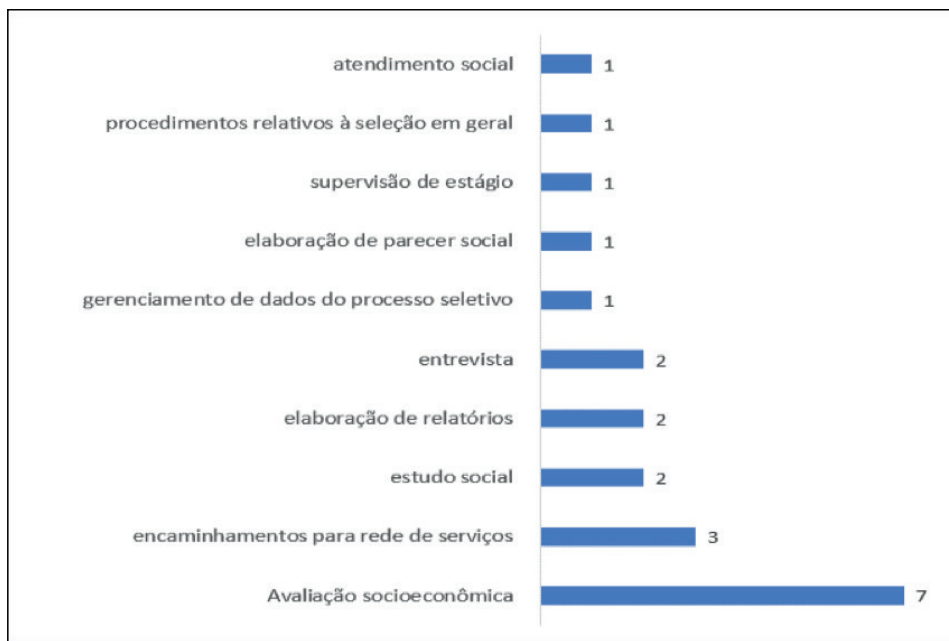
15 Destacamos que neste bloco de questões analisadas as perguntas eram abertas, ou seja, o roteiro foi conduzido pelos pesquisadores e respondido livremente pelas equipes sem a limitação de opções. Também ressaltamos que o registro das respostas foi por instituição, ou seja, no momento da entrevista foram coletadas as experiências dos profissionais presentes a fim de construir um retrato geral da instituição. Nesse sentido, não significa dizer que todos os assistentes sociais de uma mesma instituição executam exatamente as mesmas ações, dada a diversidade dos campi, que perpassa questões territoriais, regionais, perfil do aluno e também correlação de forças institucionais.

16 Embora os dados empíricos correspondam à análise desta política em solo fluminense, tal tendência já vem despontando em âmbito nacional.

consequência uma sobrecarga de trabalho e assunção de atividades que não compõem o escopo de atribuições e competências delineadas pela Lei de Regulamentação da profissão.

O primeiro aspecto relevante a se destacar consiste em quais ações são executadas exclusivamente por assistentes sociais em cada IFE. Apenas em uma das instituições pesquisadas, a avaliação socioeconômica não é citada como uma ação exclusiva do Serviço Social. Chama-nos a atenção que a maioria das outras ações está direta ou indiretamente vinculada à execução dos editais, o que corrobora a tendência aludida de maior centralidade do trabalho profissional a esta atividade. São elas: encaminhamentos para rede de serviços (3 menções), estudo social (2), elaboração de relatórios sociais (2), elaboração de pareceres sociais, gerenciamento de dados (1), realização de entrevista (1), procedimentos relativos ao processo seletivo em geral (1) e atendimento social. Além disso, tivemos uma única menção à realização de estágio supervisionado em Serviço Social.

Gráfico 2: Atividades relacionadas a atribuições e competências exclusivas do Serviço Social



Fonte: Elaboração própria.

Quando questionamos quais atividades as assistentes sociais realizam por considerarem pertinentes ao conjunto de atribuições e competências do Serviço Social, na maioria das instituições (5) as equipes indicam a realização de avaliação socioeconômica. No entanto, resta saber se as realizam sob as condições adequadas e para finalidades que não se restrinjam à concessão de bolsas/auxílios.

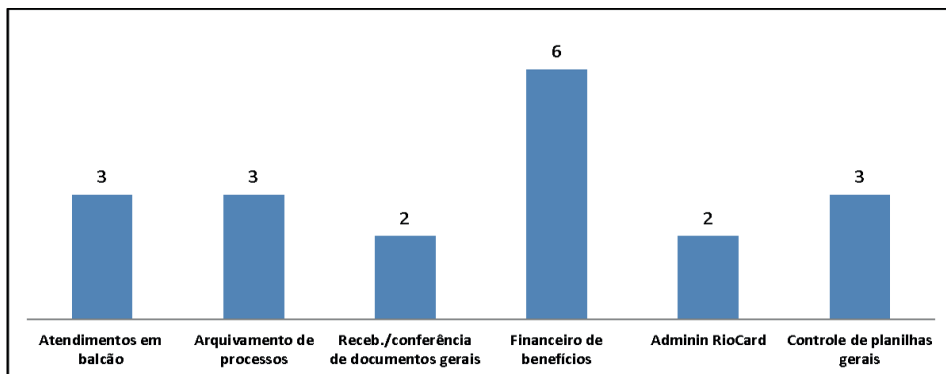
Cabe sublinhar que tanto o estudo social quanto a avaliação socioeconômica são importantes no âmbito do exercício profissional, pois possibilitam um conhecimento mais aprofundado das condições de vida da população usuária de modo a entender suas demandas explícitas/implícitas e subsidiar a proposição de políticas, serviços e encaminhamentos, ou seja, têm o potencial de não limitar as respostas profissionais às requisições institucionais.

No entanto, num cenário de frequente sobrecarga dos profissionais, prazos curtos, quadro profissional insuficiente e alto número de estudantes inscritos, torna-se praticamente inviável realizar estudos sociais e avaliações socioeconômicas de modo cotidiano e suficientemente aprofundadas que produzam os desdobramentos supracitados em ampla escala.

Além da avaliação socioeconômica (5) foram mencionados pelas equipes a realização de encaminhamentos (4) e entrevistas (4), atendimento social (4), elaboração de pareceres sociais (3), acompanhamento social (2), realização de orientações sociais (2), realização de ações socioeducativas (2), participação em reuniões de estudo de casos (2), participação em eventos (2). Além destes, com incidência menor, temos a participação em comissões, supervisão de estágio, participação em núcleo de atendimento especializado, realização de estudo social, participação em Conselho de Classe, participação em projeto de pesquisa e extensão, grupo de trabalho e fóruns, realização de palestras, participação em assembleias de classe, intervenção em situações de violência e de infrequência escolar, realização de reuniões de articulação com a rede de serviços, organização de eventos sobre violências e assessoria ao movimento estudantil (1).

Por outro lado, quando nos debruçamos sobre o conjunto de atividades que embora sejam desempenhadas, não são consideradas como suas atribuições ou competências, prevalecem as atividades de caráter administrativo, tais como: arquivamento de processos/documentos (3), digitação de listas com resultado final do processo seletivo, recebimento e conferência de frequência (2), recepção de estudantes para informações administrativas diversas (presencialmente ou por telefone) (3), emissão e controle da planilha de pagamentos das bolsas/auxílios (4), recebimento e conferência de documentos, administração/controle dos alunos que recebem gratuidade pelo Rio Card (2), alimentação de planilhas (2), abertura de processos, recebimento de dados bancários, realização de contatos com o setor financeiro, administração do fundo, acompanhamento da prestação de contas dos estudantes, esclarecimentos de dúvidas sobre o edital, atividades administrativas e burocráticas de modo geral que envolvem o pagamento de auxílios. Por fim, a única atividade que não possui caráter meramente administrativo, mas que obviamente é pertinente à outra área profissional, é a requisição de assistentes sociais para realizarem orientação pedagógica, num viés muito próprio da pedagogia.

Gráfico 3: Atividades realizadas pelas assistentes sociais, embora não considerem como atribuições e competências profissionais

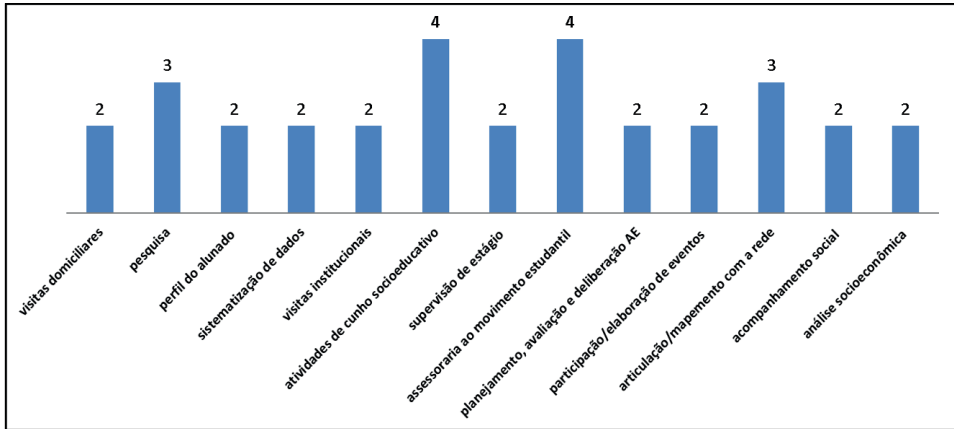


Fonte: Elaboração própria.

Cumprir observar que com a assunção das atividades supracitadas há um assalto do tempo de trabalho das assistentes sociais que impede ou dificulta momentos de suspensão do cotidiano profissional e, além disso, a execução de atividades que são consideradas absolutamente pertinentes à profissão e que têm a potencialidade de contribuir de forma efetiva com as condições de permanência estudantil. Assim, embora possamos perceber o empenho das profissionais para a realização das ações pertinentes, em diferentes frentes de atuação, o volume de atividades alheias à profissão e o tempo requerido para sua execução, é o que pode dificultar o exercício desta autonomia profissional.

Nesse sentido, as equipes entrevistadas elencam um conjunto de atividades que consideram pertinentes às atribuições e competências, mas que não conseguem realizar. São elas: desenvolver pesquisas (3), assessorar o movimento estudantil (3), acompanhamento de atividades de cunho socioeducativo (3) (formação e prevenção), visitas domiciliares (2), elaborar perfil do alunado (2), sistematizar dados já coletados (2), supervisionar estágio em Serviço Social (2), realizar articulação com a rede de serviços (2), participar nas instâncias de planejamento, avaliação e deliberação da política no âmbito da IFE (2). Também identificamos em incidência menor as atividades a seguir: realizar visitas a outros *campi* da mesma IFE para realizar divulgação e orientações sobre os editais, atendimentos às famílias, realização de trabalho integrado a outras equipes institucionais, realizar entrevistas, promover outras ações de permanência estudantil (para além das bolsas), realizar reuniões da equipe de Serviço Social, participar de eventos, elaborar projetos coletivos, realizar palestras, realizar visitas institucionais, realizar seminário de assistência estudantil e mapear a rede de serviços.

Gráfico 4: Atividades que as assistentes sociais não desempenham, mas consideram que seria importante realizar



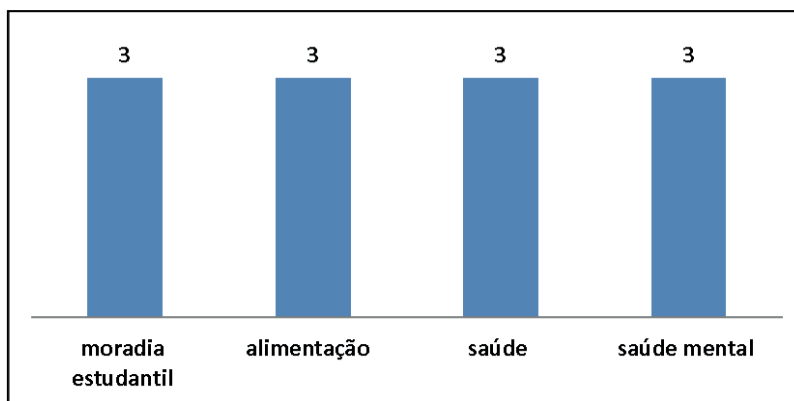
Fonte: Elaboração própria.

Neste rol de atividades também foram citadas aquelas que embora sejam realizadas, não ocorrem nas condições consideradas adequadas. Em duas IFEs, foi mencionada a necessidade de ter um tempo maior para realizar análise socioeconômica (2) para que ela não se restrinja a uma mera análise documental, tal como havíamos problematizado anteriormente. Além disso, foram indicadas a necessidade de realizar um acompanhamento mais efetivo dos estudantes (2) e ter uma contribuição maior em seu processo de formação. Supomos que o modo de execução atual destas atividades elencadas se relaciona diretamente com que abordamos sobre as consequências da sobrecarga de trabalho e assunção de um conjunto de atribuições e competências que destoam do escopo de atuação das assistentes sociais.

Pelo menos quatro das equipes referem não conseguir realizar ou ter dificuldade para realizar o devido acompanhamento dos estudantes, em função do conjunto de tarefas administrativas assumidas a partir dos processos seletivos da política, o que reforça o que mencionamos anteriormente sobre os possíveis prejuízos ao desenvolvimento da potencialidade do trabalho profissional junto às condições de permanência. Em alguns casos, este acompanhamento ocorre, mas é direcionado a uma parcela restrita de estudantes atendidos pela política - os bolsistas de determinada modalidade do programa ou os atendidos pelo alojamento estudantil, por exemplo.

Foram relatados o acompanhamento a situações de demandas específicas, tais como: saúde mental, casos de violência externa, gravidez, pensão alimentícia e licença saúde. Ademais, foram referenciados o atendimento às famílias, às alunas mães (sobretudo, na elaboração de relatório para favorecer o acesso à escola para seus filhos), a articulação com coordenadores de curso e realização de atividades com caráter pedagógico com os estudantes, seja no formato de roda de conversas ou desenvolvimento de grupos, revelando a potencialidade deste trabalho.

Gráfico 5: Principais demandas reprimidas dos usuários identificadas pelas assistentes sociais



Fonte: Elaboração própria.

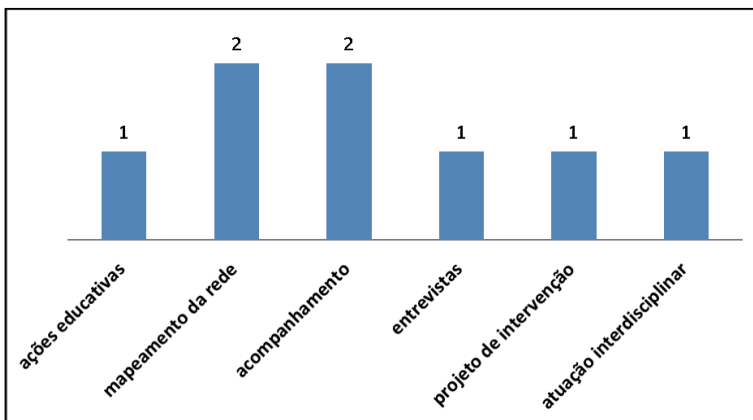
Dentre as demandas reprimidas dos usuários identificadas pelas equipes, primeiramente destacamos aquelas que correspondem aos eixos previstos no PNAES. Observamos que muitos destes – por exemplo, saúde mental, moradia e alimentação – não estão sendo atendidos adequadamente pelas instituições, seja pela burocracia existente no processo seletivo, seja pela falta de recursos ou pelo caráter focalizado das ações.

Além das demandas acima citadas, soma-se a isso, aquelas relativas ao transporte, apoio pedagógico, creche, acessibilidade e atividades culturais e esportivas, com uma menção cada, revelando o quanto os eixos da PNAES sequer são efetivados na sua integralidade. Ou seja, com raras exceções, tais estruturas são contempladas nas IFEs. Por fim, neste primeiro grupo, o quantitativo de bolsas também figura como uma das demandas reprimidas.

O segundo grupo de demandas identificadas são próprias ao universo educacional, as quais as equipes parecem vislumbrar um potencial de atuação da profissão, pois ainda que não seja por intervenção direta, contribuem para alargar o horizonte das condições de permanência estudantil. São elas: discriminação institucional (raça e gênero), defasagem de conteúdo das disciplinas básicas, controle social, participação dos alunos e infrequência escolar.

No terceiro grupo que podemos caracterizar como demandas em geral, estão as seguintes menções: uso e abusos de drogas, sexualidade, desemprego e acesso a serviços públicos. Tais questões, apesar de externas à dinâmica das instituições, interferem na permanência, nas condições de aprendizado, especialmente se considerarmos o perfil do público estudantil. A intervenção sobre tais questões demanda articulação entre profissões e instituições.

Gráfico 6: Ausência de ações ou instrumentos que as assistentes sociais identificam como necessárias para atuar nas demandas reprimidas



Fonte: Elaboração própria.

O quarto e último grupo parece corresponder à ausência ou insuficiência de ações ou instrumentos que as equipes identificam como necessárias para intervir nas demandas reprimidas. Dentre elas figuram: ações educativas, entrevistas, projeto de intervenção, atuação interdisciplinar, mapeamento da rede serviços e acompanhamento, sendo estas duas últimas mencionadas por duas equipes. Novamente, a questão da priorização de atividades burocráticas impacta nas possibilidades de desenvolvimento de ações que qualificariam as respostas à atenção aos estudantes.

ASPECTOS DA CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES DO RJ

A concretização da proposta do mapeamento do trabalho das assistentes sociais em programas da assistência estudantil das IFEs do Rio de Janeiro não esteve alheia ao contexto sócio-histórico do país. Tentamos traçar uma linha do tempo dos acontecimentos que marcaram a sociedade brasileira e que impactaram de forma expressiva a política de educação.

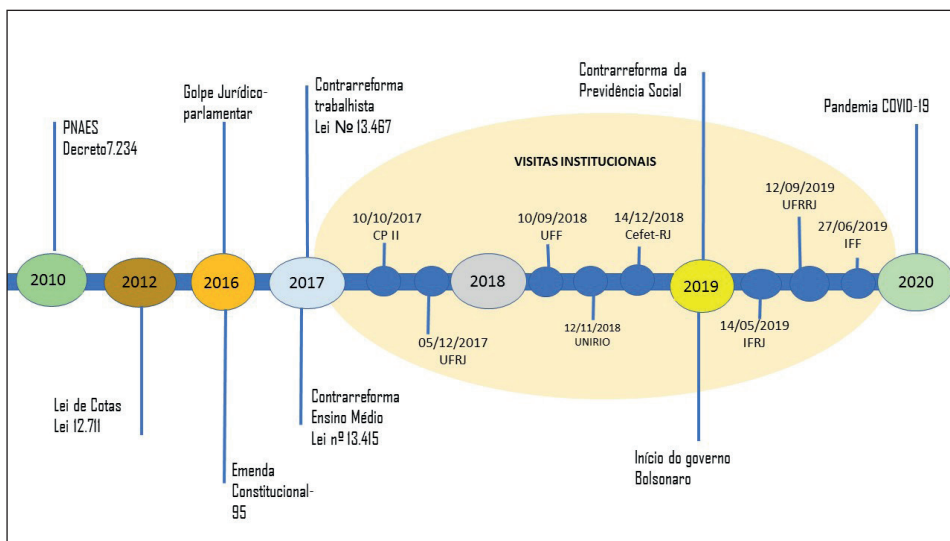
Tomamos como marco a política de assistência estudantil instituída pelo governo federal no Brasil, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES – Decreto n. 7234/2010). Esse regulamento legal impulsionou ações no âmbito da assistência estudantil. Conforme mencionamos anteriormente, no mesmo movimento histórico, tivemos, também, a promulgação da Lei n. 12.711/2012 que garantiu a reserva de vagas nas IFEs. Esses dois regulamentos promovem, a ampliação do número de profissionais de Serviço Social na rede federal de educação¹.

A partir de 2015, vimos o projeto de educação que vinha sendo implementado nos governos do Partido dos Trabalhadores sofrer forte pressão das forças políticas opositoras, com crescente hegemonia na sociedade brasileira, sobretudo, entre frações burguesas e com o apoio dos grandes meios de comunicação. Assim, difundiram uma imagem da crise hostil ao governo Dilma, levando ao impeachment da presidenta em 2016². A partir desse momento histórico, o país em sua fragilidade política, tem assistido ao aprofundamento de uma série de contrarreformas e de ataques à democracia. Esse é um pouco do contexto no qual iniciamos a realização das visitas e aplicação dos questionários.

1 Cf. PRADA, T. *O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

2 ANTUNES. R. O pântano no volume morto: degradação institucional brasileira atinge ponto mais agudo. Correio da cidadania, 02 abr. 2016. Entrevista a Raphael Sanz. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/politica/11554-02-04-2016-o-pantano-no-volume-morto-degradacao-institucional-brasileira-atinge-ponto-mais-agudo>. Acesso em: 10 maio 2018.

Ilustração 1: Linha do tempo



Fonte: Elaboração própria.

3.1 ESTRUTURA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS IFES DO RJ

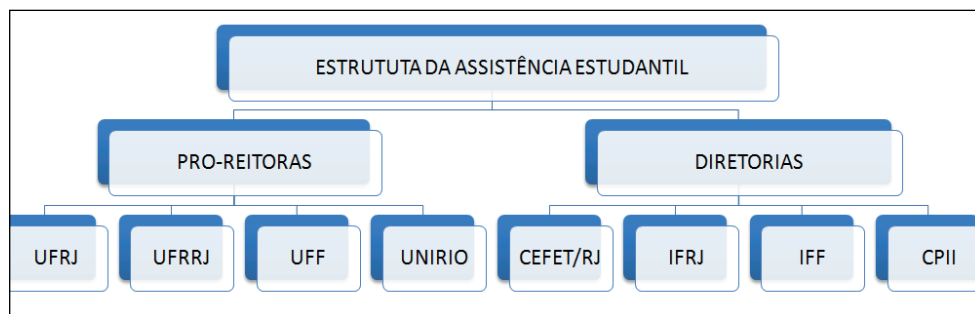
Observamos que nas IFEs do Rio de Janeiro a assistência estudantil está estruturada em Pró-reitorias, nas universidades e Diretorias, nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC³). Essas estruturas⁴ centralizam e administram os recursos voltados para assistência estudantil e voltam-se para a organização desta política de forma exclusiva. Apenas no Cefet/RJ está ligada à Diretoria de Extensão.

Em linhas gerais, podemos afirmar que as diferenças entre as estruturas de Diretoria e Pró-Reitorias dizem respeito à própria construção da política, em que as universidades possuem mais lastro na sua construção. Além disso, o PNAES não determina um *locus* específico de execução da assistência estudantil. E, por fim, também está relacionada à correlação de forças institucionais que não são objeto da nossa reflexão por agora.

3 Compõem a RFEPC: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

4 Esse aspecto estrutural ganha destaque e observamos que esse dado pode ser problematizado. As organizações da assistência estudantil a partir de diretorias e pró-reitorias poderiam nos suscitar reflexões que merecem ser aprofundadas, tais como: qual o significado dessa organização dessa estrutura? Há equivalência entre as estruturas? Qual o grau de autonomia em relação a decisões e recursos e outros aspectos?

Ilustração 2: Organização da assistência estudantil nas IFEs- 2017-2019



Fonte: Elaboração própria.

A forma como estão dispostos, pode ser apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1: Setores a que o Serviço Social está vinculado

IFE	Setor
UFRJ	Divisão de Apoio ao Estudante-DAE ligada à Superintendência de políticas estudantis – SUPEREST
UFRRJ	Setor de Apoio Psicossocial ao Estudante - SEAPE ligada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PROAES-
UFF	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PROAES
Unirio	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- PRAE
IFRJ	Coordenação Técnico-Pedagógica- COTPs ou diretamente nas direções de ensino. No campus de São Gonçalo há uma diretoria adjunta de Assistência Estudantil. Na Reitoria o setor é a DIRAE.
CPII	Pró-Reitoria de Ensino- PROEN
Cefet/RJ	Seção de Articulação Pedagógica -SAPED, ligada à gerência acadêmica. Exceção do campus Maracanã (Coordenadoria de Assistência Estudantil CAE) e Angra dos Reis (setor de disciplina)
IFF	Diretoria de políticas estudantis

Fonte: Elaboração própria.

Essas diferenças nos caminhos percorridos pelas universidades e pelas instituições da RFEPCT, também se refletem no lugar que a profissão ocupa institucionalmente. Nas universidades, o Serviço Social está geralmente ligado aos setores de assuntos estudantis, enquanto na RFEPCT está ligado aos setores de ensino. Apenas no IFF está ligado aos setores de assuntos estudantis. Em nenhuma instituição analisada existe uma coordenação técnica do Serviço Social. De todo modo, é possível afirmar que a assistência estudantil é o lugar de atuação da assistente social.

Neste sentido, identificamos uma lógica norteadora da lotação do Serviço Social na rede federal analisada: esta se dá segundo as conjunturas políticas e institucionais, respondendo muito mais às necessidades dos empregadores do que das equipes e do

trabalho a ser desenvolvido. Além disso, como um elemento que pode revelar uma certa fragilidade política, conforme mencionamos, não existem coordenações específicas de Serviço Social.

Existe uma diferença significativa entre as universidades e a RFEPCT. O universo de estudantes, os níveis de ensino e as modalidades influenciam diretamente na concepção e estrutura da assistência estudantil. Estamos tratando de universos particulares, que têm formas diversas na implementação da política. Mas que, no momento da pesquisa, tinham em comum as diretrizes apresentadas pelo PNAES. As ações são desenvolvidas por núcleos e coordenações que buscam atender as seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

As universidades já possuíam uma organização da assistência estudantil mais consolidada e anterior ao decreto do PNAES (Decreto n. 7234/10). Por exemplo, moradia estudantil e restaurantes universitários são equipamentos existentes que eram oferecidos por meio de recursos próprios destas instituições.

No entanto, esse marco regulatório é um divisor de águas no que se refere à assistência estudantil na RFEPCT, o decreto foi o propulsor de uma estruturação das ações, enquanto que nas universidades vislumbrou-se a possibilidade de sua ampliação e consolidação, embora sob influência das disputas políticas internas.

Na ocasião da pesquisa, a maioria das instituições possuía regulamentação própria da assistência estudantil. A Unirio e a UFF não possuíam uma política de assistência estudantil regulamentada. A Unirio possuía uma regulamentação da estrutura da pró-reitoria elaborada pela gestão e a UFF possuía apenas uma regulamentação dos programas.

No que se refere à participação na construção da política de assistência estudantil, observemos abaixo, os principais sujeitos desse processo.

Quadro 2: Participação na construção da política de assistência estudantil

Instituição	Quanto à participação das assistentes sociais	Ano de publicação
Cefet/RJ	Profissionais da equipe multiprofissional, alunos e estagiários de SESO	2019
CPII	Participação da comunidade estudantil. A revisão ficou por conta das assistentes sociais.	2018
IFF	A proposta foi elaborada por um fórum e a comunidade participou com consulta aberta. O fórum das assistentes sociais é agente direto deste processo.	2016
IFRJ	Contou com a participação da gestão, assistentes sociais e demais profissionais técnicos administrativos.	2011
UFRJ	Participação da comunidade, servidores técnicos administrativos envolvidos nas ações e gestão.	2019
UFRRJ	Gestão, conselho universitário (CONSU), assistentes sociais e demais profissionais técnicos administrativos.	2017
Unirio	Não possuía política de assistência estudantil construída até o momento da realização do mapeamento.	-
UFF	Não possuía política de assistência estudantil construída até o momento da realização do mapeamento.	-

Fonte: Elaboração própria.

Interessante observar a diversidade de experiências no que diz respeito à construção da política de assistência estudantil nestas instituições. Houve um movimento de certa democratização, uma vez que destas, 5 instituições contaram com a participação da gestão e também da comunidade acadêmica, com especial destaque, a presença das assistentes sociais que trabalham nas ações de assistência estudantil. Tal diversidade também aparecerá na forma como os eixos presentes no decreto serão trabalhados por cada instituição, tema que iremos nos dedicar no item a seguir.

3.2 AS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS IFES DO RJ, SEGUNDO OS EIXOS PNAES

De modo geral as IFEs visitadas empreendem suas ações na política de permanência estudantil preponderantemente por meio da oferta de bolsas e auxílios, chegando em alguns casos a usar quase a totalidade dos recursos PNAES para este fim⁵. Embora não haja nenhuma menção explícita no Decreto 7.234/2010 na oferta de bolsas e auxílios - já que se estabelece no parágrafo segundo do art. 3º que “caberá à instituição federal de

⁵ Referimo-nos às seguintes IFEs: Unirio, UFRJ, IFRJ e Cefet/RJ.

ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.” - as IFEs se alinham à tendência mais geral de assistencialização das políticas sociais num contexto de financeirização do capital. Assim, concentram-se na distribuição de auxílios financeiros estudantis.

Segundo Lima,

A questão da autonomia delegada às IFES em relação ao programa deve ser percebida com cautela e crítica. Em nome do estabelecimento de relações democráticas na gestão, execução e controle social do programa deixa-se à escolha das instituições qual será o público atendido. Não são institucionalizadas diretrizes estruturais em âmbito nacional, com isso torna-se comum encontrar em cada IFES critérios distintos de atendimentos aos estudantes. Em todas as instituições afirma-se o cumprimento do que está orientado na regulamentação de referência. Ademais, além da institucionalidade frouxa e diminuta, a flagrante insuficiência de recursos – sempre muito aquém da demanda discente –, faz da autonomia das IFES frente à implantação do PNAES uma idílica prerrogativa (2017, p. 126-7).

Desse modo, como se pode observar, é menos recorrente a estruturação de serviços que deem conta das demandas estudantis e que não condicionam o acesso a critérios de renda e/ou socioeconômicos, além da exigência de abertura de conta corrente (caso o estudante não possua) para recebimento dos auxílios financeiros. Ressalta-se que em alguns casos, conforme já mencionamos, há serviços, programas e/ou projetos que são anteriores ao PNAES e se mantêm às custas dos recursos de custeio⁶ da instituição. Por outro lado, nota-se uma diversificação das ações e serviços propiciados a partir do PNAES, como é possível observar na UFF. Na UFRRJ, antes da implementação do mesmo marco legal, eram ofertadas ações como restaurante universitário e residência estudantil.

O PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, no entanto, em seu art. 4º prevê a inclusão dos Institutos Federais na abrangência dessas ações, chamando a atenção para suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Nesse sentido, para além dos alunos do ensino superior deverão ser contemplados por estas ações os alunos da educação básica, já que é uma característica muito particular dos Institutos Federais a predominância desse nível de ensino.

Tal como está previsto na Lei Federal n. 11.892/2008, deve-se garantir 50% das vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação

⁶ Dadas as circunstâncias, é importante sinalizar que antes algumas IFEs, sobretudo as universidades, realizavam as ações destinadas aos estudantes com recursos de custeio, mas após a vigência do PNAES abandonaram ou reduziram essa forma de financiamento. Como se não bastasse, o recurso PNAES passa a ser disputado com outras ações como pesquisa e extensão e sabemos quem tende a vencer este cabo de guerra, situação esta que tende a se agravar dado os progressivos cortes orçamentários, sob a vigência da Emenda Constitucional nº 95. Por outro lado, cabe indicar que há ações que exigem a complementação dos recursos PNAES a partir de outras fontes, tal como restaurantes estudantis, alojamentos, dentre outros, ainda mais se considerarmos que os primeiros podem indicar uma universalização. No entanto, isso vem sendo cada vez mais inviável, pois os recursos como um todo das IFEs tendem a minguar.

de jovens e adultos. Ao mesmo tempo em que é importante o decreto prever a abrangência dessas diferentes etapas da educação básica, há omissão ao não estabelecer maiores elementos para o desenvolvimento destas ações, deixando a cargo de cada IFE definir os critérios de acesso. Ressaltamos este fato, pois este público específico é portador de um conjunto de direitos definidos em dispositivos legais⁷ anteriores ao decreto que têm como características um caráter de universalidade na cobertura⁸ a fim de possibilitar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Nos termos de Lima (2017, p. 29),

ainda que os Institutos Federais sejam reconhecidos como instituições de ensino superior, sua estrutura incorpora discentes de outros níveis de ensino (Educação Profissional de Nível Médio, da EJA e dos cursos FIC) para todos estes estudantes, os critérios de seletividade para escolher os “beneficiários” ao repasse financeiro (bolsas de transferência de renda) não constituem resposta ao direito à permanência estudantil.

Torna-se relevante destacar esses elementos, pois, quatro das IFEs visitadas se enquadram nesse perfil institucional e, destas, três possuem um conjunto de alunos matriculados preponderantemente no nível básico (conferir Quadro 3)⁹. Nesse sentido, nos caberia questionar o fato deste público ser submetido a processos seletivos, quando tais direitos já são garantidos de forma universal por dispositivos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre outros.

Tabela 19: Percentual de matrículas por nível de ensino à época do mapeamento

IFE	Número total de matrículas	Educação básica	Superior graduação	Superior Pós-graduação
Cefet/RJ (2018)	19.514	36,4%	60,25%	3,35%
CPII (2017)	19.592	95,56%	0%	4,44%
IFF (2019)	21.144	69,46%	27,58%	2,97%
IFRJ (2019)	15.926	59,64%	36,29%	4,07%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, 2017-2019.

7 Dentre eles podemos citar: Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), a Lei Federal nº 11.947/2009, dentre outros.

8 Essa universalidade na cobertura dos alunos se refere, por exemplo, nas redes básicas de ensino das esferas estadual e municipal, à oferta da merenda escolar, gratuidade no acesso ao transporte e acesso a livros didáticos.

9 No caso específico do Cefet/RJ, no qual o perfil institucional estudantil se concentra predominante no ensino superior, supomos ter relação com sua resistência em aderir à proposta dos Institutos Federais, já que havia pretensão em obter o título de universidade, tal como ocorrera com o Cefet/PR que, no primeiro governo Lula de Silva, se transformou em Universidade Tecnológica. Este objetivo estava expresso nos diferentes Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), de 2005-2009; 2010-2014; 2015-2019. No entanto, o Ministério da Educação recusou essa proposta no governo Lula da Silva, sendo ratificado o desinteresse posteriormente no governo subsequente de Dilma Rousseff (SILVA, 2014; TRINDADE, 2019).

Há um elemento imprescindível a se considerar, já que parece figurar como um dos motivos aparentes para conformar a implementação dos programas de permanência estudantil das diferentes IFEs no formato atual. O Decreto PNAES não estabeleceu garantias para o financiamento das ações, pelo contrário, a partir de uma análise mais atenta do texto legal é possível identificar que não há nenhuma referência que possa ser evidenciada quanto a este tema, nem o estabelecimento de parâmetros mínimos.

Trata-se da recorrente e persistente inexistência de um financiamento suficiente para dar conta de forma robusta das demandas a serem supridas, ao menos no que está previsto nos dispositivos legais. Destaca-se que isso ocorre seja pelos progressivos ataques sofridos pelas IFEs ao longo dos anos em termos de cortes orçamentários¹⁰ que afetam o conjunto das políticas sociais, seja também pelas disputas políticas na alocação dos recursos no interior destas mesmas instituições.

Cislighi e Silva (*apud* Lima, 2017) indicam que, embora tenha havido um crescimento significativo nos primeiros anos dos recursos destinados ao PNAES, estes ainda eram insuficientes,

visto o passivo acumulado de períodos anteriores e o aumento de estudantes que ingressaram nas IFES. Se articularmos essa questão ao cumprimento das políticas macroeconômicas induzidas pelos organismos multilaterais veremos que “o cobertor fica curto” mesmo para a execução das ações mais básicas, o que leva ao “subfinanciamento da assistência estudantil” (*ibid*, p. 132).

O CPII no ano de 2012, por meio da Lei Federal n. 12.677, foi equiparado aos IFEs e, somente no ano seguinte, passou a receber recursos PNAES. Ou seja, das instituições visitadas nesta pesquisa, esta é a que passou a desenvolver ações com esses recursos específicos da rubrica da assistência estudantil há menos tempo. Destacamos esse elemento, pois pode ser um dos motivos que justificam algumas diferenças no desenvolvimento das ações nos eixos previstos.

Na ocasião do mapeamento, o percentual de matrículas no nível básico era preponderante, cerca de 95,56% do total (Plataforma Nilo Peçanha, 2017). Cabe destacar que esse nível de ensino abarca um conjunto de direitos que não se limita aos critérios para seleção estipulados no PNAES, conforme mencionamos anteriormente. Nesse sentido, acredita-se que esse perfil do público-alvo pode estar relacionado com os contornos assumidos pela política nesta instituição. Se nos debruçarmos nos dados, podemos observar que as ações se concentram em quatro principais eixos: alimentação, transporte, apoio pedagógico e pessoas com deficiência/necessidades específicas.

10 Segundo aponta a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES - 2018, “o PNAES dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo, todavia, queda para R\$987 milhões em 2017 e R\$957 milhões em 2018”. Conforme pode ser observado, mesmo que tenha havido um considerável crescimento do aporte de recursos PNAES para as IFEs ao longo dos anos, justamente na época da realização da presente pesquisa este cenário já começa a se alterar e tende a se agravar. Não nos esqueçamos que em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional n° 95 que institui o teto dos gastos sociais públicos, o que inclui a política de educação e, especificamente, produz impactos nas políticas de permanência estudantil.

Embora tanto o IFF quanto o IFRJ também tenham a predominância dos estudantes da educação básica, diferente do CP II, o nível superior também comporta um número significativo de alunos, o que pode justificar uma diversificação das ações para além dos eixos mais básicos de concentração desta última IFE. Supomos que isso ocorre em função do CP II ter uma característica marcante de ensino básico propedêutico, o que difere das outras IFEs em relação ao peso maior em cursos com formação técnica profissional.

No que diz respeito às universidades podemos inferir que as ações mais estruturadas se concentram nos eixos que podemos considerar mais tradicionais na política de permanência estudantil, como: moradia, transporte, alimentação, mas nota-se uma diversificação em relação às IFEs que também atendem o ensino básico, pois ofertam ações também nas áreas de saúde, cultura, esporte, creche, dentre outros.

Outro aspecto observado na diversificação dos eixos é que algumas ações partem de iniciativas dos profissionais que atuam à frente da política, como projetos de extensão, ou seja, não são ações estruturadas e regulamentadas pela assistência estudantil da instituição. Tais ações devem ser valorizadas, visto que são viabilizadas por esforço pessoal dos profissionais. No entanto, não devemos esquecer que por serem iniciativas pontuais, há um risco maior de perda de continuidade, caso o profissional seja removido/transferido de setor ou unidade.

De modo geral, no conjunto das IFEs é possível observar uma preponderância das ações de caráter focalizado, sob a forma de auxílios e bolsas nos diversos eixos de atuação. A partir do exposto, iremos agora nos deter na análise das ações realizadas pelas diferentes IFEs por eixos definidos no Decreto PNAES. Mas, antes é preciso fazer uma ressalva em relação ao Cefet/RJ, pois no momento de realização da pesquisa, não havia uma ação diretamente vinculada à maioria dos eixos previstos no supracitado decreto.

O programa correspondente à política de permanência institucional, no Cefet/RJ possuía três modalidades de bolsas (PAE – Programa de Auxílio ao Estudante; PAED – Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência¹¹ e PAEm – Programa de Auxílio Emergencial) com valor fixo mensal de R\$400,00 (quatrocentos reais). Supomos que o valor destinado aos estudantes, provavelmente, os possibilita custear as despesas de eixos como transporte, alimentação, dentre outros. No entanto, não há como precisar qual eixo especificamente está sendo atendido, pois a decisão sobre como fazer uso da bolsa depende de cada aluno, conforme suas prioridades.

Nesse sentido, na análise que se seguirá, no que diz respeito ao Cefet/RJ, não será possível visualizar ações vinculadas diretamente aos eixos de forma bolsificada, com exceção do eixo estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades. No entanto, considerando o que apontamos anteriormente, a bolsa potencialmente poderia contemplar outros eixos indiretamente.

11 Cabe ressaltar que apenas esta modalidade de bolsa se vincula diretamente a um dos eixos previstos no Decreto PNAES: acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Quadro 3: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Moradia

IFE	MORADIA
Cefet/RJ	Não
CPII	Não
IFF	Auxílio e Moradia estudantil
IFRJ	Auxílio e Moradia estudantil
UFF	Auxílio e Moradia estudantil
UFRJ	Auxílio e Moradia estudantil
UFRRJ	Auxílio e Moradia estudantil
Unirio	Auxílio

Fonte: Elaboração própria.

Conforme pode ser observado, além do Cefet/RJ, apenas o CPII não possui uma ação vinculada diretamente ao eixo de *moradia*. Especificamente em relação ao CPII, tal fato pode ter relação justamente com o que fora mencionado anteriormente sobre esta IFE ter o perfil de estudantes majoritariamente concentrado na educação básica, ou seja, são crianças e adolescentes, que geralmente nesta fase da vida, residem com seus responsáveis, mesmo sendo em locais distantes da escola¹². Desse modo, o transporte aparece como demanda mais prioritária, seja para acesso à gratuidade do transporte público tanto para crianças quanto seus responsáveis, seja para o uso de veículos que fazem o transporte escolar.

No que se refere às demais IFEs, com exceção da Unirio que apenas oferta o auxílio moradia, todas possuem o mesmo auxílio, além da moradia estudantil. A oferta desta modalidade de auxílio denota dois aspectos importantes: o primeiro é que não existem moradias estudantis suficientes para dar conta da demanda nas IFEs como um todo. Todas as IFEs analisadas são *multicampi* e, em alguns casos, os *campi* são localizados em municípios distintos da sede/reitoria.

No caso das universidades - UFF, UFRJ e UFRRJ - as moradias são vinculadas ao *campus* sede no geral, sendo que a UFF é a única que possui também em um *campus* descentralizado (Rio das Ostras). Já nos institutos federais - IFF (*campi* Bom Jesus, Cambuci e Macaé¹³) e IFRJ (*campus* Pinheiral¹⁴) - existem moradias apenas nos *campi*

12 Cabe destacar que o ECA, estabelece em seu art. 83, inciso V, a garantia do *acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica* (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019). Embora nem sempre se consiga garantir o que prevê este dispositivo em relação às escolas das redes municipais e estaduais, quando tratamos das escolas federais torna-se um pouco mais difícil, pois geralmente o acesso se dá por concurso público. Além disso, tais instituições abrangem um território de atuação maior, inclusive, podendo abarcar estudantes de municípios adjacentes, o que reforça nosso indicativo de que nestes casos a demanda maior seja direcionada ao eixo do transporte.

13 Neste município, há uma parceria com a prefeitura local para a oferta de moradia estudantil. A estrutura e oferta é de iniciativa do poder público municipal às várias instituições de ensino que existem instaladas na cidade (como IFF, UFF, UFRJ, etc.), sendo uma parcela de vagas destinadas a cada uma.

14 Há uma particularidade nesta moradia, pois ela é destinada a apenas alunos do sexo masculino. O referido *campus* é o único do IFRJ que possui moradia e restaurante estudantis, mas cabe ressaltar que existem porque são estruturas herdadas do antigo Colégio Agrícola Nilo Peçanha, antes vinculado à UFF, mas que após a sanção da Lei que cria

descentralizados. O segundo aspecto é que normalmente não há vagas suficientes nas moradias estudantis existentes para suprir a demanda do conjunto de estudantes, o que reforça ainda mais a necessidade de uma ação complementar que é viabilizada pelas IFEs por meio da oferta dos auxílios.

Quadro 4: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Alimentação

IFE	ALIMENTAÇÃO
Cefet/RJ	Refeitório cedido pelo estado RJ
CPII	Refeição
IFF	Auxílio e Restaurante estudantil
IFRJ	Auxílio e Restaurante estudantil
UFF	Auxílio e Restaurante estudantil
UFRJ	Auxílio e Restaurante estudantil
UFRRJ	Auxílio e Restaurante estudantil
Unirio	Auxílio e Restaurante estudantil

Fonte: Elaboração própria.

No eixo *alimentação* podemos observar que seis IFEs possuem tanto restaurantes estudantis quanto auxílio alimentação, o que revela que embora exista a estrutura que tende a promover uma cobertura maior dos estudantes nesta área, ela não é suficiente, já que é complementada com o auxílio financeiro correspondente.

Cabe aqui retomar a mesma observação feita em relação ao eixo anterior, pois todas as IFEs analisadas são *multicampi* e, nesse sentido, tal como ocorre nas moradias, os restaurantes estudantis geralmente estão localizados nos *campi* sede, no caso das universidades¹⁵. No IFRJ está localizado num *campus* descentralizado (*campus* Pinheiral) e no IFF há uma diversidade na infraestrutura existente em cada *campus*, o que inclui a cobertura universal do restaurante para todos os alunos, cobertura universal do restaurante apenas para alunos que estudam em período integral, oferta de auxílio alimentação e pagamento direto a um restaurante próximo à instituição para disponibilização de determinado quantitativo de refeições. Em relação à UFRRJ, só é concedido auxílio alimentação financeiro, no *campus* Três Rios, por não haver ainda Restaurante universitário.

O CPII é a única instituição que possui cobertura universal de alimentação para os alunos. É importante lembrar que quase a totalidade de seus alunos são da educação básica e, ao atendê-los de forma universal, sobretudo sem submetê-los a processos seletivos pautados em critérios socioeconômicos, esta IFE está cumprindo o que está previsto em diferentes dispositivos legais, tal como já mencionamos anteriormente. Isto não ocorre da

os Institutos Federais (Lei Federal nº 11.892/08) passou a integrar o IFRJ, ou seja, não são um legado institucional construído a partir do Decreto PNAES.

15 Na UFF, UFRJ e UFRRJ há o fornecimento de alimentação para o final de semana para os alunos que residem nas moradias estudantis das respectivas instituições.

mesma forma no IFRJ, no IFF e no Cefet/RJ, mesmo tendo também alunos da educação básica, sendo que nas duas primeiras este percentual corresponde a mais da metade dos alunos matriculados nas respectivas instituições.

Na ocasião do mapeamento do Cefet/RJ, dois *campi* estavam em processo de construção dos restaurantes estudantis (Maracanã e Nova Iguaçu) e em apenas um *campus* (Maria da Graça) havia um refeitório que ofertava alimentação. No entanto, trata-se de uma estrutura cedida pelo estado do Rio de Janeiro, inicialmente, em função de um convênio com o Colégio Estadual Horácio Macedo. Tal como nos esclarece Trindade (2019, p. 93-4),

O convênio com o Colégio Estadual Professor Horácio Macedo durou até 2012, diante da possibilidade do Cefet/RJ passar a ofertar o Ensino Médio Integrado. O Colégio Estadual Professor Horácio Macedo, após quase quinze anos, passou de uma relação de convênio para uma relação de cessão de espaço.

Uma vez que não havia mais a oferta de cursos na modalidade de concomitância externa, a partir de 2013, o convênio com a Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro não foi mais assinado. Atualmente, essa relação de cessão vem sendo mantida, com uma contrapartida: a oferta de alimentação aos estudantes do Cefet/RJ. O Colégio Estadual Professor Horácio Macedo conta com um refeitório que oferece alimentação tanto para os estudantes da rede estadual como aos estudantes do Cefet/RJ.

Quadro 5: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Transporte

IFE	TRANSPORTE
Cefet/RJ	Não
CPII	Auxílio
IFF	Auxílio e complementação do Riocard
IFRJ	Auxílio e Van*
UFF	Auxílio e Bus UFF
UFRJ	Auxílio, <i>Intercampi</i> e Apoio a eventos
UFRRJ	Auxílio e ônibus interno
Unirio	<i>Intercampi</i> e Linha Baixada/Zona Oeste

Fonte: Elaboração própria.

*Veículo institucional disponibilizado em algumas unidades destinado a facilitar o acesso dos alunos ao transporte público (terminais rodoviários e estações de trem)

No eixo de *transporte* podemos observar que em todas as IFEs há a ausência de acesso universal à gratuidade, mesmo no caso dos alunos da educação básica que, conforme já citamos anteriormente, têm a previsão legal em distintos dispositivos. Nesse sentido, é importante ressaltar que sem o acesso ao transporte gratuito, o próprio acesso à educação está sendo inviabilizado pelo Estado.

No caso das universidades, apenas existe acesso à gratuidade no transporte público para estudantes que residem e estudam nos *campi* situados no município do Rio de Janeiro¹⁶. Há uma diversidade entre as ações disponibilizadas neste eixo, o que abarca a disponibilização de linhas *intercampi* (UFF¹⁷, UFRJ e Unirio); de linha com trajetos que atendem a alunos que residem em bairros distantes da instituição ou municípios da Baixada Fluminense em horários pré-estabelecidos no período noturno (Unirio); linha interna para facilitar o deslocamento no âmbito da IFE (UFRRJ) e a oferta de auxílio transporte (UFRJ, UFF e UFRRJ).

Quadro 6: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Saúde

IFE	SAÚDE
Cefet/RJ	Acesso à Saúde do Trabalhador
CPII	Não
IFF	Setor Médico e Enfermagem, Ações de Promoção e Prevenção
IFRJ	Atendimento emergencial e encaminhamento para rede de serviços/Napne
UFF	Auxílio e Divisão de Saúde
UFRJ	Parcerias com Unidades de Saúde da UFRJ
UFRRJ	Divisão de Saúde
Unirio	Apoio psicológico e convênios com Hospital Universitário/Unirio e PUC

Fonte: Elaboração própria.

Cabe ressaltar que as ações descritas nesse item não correspondem à forma como os estudantes acessam a saúde de modo geral na rede de serviços. Tratam-se de iniciativas que existem no interior das instituições para contemplar este eixo, conforme está previsto no Decreto PNAES. No entanto, tais ações são realizadas de modo pontual a partir dos esforços e mobilização das equipes.

No eixo *saúde*, o CPII é a única IFE que não possui uma ação específica de atendimento para o estudante. As demais IFEs ofertam serviços e/ou estabelecem parcerias internas e/ou externas para atender às demandas vinculadas a este eixo, conforme pode ser observado no Quadro 7.

No IFF há uma diferenciação entre os *campi*, de acordo com a infraestrutura de

16 Trata-se do Passe livre universitário, regulamentado pelo Decreto Municipal 38.280, que permite o acesso ao transporte coletivo por ônibus municipais convencionais, BRT e VLT. Para acessá-lo o estudante deve estar com matrícula ativa no semestre letivo, ser vinculado aos programas do Governo Federal de cotas ou Programa Universidade para Todos ou possuir renda familiar per capita de até 01 (um) salário mínimo, na modalidade de ensino presencial e à distância, em instituições de ensino superior com sede localizada no Município do Rio de Janeiro, tal como está previsto na Resolução SMTR N° 3204 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019 (CARTÃO RIOCARD) Informações obtidas por meio do sítio eletrônico: <https://www.cartariocard.com.br/rcc/gratuidade/produto/Passe+Livre+Universit%C3%A1rio> Acesso em: 27 nov. 2020.

17 O trajeto da linha existente na UFF além de interligar todos os campi do município de Niterói, também passa pelo Terminal Rodoviário daquela cidade.

cada unidade, podendo contar com a existência do setor médico e de enfermagem para atendimento aos estudantes e o desenvolvimento de ações de promoção e prevenção. O IFRJ, nos *campi* em que possui o setor de saúde, realiza o atendimento emergencial dos estudantes e encaminhamento para a rede de serviços. Além disso, considera neste eixo a atuação do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas na oferta de próteses e óculos.

Na UFRJ existe uma divisão de saúde do estudante que oferece serviços de promoção, através de parceria com as próprias unidades internas, abarcando as seguintes especialidades apontadas pela equipe: clínica geral, saúde do homem e da mulher, ginecologia, odontologia, psicologia e psiquiatria.

A UFRRJ possui uma Divisão de Saúde para atendimento aos estudantes e trabalhadores da universidade e a Unirio oferece apoio psicológico e possui convênios com seu Hospital Universitário e com a Pontifícia Universidade Católica/RJ. Já no Cefet/RJ (*campus* Maracanã) são realizados atendimentos emergenciais aos alunos no setor de Saúde do Trabalhador, exclusivamente no *campus*-sede (Maracanã). Apenas a UFF disponibiliza o auxílio financeiro vinculado especificamente a este eixo, além do atendimento e acompanhamento realizado na Divisão de Saúde.

Quadro 7: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Inclusão digital

IFE	INCLUSÃO DIGITAL
Cefet/RJ	Quiosque de informática
CPII	Não
IFF	Tecnoteca
IFRJ	Não
UFF	Não
UFRJ	Não
UFRRJ	Não
Unirio	Não

Fonte: Elaboração própria.

No eixo relativo à *inclusão digital*, são praticamente inexistentes ações diretamente relacionadas no conjunto das IFEs. As instituições, no geral, dispõem de laboratórios de informática, ainda que não estejam presentes em todos os *campi*. No entanto, não detectamos nenhum caso em que ocorra um reconhecimento deste serviço como uma ação vinculada ao PNAES. O Cefet/RJ no *campus*-sede dispõe do quiosque de informática, um espaço com computadores com acesso à internet para serem utilizados pelos estudantes. Já o IFF dispõe de uma tecnoteca (*campus* Itaperuna), uma sala de aula interativa e com visual futurístico que permite o acesso a recursos didáticos diferenciados por meio de equipamentos eletrônicos (tablets, smartphones, lousa digital, mesa digitalizadora, TV 3D e sensor de movimento)¹⁸.

18 Informação obtida no sítio eletrônico: <http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/itaperuna/apresentacao/estrutura-fisica-1/tecnoteca> Acesso em: 3 dez. 2020.

Diante deste cenário, é de se imaginar os grandes desafios que todas as IFEs tiveram que enfrentar durante o período da pandemia em que a pressão para adoção do ensino remoto foi bastante presente, bem como para efetivação da atenção ao estudante que demanda assistência estudantil remotamente.

Quadro 8: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Cultura

IFE	CULTURA
Cefet/RJ	Não
CPII	Não
IFF	Projeto de extensão
IFRJ	Projeto de extensão
UFF	Bolsas, Apoio Artes e Apoio a Eventos
UFRJ	Editais para apoio a eventos
UFRRJ	Sala de Cultura
Unirio	Não

Fonte: Elaboração própria.

No que tange à *cultura*, três IFEs não possuem nenhuma ação específica (Cefet/RJ, CPII e Unirio), já as demais possuem formas diferenciadas de atuação neste eixo. No IFF e IFRJ há profissionais que desenvolvem projetos de extensão, sendo que nesta última os projetos eram de iniciativas dos profissionais. No IFF, as ações variam nos diferentes *campi* e incluem: coral, dança, teatro, banda, fanzinoteca, festival de poesia, aulas de instrumentos musicais, centro de memória, rádio e jornal. Na UFF existem bolsas, apoio a artes e apoio a eventos, conforme a livre demanda dos estudantes. Já na UFRJ, os estudantes devem concorrer por meio de edital para apoio a eventos. E, por fim, na UFRRJ, existe a Sala de Cultura, um espaço administrado pelos estudantes, mas que é custeada com recursos provenientes do PNAES. Dentre as atividades/ações estão: aulas de dança, assinatura de jornais/revistas, etc.

Quadro 9: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Esporte

IFE	ESPORTE
Cefet/RJ	Não
CPII	Não
IFF	Jogos <i>intercampi</i> , Projeto de extensão e Bolsa
IFRJ	Não
UFF	Bolsa
UFRJ	Apoio para participação em eventos
UFRRJ	Auxílio
Unirio	Compra de materiais para desenvolvimento de atividades da Atlética e construção de quadra poliesportiva

Fonte: Elaboração própria.

No eixo esporte há três IFEs que não possuem nenhuma ação específica (Cefet/RJ, IFRJ e CPII). Dentre as demais, o IFF é a que possui uma intervenção para além da disponibilização de auxílio financeiro, pois além da oferta de bolsa, possui projeto de extensão e jogos *intercampi*. A UFF e a UFRRJ ofertam bolsa e auxílio, respectivamente, enquanto a UFRJ concede apoio aos estudantes para participação em eventos relacionados a este eixo. Já na Unirio, houve a compra de materiais para desenvolvimento de atividades da Atlética e construção de quadra poliesportiva. No IFRJ, foi informado que não há uma ação vinculada diretamente, mas caso ocorra nos diferentes campi é por meio de projetos de extensão por iniciativa dos próprios profissionais.

Quadro 10: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Creche

IFE	CRECHE
Cefet/RJ	Não
CPII	Não
IFF	Não
IFRJ	Não
UFF	Auxílio e Creche
UFRJ	Reserva de bolsas para estudantes com filhos
UFRRJ	Auxílio
Unirio	Não

Fonte: Elaboração própria.

No eixo *creche*, apenas três IFEs possuem ações diretamente relacionadas, sendo todas universidades. Há a oferta de auxílio (UFF e UFRRJ), existência do equipamento creche¹⁹ (UFF) e a presença de cota interna no programa de bolsas para estudantes com filhos (UFRJ). Embora na ocasião da visita nas respectivas IFEs ainda não estivesse

¹⁹ A creche existente na UFF é também aberta à comunidade externa.

instituído, havia a previsão de criar o auxílio creche no IFF e o espaço criança²⁰ na UFF. Vale ressaltar que de todas as demais IFEs que não possuem atuação neste eixo, aparentemente apenas o CPII não teria necessidade de desenvolvê-la já que seu público é majoritariamente da educação básica.

Quadro 11: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Apoio pedagógico

IFE	APOIO PEDAGÓGICO
Cefet/RJ	Acompanhamento por equipe técnica
CPII	Acompanhamento por equipe técnica
IFF	Acompanhamento por equipe técnica e Monitoria
IFRJ	Acompanhamento por equipe técnica
UFF	Projeto de Apoio Pedagógico
UFRJ	Coordenação de Orientação e Apoio Acadêmico e Divisão Pedagógica
UFRRJ	Auxílio
Unirio	Rodas de conversa temáticas restrita aos bolsistas

Fonte: Elaboração própria.

O eixo *apoio pedagógico* é o que mais se distancia do processo de bolsificação da política de assistência estudantil no conjunto das IFEs. Com a exceção da UFRRJ que oferta auxílio correspondente a este eixo, dando prioridade para quem está na moradia estudantil, nas demais IFEs as ações são estruturadas a partir de serviços, por meio do acompanhamento da equipe técnica (Cefet/RJ, CPII, IFF, IFRJ) e da oferta de monitoria (IFF) nas instituições que atuam tanto na educação básica quanto no nível superior. Já nas universidades temos a Coordenação de Orientação e Apoio Acadêmico - que atende alunos com dificuldades - e Divisão Pedagógica (UFRJ), Projeto de Apoio Pedagógico (UFF) e rodas temáticas restritas aos estudantes bolsistas (Unirio).

²⁰ Na ocasião da visita havia previsão de liberação de recurso para criação deste espaço físico destinado para cuidado das crianças no horário das aulas das estudantes que seria gerenciado pelo coletivo de mães, juntamente com profissionais da área.

Quadro 12: Ações vinculadas diretamente ao eixo PNAES Estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades

IFE	ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECÍFICAS
Cefet/RJ	Bolsa e Napne
CPII	Napne
IFF	Bolsa, Napne e Equipamento de Tecnologia Assistiva
IFRJ	Napne
UFF	Bolsa e Divisão de Inclusão
UFRJ	Divisão de Inclusão e Acessibilidade e reserva de bolsas para estudantes com deficiência
UFRRJ	Auxílio e Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
Unirio	Equipamento de Tecnologia Assistiva

Fonte: Elaboração própria.

No que tange ao eixo estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades, no geral, há uma mescla entre serviços e oferta de auxílios financeiros. Em todas as quatro IFEs da rede profissional e tecnológica há a presença dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas²¹. Segundo Soares e Melo (2016, p. 43), trata-se de um

setor de referência institucional responsável por articular as ações internas voltadas para garantir a acessibilidade dessas pessoas, e ao desenvolvimento de uma cultura de respeito à diversidade e eliminação de barreiras, com intuito de atingir o sucesso em sua formação profissional.

Além do Napne, as referidas IFEs também dispõem da oferta de bolsas (IFF e Cefet/RJ²²) e equipamentos de tecnologia assistiva (IFF). Já nas universidades, embora não exista o referido núcleo, tal como é configurado na rede profissional e tecnológica, há similaridade nas ações/serviços existentes: oferta de bolsas/auxílios (UFF, UFRJ e UFRRJ); oferta de equipamento de tecnologia assistiva (Unirio); Divisão/Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (UFF, UFRJ e UFRRJ) e, por fim, uma cota interna no programa de bolsas, ou seja, há uma reserva de vagas para pessoas com deficiência na UFRJ.

Ressaltamos que para além das ações mencionadas acima, observamos ainda ser necessário pensar medidas e reformas que contemplem o acesso das pessoas com deficiência no espaço institucional (alojamento, restaurantes universitários, entre outros), haja vista a existência de barreiras físicas e arquitetônicas que tornam extremamente complexas a locomoção desse público-alvo.

²¹ Os Napnes foram criados a partir do Programa TEC NEP que surgiu nos anos 2000 e é fruto da parceria entre a Secretaria de Educação Profissional (SETEC) e a Secretaria de Educação Especial (SEESP), posteriormente Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). O objetivo do referido programa era promover a inserção das pessoas com necessidades específicas em todas as modalidades de ensino ofertadas pela rede federal profissional e tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino (SOARES e MELO, 2016).

²² Tal como mencionamos anteriormente, nas modalidades de bolsas previstas no Cefet/RJ, este é o único eixo que possui uma bolsa específica.

A partir do exposto, é possível identificar que de modo geral há uma preponderância das ações de caráter focalizado (bolsas e auxílios) nas diferentes instituições, conforme já assinalamos. As universidades, de modo geral, parecem ter uma distribuição das ações mais robusta nos diferentes eixos previstos no PNAES, até porque algumas destas já eram realizadas anteriormente ao Decreto com recursos próprios. No entanto, um ponto a ser observado é que os 10 eixos não são integralmente atendidos e, embora não seja possível afirmar a partir dos dados obtidos neste estudo, supomos que naqueles atendidos há uma aparente insuficiência do atendimento das necessidades dos estudantes, dado o caráter focalizado da maioria das ações.

Na ausência de uma política nacional que estruture a implementação dos eixos do PNAES, inclusive, ampliando-os, há uma ampla disparidade na forma como estes são atendidos, muitas vezes variando nos *campi* de uma mesma instituição (LIMA, 2017). Além disso, este quadro dificulta a institucionalização de rotinas. Mas, de forma geral, se materializam por meio de bolsas e/ou auxílios, serviços e projetos. Outro aspecto observado é que as ações dos diferentes eixos PNAES são desenvolvidas basicamente por três grupos de atores: 1) o primeiro diz respeito a própria equipe responsável pela assistência estudantil nas respectivas IFEs; 2) o segundo grupo é composto por atores institucionais, mas que não estão vinculados diretamente à assistência estudantil, ou seja, são servidores lotados em outros setores²³; 3) por fim, no terceiro grupo estão os estudantes que se engajam na promoção de ações nos eixos de cultura e esporte, por exemplo.

A disparidade na execução da assistência estudantil aludida acima, além de revelar a ausência de efetiva política nacional, evidencia também a possível ausência e/ou fragilidade das políticas internas desta área nas diferentes IFEs, bem como a correlação de forças existente que pode culminar no alcance das ações nas diferentes unidades.

Por fim, cabe destacar a maior abrangência de cobertura das ações em relação aos eixos de duas instituições: IFF e a UFF. Conforme já vimos, a primeira instituição atua em ambos os níveis de ensino (básico e superior) e a segunda no nível superior. Embora não tenha sido o foco deste estudo, supomos que tal configuração pode estar atrelada a forma como ambas se desenvolveram a partir dos recursos recebidos em função da reestruturação/expansão da rede federal de educação, a estruturação e configuração das equipes, bem como a atuação do movimento estudantil.

Como elementos de articulação pela materialização dos eixos PNAES, destacamos a criação de fóruns de assistentes sociais. Estes são espaços de troca, de proposição de ações articuladas, de resistência e de aprendizado. Em alguns casos o fórum é chamado para posicionamento em temas da gestão. Há muito a avançar, considerando as realidades institucionais, mas os fóruns constituem-se como espaços de representação.

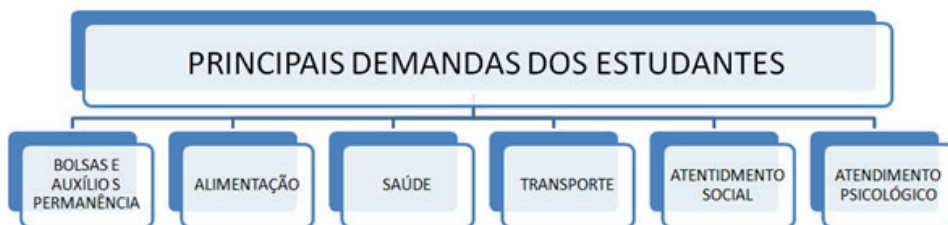
²³ Cabe destacar que, dada a concepção reduzida de assistência estudantil frequentemente existente nas diferentes IFEs, no geral estes atores não se reconhecem como executores da política de assistência estudantil.

A participação em eventos como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis- Fonaprace, é outra experiência de articulação e resistência. Neste espaço ocorre aprendizagem mútua dos gestores responsáveis pela assistência estudantil repercutindo na tomada de decisões que possam influenciar na organização e materialização do trabalho no cotidiano institucional.

Ante as intervenções institucionais a partir dos eixos do PNAES, apontamos a importância da leitura crítica das demandas estudantis enquanto diretriz norteadora para as formulações das ações de assistência estudantil. Nesse sentido, foi possível compreender, a partir do relato das equipes, que essas demandas se colocam de acordo com a realidade socioeconômica do universo estudantil de cada instituição e seu impacto direto na continuidade dos estudos. Observemos abaixo, as principais demandas colocadas pelas equipes.

3.3 DEMANDAS ESTUDANTIS

Ilustração 3: Principais demandas dos estudantes



Fonte: Elaboração própria.

Segundo as assistentes sociais ouvidas, estas demandas receberam destaque por todas as oito instituições. As principais foram bolsas e auxílios, alimentação e transporte. É importante sinalizar que os dados apresentam aspectos mais gerais das demandas. Não podemos esquecer a complexidade das mesmas, que devem levar em consideração a localização do *campus*, estrutura, recursos para cada instituição e nível de educação oferecidos²⁴. A interiorização dos *campi*, os níveis de escolaridade dos cursos oferecidos

24 Importante lembrar que cada instituição, por conta da demanda de interiorização, possui *campi* espalhados pelo Estado, o que complexifica a demanda dos serviços.

O CEFET/RJ conta com o *campus*-sede Maracanã e com mais sete *campi* espalhados pelo estado do Rio de Janeiro, que são: Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença.

O IFRJ é formado atualmente por quinze *campi*: Maracanã, Nilópolis, Pinheiral, Duque de Caxias, Paracambi, São Gonçalo, Volta Redonda, Paulo de Frontin, Arraial do Cabo, Realengo, Mesquita, Niterói, Resende, Belford Roxo e São João de Meriti, com a Reitoria instalada no município do Rio de Janeiro.

O Instituto Federal Fluminense possui *campi* presente em quatro cidades do Norte do estado (Campos dos Goytacazes, Macaé, São João da Barra e Quissamã), quatro no Noroeste (Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Cambuci), um na Região dos Lagos (Cabo Frio) e dois na Região Metropolitana (Itaboraí e Maricá).

A UFRRJ conta com *campus* em Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios. A UFRJ possui *campi* no Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Macaé.

(cursos de formação inicial e continuada - FIC²⁵, educação tecnológica, ensino infantil e fundamental, graduação, pós-graduação), influenciam o processo. Da mesma forma, as diferenças entre os públicos atendidos sejam por faixa etária, localidade/região do *campus* e serviços oferecidos na rede socioassistencial de cada município, incidem diretamente nas demandas, para além dos eixos apresentados no PNAES. Assim, a depender das condições sociais e econômicas dos territórios onde as instituições se localizam, as demandas estudantis podem ser aprofundadas e complexificadas.

As demandas por atendimento psicológico (de orientação imediata ou encaminhamento para outros serviços), atendimento social (acesso a direitos sociais e políticas públicas e de escuta para novos encaminhamentos) e atendimento de saúde, foram as principais demandas identificadas pelas assistentes sociais. Por isso, as profissionais de cada instituição destacam aspectos que são apresentados pelos estudantes e reforçam a necessidade de ampliação da cobertura dos serviços apresentados.

Vejamos, agora, aquelas demandas que não foram (ou foram pouco) identificadas por algumas instituições. A residência estudantil não apareceu como uma demanda no CP II, visto que se trata de escola do ensino básico e seus estudantes residem com suas famílias, conforme já problematizamos; A UFRRJ não destacou o apoio financeiro para eventos, pois este não passa pelo Serviço Social e o Cefet/RJ não destacou creche como uma demanda dos estudantes, o que conforme nosso entendimento pode ter relação com a cultura institucional e com o fato da instituição apresentar cursos com mais homens, que historicamente, não trouxeram essa demanda. Material escolar e uniforme aparecem em todas as instituições que ofertam ensino médio, com exceção do IFF. A UFF, mesmo sendo universidade, também identifica a demanda estudantil por material escolar e vestuário, bem como é a única universidade a destacar apoio de tecnologia/atendimento a pessoas com deficiência.

Foi possível perceber, também, algumas especificidades institucionais. Na UFRRJ foram sinalizadas também a demanda por atendimentos em saúde mental e violência sexual, em especial nos *campi* com espaços físicos amplos, em área mais esvaziada e com pouca iluminação. O IFRJ identificou demandas por segurança pública, devido a problemas com o tráfico no entorno de alguns *campi* e demandas da realidade do aluno trabalhador. Já o IFF ressaltou aspectos como a violência, suicídio, drogas, abuso sexual, saúde mental, assédio moral na relação professor e aluno. No entanto, a equipe pontuou que consegue dispensar uma atenção mais efetiva a estas demandas, devido à organização dos processos de trabalho da equipe.

25 Os cursos FIC dificilmente são atendidos pela assistência estudantil, não que os estudantes não precisem. Mas, geralmente, os cursos duram um tempo que coincide com a execução dos editais, ou seja, a duração é muito rápida a ponto de não dar tempo de receber.

3.4 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES

No que tange ao recurso destinado à assistência estudantil, observamos que há uma disputa por aqueles destinados pelo PNAES às instituições. Nesse sentido, a falta de participação na gestão dos mesmos e na definição da destinação do orçamento da assistência Estudantil, fica evidenciada na fala das assistentes sociais, haja vista que em todas as instituições são os gestores que fazem a distribuição do recurso.

Observamos que no CPII, IFF, IFRJ a disputa em torno do orçamento é mais evidente, incluindo a participação estudantil nesse movimento²⁶. Vale ressaltar que o envolvimento da comunidade acadêmica (estudantes e profissionais), torna-se imprescindível para a promoção de uma atuação mais transparente e democrática. Ampliar as formas de participação e fortalecer o debate em torno da gestão do orçamento da assistência estudantil é um importante movimento diante da crise econômica e política da sociedade brasileira, que se reflete diretamente na diminuição dos investimentos nas políticas públicas, dentre elas a de educação. A aprovação da Emenda Constitucional n. 95, em dezembro de 2016, que limita os gastos públicos por vinte anos, é um fator que preocupa a classe trabalhadora e aqueles que dependem de políticas públicas.

Além disso, cabe reafirmar a não garantia de financiamento que o PNAES hoje tem, apesar de ter um orçamento próprio destinado ao referido Programa. O Decreto n. 7.234/2010 aborda essa questão no art. 8º, dizendo que: “as despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes[...]”. Isto significa que não é a demanda real dos discentes por políticas de permanência que define os recursos a serem repassados e, sim, as dotações orçamentárias que irão estabelecer a quantidade de usuários atendidos pela política de assistência estudantil²⁷.

Outro detalhe que não pode ser esquecido, é que há instituições nas quais os profissionais sequer tomam conhecimento sobre a verba: Cefet/RJ, Unirio, CPII, UFRRJ. Nas demais, os profissionais têm acesso aos quantitativos e sua distribuição/alocação, mas não participam desse processo. Nesse sentido, há diferença nas instituições sobre a alocação dos mesmos, tal como será apresentado na tabela abaixo, fazendo diálogo com o debate realizado sobre a atuação das instituições a partir dos eixos do PNAES.

No quadro a seguir apresentaremos a distribuição de recursos. Ficam evidenciadas disputas em torno do orçamento destinado à assistência estudantil, em tempos de desfinanciamento educacional. Observamos que a maior parte do recurso se destina ao pagamento de bolsas e auxílios. No IFRJ, no IFF e no CPII, existe ainda a disputa

26 É necessário registrar que a participação estudantil não ocorre de forma homogênea entre os diferentes campi de cada instituição.

27 O estudo de Crosara e Silva (2020) traz um panorama de como vem se dando esse processo e reflete sobre a disputa de projetos de lei que tramitam no congresso para transformar o decreto do PNAES em lei.

pelo recurso para o pagamento também de bolsas de extensão, pesquisa e monitoria, o que descumpra a normativa do Decreto²⁸ e reforça a necessidade de participação da comunidade acadêmica nos espaços de discussão e definição orçamentária. No CPII há, também, a destinação de recursos para laboratório, biblioteca e uniformes.

Quadro 13: Distribuição das verbas da Assistência Estudantil

Instituição	Bolsas e auxílios	Programas e serviços das áreas da AE	Extensão/monitoria	Outros
Cefet/RJ	Todo o recurso	Não	Não	Não
CPII	Maior parte dos recursos	Sim. Mas não tem o percentual	Sim. Mas não tem o percentual	Sim. Mas não tem o percentual
IFF	Maior parte dos recursos	Sim. Mas não tem o percentual	Sim. Mas não tem o percentual	Sim. Mas não tem o percentual
IFRJ	Maior parte dos recursos	Sim. Mas não tem o percentual	Sim. Mas não tem o percentual	Sim. Mas não tem o percentual
UFF	Maior parte dos recursos	Sim. Mas não tem o percentual	Não	Não
UFRJ	Maior parte dos recursos	Sim. Mas não tem o percentual	Não	Não
UFRRJ	Maior parte dos recursos	Sim. Mas não tem o percentual	Não	Não

Fonte: Elaboração própria.

3.5 FORMATAÇÃO DAS BOLSAS E AUXÍLIOS POR IFE

Sobre a forma como se estruturam os serviços e bolsas oferecidos pelas instituições, observa-se em primeiro momento que a maior parte se realiza por meio de pagamento de bolsas. Nesse ponto cabe considerarmos que esse formato segue uma tendência observada na implementação das políticas sociais brasileiras. De acordo com Granemann (2007), as políticas sociais no formato de bolsas a serem transferidas ao trabalhador por intermédio de instrumentos de crédito financeiro, operadas pelas instituições bancárias. Este seria um aspecto da refuncionalização das políticas sociais na fase monopolista, atendendo também, à necessidade de reprodução da acumulação capitalista. A grande inovação desse processo consiste numa mudança de acesso que passa a ser viabilizada pelo recebimento de recursos monetários a serem mantidos pelas instituições bancário-financeiras.

De acordo com a autora essa possibilidade de estender a lógica financeira para as políticas sociais operadas pelo Estado, leva os trabalhadores a conformarem uma sociabilidade que agrega elementos da lógica das finanças para a totalidade da vida social, ou seja, os sistemas de proteção social e dos direitos do trabalho passam a ser validados pela esfera da monetarização da vida.

28 Supomos que tais instituições realizam uma interpretação equivocada do Decreto PNAES que, em seu art. 3º, prevê a implementação de suas ações de forma articulada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que não significa dizer que todas devam ser custeadas com os mesmos recursos.

Observamos ainda que estas transferências monetárias ocorrem em duas modalidades: auxílios e bolsas. Não existem normativas que definam o perfil de cada uma delas, havendo uma interpretação institucional das mesmas. De forma geral, o entendimento tende a ser de que os auxílios buscam a provisão de necessidades dos estudantes, pautadas nas áreas de atuação do PNAES. Há o auxílio alimentação, o auxílio moradia, o auxílio transporte, o auxílio creche e auxílio material pedagógico.

Já as bolsas vinculam o pagamento à contrapartida por horas de atividades na IFE, tendendo a contemplar mais de uma área de atuação do PNAES, sendo um recurso destinado para todas as necessidades estudantis. Pereira (2016, p. 37) define como *workfare*, ou seja, uma noção do ideário neoliberal que vincula o “bem-estar em troca de trabalho e de contrapartidas, regido pela meritocracia em contraposição ao direito”.

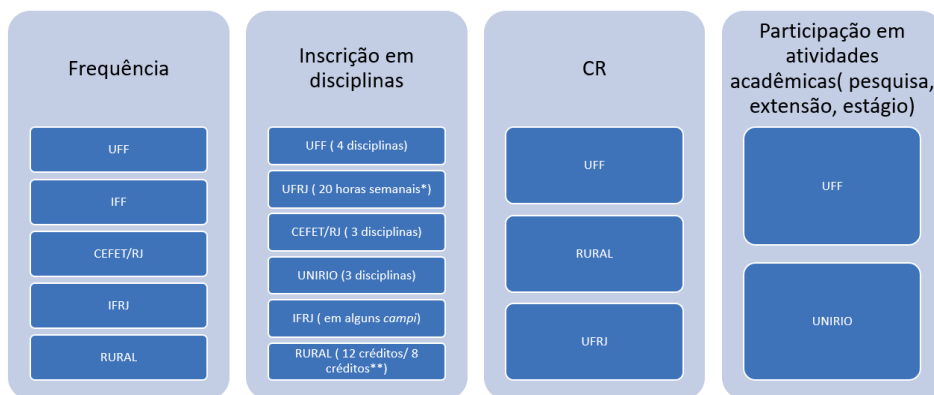
Quadro 14: Estrutura de bolsas e serviços

Instituição	Estrutura de serviços e bolsas
CEFET/RJ	Bolsas e serviços
UNIRIO	Bolsas, serviços e outros
Colégio Pedro II	Auxílios
UFF	Bolsas, auxílios e serviços
UFRJ	Bolsas e serviços
IFF	Bolsas e serviços
UFRRJ	Auxílios e serviços
IFRJ	Auxílios e serviços

Fonte: Elaboração própria.

O acesso aos programas na totalidade das instituições visitadas é previsto em editais. Nas universidades, os editais existem de acordo com as áreas, bolsas e auxílios existentes e os *campi* são atendidos proporcionalmente, segundo quantitativo de estudantes. Nos institutos as ações são descentralizadas pelos *campi*. No CPEII e no Cefet/ RJ os editais são centralizados, sendo que neste último, há somente um edital que prevê os três programas de auxílios estudantis.

Ilustração 4: Condicionantes à manutenção das bolsas e auxílios



Fonte: Elaboração própria.

*UFRJ: Estar matriculado em disciplinas que contemple uma carga horária de 20 horas semanais

**UFRJ: Estar matriculado em, no mínimo, 12 (doze) créditos em disciplinas nos cursos integrais e 8 (oito) créditos em disciplinas nos cursos noturnos presenciais por semestre

Sobre os condicionantes para a concessão e manutenção das bolsas e auxílios oferecidos por cada instituição, temos a prevalência da exigência de prévia inscrição dos estudantes em editais. Frequência às aulas e inscrições em um número mínimo em disciplinas aparecem como condicionantes para a manutenção dos auxílios na maioria das instituições, com exceção do CPPII, que não prevê qualquer condicionante.

Não podemos discordar que a permanência estudantil é o principal objetivo dos programas de assistência estudantil. No entanto, sua garantia não passa só pelo condicionamento dos pagamentos à presença nas aulas. A identificação dos fatores que estão afetando o êxito e a presença fazem parte do acompanhamento sistemático e é anterior ao desligamento dos programas de assistência estudantil, processo que as equipes relatam ser prejudicado pelo excesso de atividades demandadas pelas inscrições e pagamento dos auxílios.

Três instituições informaram o coeficiente de rendimento (CR) e duas indicaram a participação em atividades acadêmicas (pesquisa, extensão e estágio) como condicionantes para apoio financeiro. Tal dado nos chama atenção pela lógica da contrapartida por meio da participação nas atividades acadêmicas e do bom rendimento (CR), como forma de retribuição às ajudas recebidas pelo Estado. Essa lógica da ativação, que vem se expressando nas políticas sociais na contemporaneidade, principalmente, nas políticas de assistência social²⁹, ao ser incorporada no campo educacional, desatrelada de uma política

²⁹ Nos estudos desenvolvidos por Boschetti (2016), as políticas de ativação da proteção social se expressam e concretizam essa contemporânea relação de atração e rejeição entre trabalho e assistência social. Uma de suas orientações se traduz na exigência de realização de atividades em contrapartida às prestações assistenciais e de seguro-desemprego. Em sua análise, o termo "ativação" não é recente e ganha destaque desde meados da década de 1990, portanto, no contexto da crise com a recomendação da OCDE para criação de políticas de emprego ativas. Na esteira dessa orientação, a Comissão Europeia propõe aos países a adoção de políticas proativas em detrimento de medidas passivas de

de acompanhamento e suporte à aprendizagem, corre o risco de retirar a assistência estudantil do lugar de direito e passar ao lugar da retribuição e da obrigação. Esta situação é agravada pelo fato de que o estudante, ao não obter êxito em sua trajetória acadêmica, ser penalizado também pela retirada do acesso à bolsa, o que poderá impactar em sua permanência.

Quadro 15: Características dos auxílios

Instituições	Período de recebimento das bolsas	Possibilidade de renovação	Período de avaliação para renovação
Cefet/RJ	10 meses 6 meses (emergencial)	Não	Não existe renovação
CPII	10 meses 4 meses (emergencial) Outros auxílios cota única	Não	Não existe renovação
IFF	12 meses Emergencial até o próximo edital	Sim	Anual
IFRJ	4 meses 10 meses (moradia)	Sim	Semestral (depende do campus)
UFF	12 meses	Não	Não existe renovação
UFRJ	12 meses	Sim	Anual
UFRRJ	Durante toda a formação	Sim	Semestral
Unirio	12 meses	Sim	Anual

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito às características dos auxílios (Quadro 16), temos uma periodicidade de duração com média de 6 a 12 meses. As universidades, em sua maioria, contam com a possibilidade de renovação, que pode ser anual ou semestral a depender do auxílio concedido.

O quadro anterior indica que o processo de renovação dos auxílios ocorre de modo diferenciado, mas geralmente, passa por uma atualização na documentação. Nas instituições em que é necessário realizar uma nova inscrição, os estudantes têm que fazer todo o processo novamente.

Observamos grande instabilidade e intermitência no acesso aos programas, o que pode ter um impacto na permanência. São muitos os editais, poucas as bolsas e imensas as demandas. A fragilidade do financiamento se revela neste dado coletado, expressando corte de verbas e disputas internas pelos recursos do PNAES. Os auxílios e bolsas são concedidos de acordo com as disponibilidades orçamentárias, condicionados à comprovação documental por parte do estudante sobre sua impossibilidade de se manter estudando com recursos da própria família. Nesse aspecto, a assistência estudantil não torna o estudante um detentor do direito, já que sua permanência sofre forte influência da

apoio, tendo no horizonte a maximização do desempenho das despesas orçamentárias existentes.

concessão periódica de auxílios. Com exceção da UFRRJ, todas as instituições oferecem os auxílios por períodos de um ano ou menos. Ainda assim, em todas as instituições os alunos passam por processos de nova inscrição ou renovação.

Além disso, a frequente preparação de editais e processos seletivos, mesmo na intenção de melhor distribuir as bolsas entre o alunado, implica em sobretrabalho e no fortalecimento da burocracia. Os estudantes passam por processos seletivos cada vez mais rigorosos para a comprovação de sua condição de pobreza. A apresentação de diversas documentações da família, declarações e formulários a serem preenchidos de forma correta, além de tornarem moroso o processo de inscrição, tornam-se, em si, um critério de seletividade. Ou seja, a primeira etapa do processo não é ter direito e sim provar que tem direito.

Esse formato de execução de processo seletivo acaba gerando um sobretrabalho para as assistentes sociais, pois exige a realização de um grande volume de análises socioeconômicas, muitas vezes, ocupando boa parte do seu fazer profissional nas instituições. Além disso, fazem parte dessas rotinas, as conferências documentais, preenchimento de formulários informatizados e outras atividades burocráticas, conforme reflexão já desenvolvida mais acima.

Apesar do aperfeiçoamento dos instrumentos e a elaboração de editais que focalizam o universo dos estudantes a serem atendidos, ainda assim, as instituições não têm sido capazes de atender, com o recurso disponibilizado para a assistência estudantil, toda a demanda correspondente aos próprios critérios estabelecidos.

Nesse sentido, consideramos que ações estruturais que objetivem a constituição de políticas universais que se materializem como tal – como restaurante universitário, bibliotecas, residências estudantis – combinadas ao atendimento das demandas mais emergenciais dos estudantes que seriam caminhos para enfrentamento deste processo.

Existe uma diversidade de experiências na oferta de bolsas/auxílios. Na Tabela 19, de imediato, podemos observar que são poucas, de variados formatos e não há porcentagem específica de estudantes que se pretende alcançar, estando explícita somente a quantidade de auxílios.

Tal como mencionamos anteriormente, o Decreto PNAES indica que o número de estudantes atendidos deve sempre observar os limites orçamentários existentes. Portanto, de fato, o PNAES, ao não definir mais explicitamente as fontes e formatos de distribuição de recursos, acaba por deixar instáveis as possibilidades de acesso às bolsas e auxílios.

Quadro 16: Modalidade de bolsas, quantitativo, valor e acumulação (ano 2017-2019)

Instituição	Modalidade de bolsa	Quantitativo	Valor	Permissão para Acumulação
Cefet/RJ	PAE	1750	R\$400,00	Sim*
	PAEM	220	R\$400,00	
	PAED	25	R\$400,00	
CPII	Pedrinho	Total geral de 1300	R\$300,00	Sim**
	Permanência		R\$200,00	
	Proeja		R\$100,00	
IFF	Permanência e NAPNE	Não há quantitativo de bolsas pré-definido	R\$400,00	Sim*** Bolsa de apoio tecnológico não é acumulável. Quem tem auxílio moradia, não recebe transporte
	Auxílio moradia		R\$300,00	
	Alimentação em Guarus		R\$200,00	
IFRJ	Auxílio transporte Auxílio moradia Auxílio didático Auxílio alimentação	Não há quantitativo de auxílios pré-definido	Muito variável, chegando até R\$400,00	Sim
UFF	Auxílio saúde	35	R\$80,00	Sim***
	Auxílio alimentação	750	R\$200,00	
	Transporte	350	R\$275,00	
	Moradia	650	R\$300,00	
	Acolhimento Estudantil	320	R\$350,00	
	Bolsa deficiente	60	R\$400,00	
	Bolsa desenvolvimento	1040	R\$440,00	
UFRJ	Bolsa Auxílio (BAUX)	3408 alunos	BAUX Valor: R\$460,00 + 150,00(transporte)	Sim****
	Auxílio Emergencial (para quem está fora do alojamento devido às obras)	425 alunos	Auxílio Emergencial R\$1260,00	
	Auxílio manutenção (vaga na moradia + bolsa para quem continua morando no alojamento)	71 alunos	Auxílio Manutenção - R\$610,00	
	Bolsa Acesso e Permanência (BAP/ cota de renda e escola pública) variável por semestre-	média de 600 alunos	BAP 2017/2018 R\$610,00	
	Bolsa Permanência MEC (PBP)-	326 bolsas	PBP R\$400,00	

UFRRJ	Auxílio Financeiro à Moradia (recebem durante a formação)	284 auxílios	R\$250,00	Acumuláveis com outras bolsas no âmbito da universidade, exclui-se dessa regra o auxílio emergencial. Entre si dependem do valor de renda per capita Estudantes com bolsas de 0 a meio SM per capita podem acumular até 03 bolsas; de 0,5 a 01 SM até 02 modalidades; de 01 SM até 1,5 SM até 01 modalidade;
	Auxílio Não financeiro à moradia (alojamento)	100 vagas	-----	
	Auxílio Financeiro à Alimentação.	50 auxílios	R\$ 150,00	
	Auxílio Não Financeiro à Alimentação.	502 gratuidades RU	-----	
	Auxílio Financeiro ao Transporte	163 auxílios	R\$ 250,00	
	Auxílio Financeiro Didático/ Pedagógico (1 parcela)	361 auxílios	R\$ 200,00	
	Auxílio de Incentivo ao Esporte.	60 auxílios	R\$ 320,00	
	Auxílio Creche	14 auxílios	R\$ 250,00	
	Auxílio Acessibilidade	15 auxílios	R\$ 400,00	
	Auxílio Emergencial	-----	-----	
	Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico (PDAI)	-----	R\$ 320,00	
Unirio	BIA + Alimentação	410	R\$700,00	Sim*** A BIA não é acumulável.
	Moradia	90 (aproximadamente 45 por semestre)	R\$400,00	
	Alimentação	280	R\$200,00	

Fonte: Elaboração própria.

*Com outra atividade remunerada fora da instituição

**Entre bolsas acadêmicas e com atividades remuneradas; menos a de permanência com o auxílio emergencial praticado na instituição.

***Acumuláveis com outras bolsas acadêmicas (pesquisa, monitoria e extensão) e com atividades remuneradas

****Acumuláveis com outras bolsas e atividades remuneradas, mas não de Assistência Estudantil

O quadro anterior evidencia a disparidade na administração do PNAES, em especial no que se refere às bolsas. Esta condição permeia toda a nossa reflexão. De fato, o PNAES permite que cada IFE desenvolva suas atividades segundo sua realidade, o que confere autonomia à experiência. Por outro lado, isso gera um quadro de diferenças importantes, que expressam a diversidade de instituições, territórios, entre os *campi* de uma mesma instituição e do público atendido, também revelando a falta de recursos diante das demandas estudantis.

Chama-nos a atenção a diversidade de bolsas nas instituições que praticam programas de atenção ao estudante há mais tempo, como a UFF, UFRJ e a UFRRJ, notadamente, universidades. Conforme vimos anteriormente, parte dessas ações são anteriores à aprovação do Decreto PNAES e eram custeadas com recursos próprios que já eram insuficientes para atendimento da demanda estudantil existente.

Os principais critérios para concessão do auxílio, por nós identificados, foram renda *per capita* familiar, segundo o PNAES e avaliação socioeconômica, de forma geral, fundamentada em análise documental. A identificação da renda *per capita* ocorre majoritariamente dentro do processo de avaliação socioeconômica por meio de editais de seleção.

Outros fatores que ganharam destaque na organização das análises para acesso às bolsas/auxílios foram: ausência de passe livre intermunicipal (IFRJ); demandas no campo das condições de saúde de membros da família (CPII, UFRJ); local de moradia, tipo de inserção no local de trabalho e escolaridade dos membros da família (UFRJ).

O peso de maior destaque para acesso à bolsa parece estar na renda, embora a forma de avaliação socioeconômica varie bastante. A UFRJ relata utilizar um sistema informatizado para a realização desta avaliação; já o IFF utiliza o barema. Somente a Unirio e o CPII não contavam com suporte informatizado na seleção de alunos, o que pode implicar em maior sobrecarga de trabalho. O Cefet/RJ, IFRJ, UFF e UFRRJ informaram que o sistema é semi-informatizado, ou seja, a inscrição é online, mas as análises socioeconômicas são feitas manualmente. Ganham destaque o IFRJ e CPII que não contam com qualquer apoio administrativo. O Cefet/RJ e IFF, contam com apoio em alguns *campi*; já a UFRRJ conta com o apoio de estudantes bolsistas na separação e organização dos envelopes recebidos³⁰, reeditando o modelo já repudiado de bolsa trabalho. Há, portanto, uma grande diversidade de experiências.

Neste sentido, a fragilidade do suporte administrativo tem se refletido na assunção de tarefas não pertinentes ao trabalho da assistente social, o que por vezes, pode colocar as equipes diante de rotinas complexas, que envolvem planilhas de pagamentos, gestão de dados, comunicação com bancos e setores financeiros, para as quais não fomos preparadas. Tal situação demonstra o caráter cada vez mais multifuncional do trabalho em tempos de reestruturação produtiva³¹, o que contribui para a diluição de barreiras vinculadas às competências profissionais e para a intensificação do trabalho.

30 Ressaltamos que a recepção e organização de envelopes referente à documentação de inscrição dos estudantes em editais de concessão de modalidades de auxílios financeiros e não financeiros não é feita por assistentes sociais, mas por outros servidores técnicos-administrativos vinculados à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Os envelopes são entregues lacrados, sendo manuseados apenas no momento da realização da análise socioeconômica.

31 Nesse cenário de reconfigurações no âmbito do trabalho a maneira pela qual as requisições da atual divisão social e técnica do trabalho vêm exigindo dos profissionais o desempenho de inúmeras tarefas, sem considerar as especificidades de cada profissão. O assistente social não está imune a essas exigências centradas numa nova forma de gerir e organizar o trabalho no auge da reestruturação produtiva implementada pelo capital a partir dos anos 1970. Isto porque "a reestruturação produtiva tende a diluir e atenuar as linhas divisórias clássicas entre as competências e atribuições privadas, estimulando o trabalho inter e multiprofissional, vinculado a projetos, em que a autonomia extrapola as questões interpersonais, para redefinir as competências e tarefas de uma profissão em relação a outra" (SIMÕES, 2009, p. 412).

Também nos chama a atenção o fato de que equipes mais organizadas, enfrentam melhor a correlação de forças institucionais, podendo desenvolver um trabalho menos focado no administrativo, como é o caso do IFF.

De modo geral, a forma como se organiza a execução dos recursos PNAES nas instituições, impacta na organização do exercício profissional junto à política de assistência estudantil, que vem sendo cada vez mais pautado em editais, regimentos internos e projetos (BELO, 2017).

3.6 CONFIGURAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS IFES DO RIO DE JANEIRO

Nesse tópico, apresentaremos a composição da equipe profissional da política de assistência estudantil das instituições pesquisadas.

Desde as origens da profissão, a assistente social, no cotidiano³² do seu trabalho, está inserida em equipes multiprofissionais³³, conforme a política social na qual atua. Somos uma profissão formada de modo generalista, para atuação em campos diversos, que estabelece diálogo com outras ocupações. Na construção dessas experiências, vale a ressalva: apesar de integrarem equipes multi, nem sempre as ações desenvolvidas ocorrem de forma efetivamente articulada, o que nos faz refletir que o trabalho multiprofissional, em instituições de formação tradicionais, com papéis bastante demarcados como a escola, a universidade ou outras instituições criadas recentemente, como os IFEs, é uma novidade em construção.

O trabalho na sociedade capitalista passa por processos de especialização e, contraditoriamente, de desprofissionalização, por vezes alienado, fragmentado e desarticulado do sentido de sua totalidade e complexidade. Logo, pensar as dinâmicas e estratégias de interação das equipes multi e interdisciplinares no enfrentamento às expressões da questão social é tarefa importante e urgente.

Em relação aos termos do trabalho multiprofissional e interdisciplinar, destacamos sua singularidade, conforme exposto no dicionário Caldas Aulete (2020): o termo *multi* está relacionado à ideia de múltiplo, plural e diverso. O conceito de trabalho *interdisciplinar*, segundo a mesma fonte, diz respeito ao que é comum a mais de uma disciplina ou trabalho,

32 A vida cotidiana compreende “a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual ou físico. [...] A vida cotidiana é, em grande medida heterogênea; [...] São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 2008, p. 31-32). Destacamos aspectos do cotidiano de trabalho das assistentes e sua relação (quando existente) com a equipe multiprofissional atuante na assistência estudantil das instituições federais de ensino do estado do Rio de Janeiro

33 O tema em destaque é recente entre as profissões de nível superior. O debate sobre o trabalho multiprofissional na saúde, por exemplo, data dos anos de 1970, ocasião em que se começava a questionar as práticas curativas, hospitalocêntricas e era aprofundado o debate sobre prevenção. Para além de médicos e enfermeiros, sujeitos históricos no campo da saúde, começam a ser incorporados outros profissionais que deverão atuar preventivamente em áreas de cuidados especializados (MACHADO, MEDICE e NOGUEIRA, 1992). Mais recentemente, também a Política de Assistência Social passa a contar, oficialmente, com presença de profissionais como psicólogos, pedagogos e advogados, por meio do SUAS.

gerando integração, proximidade e trocas. Portanto, a atuação interdisciplinar favorece e é expressão do desenvolvimento do trabalho coletivo.

Na educação, especialmente após a Constituição Federal de 1988, começa a ocorrer a diversificação de profissionais atuantes nesta política, em função da ampliação do acesso, do incremento da permanência, do maior diálogo entre família e escola e diante de uma sociedade mais complexa, na qual a manifestação de expressões da questão social fica mais evidentes naquele ambiente. Desde então, o trabalho multiprofissional tem sido uma experiência em construção, demandando reflexão sobre papéis profissionais³⁴, sobre as instituições, seus projetos e formas de atuação (por vezes desconhecidos da equipe) e sua relação com usuários, podendo provocar o debate sobre o trabalho interprofissional³⁵.

Na contemporaneidade, as instituições de formação são equipamentos que recebem crianças, adolescentes, jovens e adultos, sendo um espaço que integra a rede de proteção social destes grupos. Ali estão materializadas diversas expressões da questão social, atualizadas e aprofundadas em um país marcado pela desigualdade, que, no momento em que este trabalho está sendo escrito, vive a pandemia do Corona Vírus de maneira altamente mortífera.

Assim, temas que anteriormente ficavam restritos a ambientes privados e de convivência familiar, ganham visibilidade no contexto das instituições de ensino e pedem ação organizada, crítica e cuidadosa, tais como: violência dentro e fora da escola/universidade, pobreza, desemprego, dificuldades no acesso a direitos, insegurança alimentar, gravidez precoce, trabalho infantil, dependência química, assédios, adoecimentos, entre outros

A permanência e conclusão do ensino em seus vários níveis é um tema que marca o nosso estudo. A partir dos dados expostos na Tabela 15 que trata das expressões da questão social mais observadas pelos profissionais nos estudantes atendidos pela AE, afirmamos a importância da equipe multiprofissional no processo de enfrentamento de questões surgidas no ambiente formador, que vão além da necessidade de acesso a bolsas e modalidades de auxílio.

Nesse enfrentamento às múltiplas expressões da questão social é relevante que se considere a aproximação com o corpo docente das instituições federais, seja nos Conselhos de Classe - COC e/ou através de outros canais de comunicação, pois como poderemos observar no decorrer deste tópico, mais especificamente na Tabela 20, não há menção do professor como integrante da equipe multiprofissional, revelando um certo afastamento oficial deste profissional dos problemas da escola, para além da sala de aula.

34 A promulgação da 13.935/2019 que recomenda a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas de nível básico ampliará a necessidade desse debate.

35 Aqui cabe um destaque: quando falamos em interdisciplinaridade, não estamos tratando da abolição das fronteiras profissionais, o que seria incongruente com a reflexão que ora apresentamos. Entendemos a interdisciplinaridade como estratégia possível de trabalho de equipe (considerando a formação como experiência complexa, que demanda diversas formas de atuação), com vistas a uma intervenção coletiva, que busca diferentes enfoques de um mesmo tema e que se agrega em prol de respostas, sem extinguir fronteiras profissionais (portanto, não estamos tratando de transdisciplinaridade).

Tabela 20: Quantitativo de profissionais concursados que compõem a equipe multiprofissional na AE - cargos de nível superior - médio e técnico

Profissionais	CARGOS NÍVEL SUPERIOR								Total
	UFF	UNIRIO	UFRJ	UFRRJ	Cefet/ RJ	CPII	IFF	IFRJ	
Administrador	04	0	0	0	01	0	0	0	04
Assistentes Sociais	12	02	15	02	11	08	14	17	81
Enfermeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Médicos	01	0	0	0	0	0	01	*	02
Nutricionistas	04	03	0	01	04	0	10	04	26
Pedagogos⁶⁴	01	0	02	0	14	0	05	*	22
Produtor cultural	0	0	01	0	0	0	0	0	01
Psicólogos	04	02	04	01	07	03	07	*	28
Técnico em Assuntos Educacionais (TAE)	03	01	05	03	*	0	02	*	14
	CARGOS NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO								
Auxiliar administrativo	44	03	04	0	03	0	05	*	59
Auxiliar de enfermagem	01	0	0	0	0	0	0	0	01
Intérprete de libras	08							*	08
Técnico de enfermagem	01	0	0	0	0	0	0	0	01
Técnico esportivo	0	0	02	0	0	0	0	0	02

Fonte: Elaboração própria.

* Importante frisar que nestas instituições o quantitativo oficial destes profissionais era desconhecido no momento da entrevista, pois não havia representação de todos os *campi*.

Inicialmente, é preciso destacar que o tamanho e o formato das equipes atuantes na assistência estudantil foram declarados pelas entrevistadas, segundo suas experiências profissionais, o que não necessariamente condiz com a totalidade de profissionais existentes nos quadros oficiais das instituições pesquisadas.

A partir do quadro acima, verificamos que em relação aos profissionais de nível superior inseridos especificamente na assistência estudantil, as assistentes sociais se apresentam em maior número (81), seguidas dos psicólogos (28), a seguir nutricionistas (26) e, posteriormente, pedagogos (22). Nos cargos de nível médio, o quantitativo de profissionais que exercem a função de auxiliar administrativo (59) desponta como maioria, seguido dos profissionais: intérprete de libras (08), auxiliar de enfermagem (01) e técnico de enfermagem (01).

Chama-nos a atenção o fato de estar em quarto lugar, o quantitativo de pedagogos, profissionais historicamente presentes na base das instituições formadoras. Nossa

hipótese é de que a ampliação do acesso e da permanência trouxeram para as instituições, expressões da questão social pouco abordadas até então. Além disso, a intervenção na assistência estudantil se centra mais nos aspectos socioeconômicos que dificultam e/ou impossibilitam a permanência do estudante. O investimento em ações pedagógicas que incidam diretamente no processo de ensino-aprendizagem tende a não serem considerados, equivocadamente, como parte integrante da política de assistência estudantil. Assim, os pedagogos não estão representados adequadamente no quadro acima apresentado, em algumas instituições.

Além disso, a partir da análise dos dados, é possível verificar que em algumas das instituições pesquisadas não existiam profissionais de pedagogia no exercício da função (Unirio, UFRRJ e CPIL). Porém pode ser que tais profissionais estejam exercendo o cargo de nível superior denominado “técnico em assuntos educacionais³⁶”. Na maioria das vezes, estes realizam a intervenção profissional direcionadas à promoção da melhoria do processo de ensino e aprendizagem, além de ações voltadas ao enfrentamento das situações de reprovação e evasão.

O fato do quantitativo de assistentes sociais aparecer em maior número no total das instituições pesquisadas, pode expressar a tendência de redução da assistência estudantil à organização de editais e processos seletivos de estudantes, o que requer grande volume de trabalho e de profissionais envolvidos. A requisição institucional pelo atendimento às demandas estudantis referentes aos auxílios, se sobrepõe a outras demandas que não se relacionam e não se esgotam na bolsificação da assistência ao estudante. Ou seja, a assistência estudantil está direcionada à intervenção nas múltiplas expressões da questão social por meio da distribuição de bolsas e modalidades de auxílios, sem considerar elementos outros que interferem na permanência.

Outro dado analisado se refere à diferença quantitativa entre profissionais nas universidades e institutos e colégios federais. Temos 31 profissionais de Serviço Social inseridos na assistência estudantil das universidades e, por outro lado, nos institutos e colégios federais somam-se o total de 50 assistentes sociais. Da mesma forma, em relação aos demais profissionais como pedagogos e psicólogos, existe menor número de profissionais lotados na assistência estudantil nas universidades do que no total dos institutos e colégios federais.

O número de profissionais mencionados, se apresenta em maior quantidade nos institutos e colégios federais, fato que pode estar associado à necessidade de acompanhamento dos estudantes do ensino fundamental e médio, em idades inerentes ao desenvolvimento da infância e adolescência em consonância com o expresso na Lei n. 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, demandando mais ações profissionais direcionadas à proteção integral desse público-alvo. Geralmente neste

³⁶ Este é um cargo genérico previsto no Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação que pode ser ocupado por pedagogos ou profissionais que tenham licenciatura em qualquer área.

nível de ensino ocorrem os Conselhos de Classe, espaços em que comumente os referidos profissionais são requisitados a atuar junto à equipe de docentes no acompanhamento dos estudantes.

Nas universidades, diferentemente do que acontece nas instituições federais de ensino fundamental e médio, a atividade de acompanhamento dos estudantes não se materializa como prioritária no cotidiano das ações desenvolvidas pelas assistentes sociais. Ao nosso ver, isso se deve, entre outras razões, pelo fato da abertura de editais para acesso a uma ou mais modalidades de auxílio no âmbito da assistência estudantil e pelo expressivo número de inscritos nesses editais, exigindo prioridade e disponibilidade do tempo de trabalho das assistentes sociais na realização quase que o ano inteiro da atividade de avaliação socioeconômica.

Além disso, pode haver uma relação direta com a organização da política em cada uma das instituições. No caso das universidades, todas as equipes estão centralizadas na reitoria e são referência para todos os *campi*. No que diz respeito aos institutos e colégios federais, as equipes estão organizadas de forma descentralizada nos distintos *campi*.

Observamos que o vínculo de trabalho na assistência estudantil, para a integralidade daqueles com nível superior, é estável, ou seja, são concursados e efetivos. A terceirização vem ocorrendo em alguns cargos de nível médio e fundamental, notadamente, aqueles que não estão vinculados à atividade fim de ensino e na assistência estudantil.

O grupo destacado como mais expressivo quantitativamente, são os cozinheiros, com 122 trabalhadores. Os funcionários terceirizados englobam uma diversidade de funções, como por exemplo: auxiliar de serviços gerais e manutenção com ênfase na limpeza, conservação dos espaços que compõem a instituição de ensino e atividades laborativas no restaurante universitário, sendo comum em alguns momentos a troca de empresas responsáveis por tais atividades. Isso implica no desligamento dos trabalhadores e posterior recontração por outra empresa que substitui a anterior, o que gera instabilidade na execução de tais serviços e no pertencimento destes trabalhadores no cotidiano institucional.

A terceirização, bem como a contratação de trabalhadores por tempo determinado, evidencia a flexibilização das relações e condições de trabalho decorrentes das reconfigurações neste âmbito em curso, desde a crise contemporânea do capital, iniciada nos anos de 1970, que repercute em toda a classe trabalhadora³⁷. Não foram identificadas assistentes sociais na condição de trabalhadoras terceirizadas, mas a julgar pela conjuntura,

37 Segundo Alves e Antunes (2004), a classe trabalhadora incorpora “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. [...] A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part-time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados” (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 342).

pelos sucessivos cortes de recursos e pela precarização que tem marcado a gestão do serviço público³⁸, essa situação pode estar à espreita.

Sob o discurso de expansão do emprego, a flexibilização se concretiza nas relações estabelecidas nas diversas modalidades de contratação do trabalhador como: terceirizado, subcontratado, temporário, dentre outros. Para Alves e Tavares (2006, p. 436), “a flexibilização, geralmente apresentada como geradora de emprego, é uma das mais eficientes modalidades de exploração do trabalho já utilizadas pelo capital”, privando grande parte da classe trabalhadora dos direitos sociais, ainda previstos em lei.

No quadro a seguir, iremos destacar as ações realizadas pelas assistentes sociais articuladas com outros profissionais que compõem a equipe multiprofissional na assistência estudantil.

Quadro 17: Formas de articulação da equipe multiprofissional nas ações da assistência estudantil

38 A Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, tendo por objetivo limitar as despesas dos três poderes que integram o governo, além do Ministério Público e da Defensoria Pública da União pelo período de 20 anos, utilizando para realizar tais mudanças, o antigo discurso da superação da crise econômica. No caso do teto de gastos ultrapassar os limites estipulados ao poder executivo e aos demais órgãos previstos nesta Emenda, fica suspenso conforme consta no artigo 109, até o retorno das despesas dentro do respectivo limite, as seguintes ações: I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor desta Emenda Constitucional; II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios; V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV; VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares; VII - criação de despesa obrigatória; e VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal (BRASIL, 2016).

Instituição	Ações articuladas realizadas pela equipe multiprofissional	Profissionais que participam
UFRRJ	Estudos de caso; na transcrição de dados referente à avaliação socioeconômica feita por outra Pró-reitoria; processo seletivo da assistência estudantil, para acesso às modalidades de auxílios e bolsas.	Psicóloga; Técnico em Assuntos Educacionais; Assistente Social;
Cefet/RJ	Atuação conjunta: em processos socioeducativos e na parte pedagógica; e na recepção dos documentos no decorrer do processo seletivo para acesso às modalidades de bolsas e auxílios ofertados pela assistência estudantil.	Campus Itaguaí: Assistentes Sociais; psicólogas administrador; Campus Maracanã: Assistentes Sociais Técnico em Assuntos Educacionais; Pedagogos; Auxiliar Administrativo.
CPII	Processo seletivo da assistência estudantil; e em outros momentos também participação em processos socioeducativos e na parte pedagógica.	Técnicos em Assuntos Educacionais; Pedagogos, professores (depende de cada <i>campus</i>)
IFF	Articulação ensino e assistência estudantil; formulação de planos de permanência pela equipe multiprofissional, Pró-Reitoria trabalham permanência e risco, participação em Conselho de Classe - COC	Assistente de alunos; Técnico de enfermagem; Nutricionistas, pedagogos e Direção de ensino (só ocorre no <i>campus</i> Santo Antônio de Pádua)

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados no quadro acima revelam que as ações realizadas pelas assistentes sociais no cotidiano de trabalho na assistência estudantil, nem sempre ocorrem de forma articuladas com outros profissionais que compõem a equipe multiprofissional. Apenas as profissionais de Serviço Social da UFRRJ, Cefet/RJ, CPII e IFF relataram realizar ações articuladas, enquanto que a Unirio, UFF, UFRJ e IFRJ mencionaram não haver a mesma articulação.

Cabe destacar que o IFF mostra a preocupação com a permanência dos estudantes e a necessidade de formular planos de intervenção, haja vista ser grande o risco de evasão.

Outra forma de articulação com a equipe multiprofissional, mencionada pelas profissionais de Serviço Social do IFF e CPII, ocorre através da participação no Conselho de Classe - COC³⁹. Este se constitui como espaço socioeducativo, de discussões e de tomadas de decisão que deveriam ser pautadas por critérios qualitativos que não se restrinjam a avaliação somente do discente e sua trajetória no âmbito escolar, mas também do trabalho realizado pelo docente, sua interação pedagógica e a metodologia utilizada pelo docente para avaliar o desempenho do estudante nas disciplinas, dentre outros (TRINDADE, 2019).

Ressaltamos que somente no CPII encontramos ações que envolvam docentes em intervenções conjuntas. Entendemos que desse modo, promover espaços de articulação,

39 Órgão deliberativo, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e do Regimento escolar. [...] É o momento em que docentes, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes (TRINDADE, 2019, p. 180 - 181).

ações e reflexões junto aos docentes pode contribuir para ressignificar o olhar dos mesmos sobre as dificuldades apresentadas pelos estudantes na sua trajetória escolar e acadêmica, o que poderá resultar em um trabalho coletivo multiprofissional e interdisciplinar direcionado ao atendimento das necessidades estudantis desde o acesso, permanência e conclusão do ensino em seus diversos níveis.

Mas afinal, quais os sentidos, desafios e potencialidades do trabalho em equipe multiprofissional? É necessário que o trabalho das assistentes sociais e demais profissionais inseridos na assistência estudantil, não se esgote no atendimento individual e particularizado, devendo estar articulado de forma ampliada e coletiva.

Em relação ao trabalho das assistentes sociais no campo da educação, para além das ações desenvolvidas para responder às demandas estudantis, é essencial também o planejamento e realização de atividades

[...] junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2012, p. 38) .

Compreendemos que as múltiplas expressões da questão social, podem se refletir em todas as dimensões (objetivas e subjetivas) da vida da população demandante das ações implementadas na assistência estudantil, exigindo intervenções articuladas com a equipe multiprofissional da instituição e da rede socioassistencial. Nessa direção, a questão social, se é objeto de preocupação de ação das assistentes sociais, não é objeto exclusivo de sua responsabilidade” (VASCONCELOS, 2003, p. 435).

Pensar ações articuladas com a equipe multiprofissional, tendem a enriquecer as respostas profissionais, haja vista os diversos saberes postos na intervenção direcionada ao atendimento das demandas dos estudantes. Soma-se a isso, a articulação dos profissionais, enquanto classe trabalhadora, que pode resultar na luta coletiva que tenha como objetivo contribuir na reivindicação por melhores condições de trabalho na política de educação.

A articulação multiprofissional é fundamental, mas para além disso, é preciso destacar a importância da organização interna da profissão na instituição, definindo projetos, propostas e rotinas. No entanto, observamos que nem todas as equipes realizam reuniões internas para organização do trabalho em seu cotidiano. No quadro a seguir apresentaremos os principais temas abordados nas reuniões daquelas equipes que têm essa prática.

Quadro 18: Reunião de equipe e principais temas– Serviço Social

Instituição	Principais temas	Periodicidade
UFF	Critério de avaliação socioeconômica e estudo de caso e impasses relativos a demandas de atuação de assistentes sociais em outras frentes de trabalho.	Sempre que necessário
Unirio	Crítérios para ingresso na assistência estudantil; contrapartidas estudantis; bolsificação, fluxo contínuo do processo de inscrição, não participação do Serviço Social no planejamento do programa.	Sempre que necessário
UFRJ	Discussão de casos, processos seletivos e processo de trabalho.	Semanal
UFRRJ	No momento da entrevista só tinha uma Assistente Social em exercício.	
Cefet/RJ	Não realizaram reunião no ano que foi feita a pesquisa.	
CPII	Não realizaram reunião no ano que foi feita a pesquisa.	
IFF	Análise socioeconômica, construção de barema*, editais, projetos de intervenção, informatização, compartilhamento de angústias e assistência estudantil.	Mensal
IFRJ	Análise institucional, orçamento, estratégias de intervenção e articulação política.	Mensal

Fonte: Elaboração própria.

* Conjunto de dados como referências numéricas de pontuação que apresentam o resultado com base nos cálculos das pontuações obtidas.

Observamos que somente três equipes têm encontros regulares de discussão de trabalho. Em relação aos temas abordados nas reuniões, como destaque central, observamos a preocupação com a organização do processo de trabalho referente à inscrição, seleção e acesso dos estudantes às modalidades de auxílios ofertados pela assistência estudantil. Logo, foram mencionados pelas assistentes sociais: a elaboração de editais, a definição de critérios e contrapartidas estudantis, bem como a necessidade de convocar profissionais de outros setores para a realização da atividade de avaliação socioeconômica. As assistentes sociais da Unirio relataram que não participam do planejamento do programa de assistência estudantil e ressaltaram a bolsificação na assistência ao estudante. O tema aparece nas outras equipes como elemento estruturante da política, embora não tenha sido feita a crítica a este processo, como ocorreu na referida IFE.

As profissionais de Serviço Social do Cefet/RJ⁴⁰ justificaram os motivos pelos quais não realizaram reunião de equipe no período em que foi feita a entrevista. Dentre outras razões, pela necessidade de priorizar a organização do trabalho direcionado à regulamentação e estruturação da assistência estudantil. Em relação ao CPII, não constam informações sobre os motivos pelos quais não realizaram reunião de equipe. Na UFRRJ, no momento da entrevista, só havia uma profissional de Serviço Social em efetivo exercício.

40 No momento da realização das entrevistas, parte significativa das assistentes sociais, estavam em afastamento integral para estudo de mestrado ou doutorado, conforme previsto na Lei n. 8.112/1990.

Outros temas como projeto de intervenção (IFF), orçamento e estratégias de intervenção (IFRJ) aparecem somente nestas instituições, no momento da realização da entrevista, apesar de sua relevância. Observamos que a ausência dos temas mencionados neste parágrafo na maioria das instituições pesquisadas, podem estar relacionadas aos seguintes fatos: (i) dificuldade de priorizar a construção do projeto de intervenção em detrimento de demandas que exigem respostas mais imediatas; (ii) distanciamento das profissionais de Serviço Social na participação da administração, distribuição e alocação do orçamento, que fica a cargo dos gestores que atuam na assistência estudantil, conforme já exposto no *item 3.4* deste estudo; e (iii) fragmentação e o isolamento do exercício profissional no espaço sócio-ocupacional em que atuam⁴¹, fragilizando a articulação com assistentes sociais de outros *campi* e demais instituições federais que vivenciam os dilemas e desafios presentes no cotidiano de trabalho.

A partir do relato das assistentes sociais, percebemos que o cotidiano de trabalho tem sido afetado por um movimento contraditório e combinado que se evidencia, de um lado, pelo aumento da demanda e de outro pelo quantitativo reduzido de profissionais para dar conta, especialmente, de realizar atividades de seleção e avaliação socioeconômica de estudantes, o que evidencia a dificuldade de realizar outras ações. Por conseguinte, há forte tendência de redução do trabalho da assistente social à bolsificação da assistência estudantil.

O compartilhamento de angústias também foi mencionado na reunião das assistentes sociais do IFF. Embora não seja especificamente um tema relativo ao desenvolvimento do trabalho, este pode representar um momento comum que ocorre durante as reuniões de equipes diante de fatores estruturais internos e externos, como por exemplo: intensificação do trabalho, pressão para cumprimento de prazos e para dar respostas à fiscalização dos órgãos de controle, recursos materiais e humanos insuficientes para atender às demandas da assistência estudantil, culpabilização para si, de situações que independem da sua vontade, entre outros aspectos que podem repercutir negativamente na construção do trabalho.

Para além das reuniões de equipe, o Projeto de Intervenção é outro elemento que organiza e estrutura o trabalho da assistente social. Trataremos dele no item a seguir.

41 É relevante lembrar que, em parte significativa dessas instituições (principalmente nos institutos, Cefet/RJ e CP11), as assistentes sociais estão distribuídas em múltiplos *campi* - não concentradas, portanto, no campus-sede - e, nestes casos, quase sempre sendo as únicas assistentes sociais da unidade. Além disso, principalmente no IFF, IFRJ e Cefet/RJ, ocorre um distanciamento geográfico muito substantivo entre cada campus.

Quadro 19: Serviço Social e Projeto de intervenção

Instituição	Situação	Tempo de existência/em construção
UFF	Possui, está em andamento.	Desde 2018
Unirio	Não possui projeto de intervenção.	-----
UFRJ	Possui, está em andamento.	Desde 2018
UFRRJ	Em processo de construção.	Desde 2017
Cefet/RJ	Possui. Finalizado e em execução nas unidades Maracanã e Itaguaí. Sem informação em outras unidades	03 anos
CPII	Não possui projeto de intervenção.	-----
IFF	Em processo de construção	Desde 2017
IFRJ	Não possui projeto de intervenção.	-----

Fonte: Elaboração própria.

A partir das informações sistematizadas no quadro acima, as instituições Unirio, IFRJ e CPII não possuem projeto de intervenção que expresse e direcione as ações profissionais, enquanto que a UFF, UFRRJ e o IFF, as assistentes sociais relatam que iniciaram a construção do referido projeto, mas até o momento da realização da entrevista não tinham conseguido finalizá-lo. Podemos observar que concretamente, das 08 (oito) instituições pesquisadas, apenas 02 (duas) - o Cefet/RJ e a UFRJ - possuem projeto de intervenção finalizado e em execução. Identificamos que a construção de projeto de intervenção nas instituições pesquisadas é experiência desafiadora, possivelmente em função de um cotidiano de trabalho intenso e marcado por muita burocracia.

O momento da construção do projeto de intervenção se constitui como uma das possibilidades de suspensão do mecanicismo diário, pois pode trazer reflexão, proposição e (re)avaliação das ações e respostas profissionais que até então vinham sendo exercidas. Além disso, também é uma ferramenta que possibilita uma sistematização e nitidez das divergências e confluências entre projeto profissional e projeto institucional, objetivos, papéis, perspectivas e valores.

Os projetos de intervenção são instrumentos de planejamento e de implementação de propostas de trabalho das assistentes sociais nas instituições. Pressupõem uma vivência institucional e a identificação de um tema/problema a ser abordado para produção de conhecimento/reflexões que podem impactar na qualidade do serviço prestado. Podem ser executados por uma profissão ou por equipe multiprofissional.

A capacidade de projetar e definir teleologicamente o que se quer como resultado final do processo de trabalho é o que distingue os seres sociais dos seres naturais. No entanto, só é possível no e através do trabalho. Ou seja, no contato com o real, com o que se quer transformar (MARX, 2013). Embora devamos considerar que condições de trabalho desfavoráveis podem impactar negativamente na capacidade propositiva e teleológica das profissões, ter como norte o compromisso da construção de propostas profissionais deve ser um orientador da nossa prática.

DEBATES INCONCLUSOS

Neste último item destinado a tecer as nossas considerações finais, queremos mencionar algumas reflexões tangenciadas anteriormente, mas que ainda merecem destaque. Outras ainda, podem ser objeto de análise mais pormenorizada em estudos futuros. Por isso, depois de alguns anos de experiência de trabalho conjunto como assistentes sociais, atuando na política analisada, comprometidas com a sistematização e reflexão, fundamentadas na teoria social crítica e nas normativas do Serviço Social sobre suas práticas na assistência estudantil, dissemos muito, mas sabemos que há muito a dizer e fazer. Logo, destacamos que a escolha do título desse item não é ocasional.

Diante da realidade em movimento, de um trabalho que estava em fase de estruturação em uma política recente, dotada de frágil base legal, em equipes em que o trabalho multiprofissional estava em construção, em instituições muito tradicionais como escolas e universidades, em anos de muitas regressões e desafios, os dados aqui apresentados estão e são inconclusos. Portanto, reforçamos, há muito a pensar, dizer e fazer, diante de uma realidade sempre em movimento e cientes de que nenhuma totalidade é alcançável. Apenas, buscamos aqui apresentar o quadro mais totalizante possível da realidade de trabalho na rede federal do estado do Rio de Janeiro em determinado contexto social, político e histórico.

Inicialmente, é preciso dizer que pensar a realidade profissional é desafio e compromisso constante. Também é preciso dizer que estamos diante de um novo momento da política de assistência estudantil, especialmente, construída por equipes jovens, que ingressaram nas instituições formadoras nos últimos dez anos e que encaram o desafio de compreender e atuar de forma técnica, ética e política nesses espaços de trabalho. Alguns destes profissionais também se encontram em processo de aprofundamento de suas práticas, estudos e funções nos territórios que ocupam, construindo diálogos com sujeitos coletivos, tais como os estudantes organizados, famílias, movimentos sociais. Por tudo isso, afirmamos ser necessário realizar novos encontros, articulações, indagações e novas pesquisas.

Outro aspecto a ser ressaltado é que o universo sobre o qual nos debruçamos, ou seja, a política de assistência estudantil na rede federal de ensino do estado do Rio de Janeiro, tem sofrido muitos impactos da conjuntura mais geral do país. O desenrolar de tais impactos ainda não são integralmente conhecidos, visto que alguns são recentes e terão um longo caminho para seu desenvolvimento pela frente, a depender da correlação de forças.

Cumpre-nos lembrar de forma bem ampla alguns destes acontecimentos dos últimos anos que se refletem em maior ou menor medida na execução da política de assistência estudantil da rede federal de ensino: golpe jurídico, parlamentar e midiático de Estado em 2016, vigência da Emenda Constitucional nº 95; eleição do governo de Jair Bolsonaro e

sua marca regressiva de direitos sociais, ampliação dos cortes de recursos para a política educacional¹, negacionismo, desqualificação do pensamento científico, anti-intelectualismo, além da pandemia de COVID-19 e seus revezes, situados entre o necessário isolamento social e a falta de organização política para minimizar seus efeitos.

Postas estas ponderações iniciais passaremos a abordar os assuntos que nos pareceram inconclusos, sem a intenção de sermos prescritivos ou de esgotá-los. Nosso desejo é fomentar o debate.

O primeiro assunto diz respeito a uma visão reduzida da assistência estudantil que focaliza o trabalho da assistente social na transferência de recursos, no acesso a auxílios eventuais e nas tarefas imediatas relacionadas aos mesmos. Algumas dessas atividades são fora das nossas competências e atribuições profissionais, como as ações de ordem administrativas relativas às folhas de pagamento, por exemplo. Além disso, o cumprimento de prazos, as orientações do MEC através de ofícios direcionados às instituições federais, sugerindo critérios mais pautados na renda do que nos aspectos sociais, corroboram para o exercício de uma atividade mais burocrática e restrita à análise de documentos². Reconhecemos as imposições institucionais para que as assistentes sociais assumam tais atividades/tarefas, quer seja por sermos identificadas, equivocadamente, como “profissionais da assistência social” ou como melhor habilitadas para lidar com temas como a pobreza e as dificuldades materiais.

Este debate nos remete à reflexão sobre um tema que muito mobiliza as equipes atuantes na rede federal, por sua intensa presença no cotidiano profissional: a avaliação socioeconômica. Esta atividade tem sido uma das condicionalidades para ingresso nos programas de assistência estudantil, buscando garantir a permanência através das modalidades de auxílios financeiros e não financeiros, previstos nos programas de assistência ao estudante das instituições de ensino federal. Sobre o tema dialogamos com Miotto (2009, p. 494, grifos nossos):

como toda ação profissional, o estudo social coloca muitos dilemas e desafios aos assistentes sociais, pois ele se movimenta no terreno da contradição: das contradições inerentes ao sistema capitalista que são geradoras das múltiplas expressões da questão social e das contradições presentes no cotidiano do trabalho profissional, que são vinculadas ao embate de projetos societários antagônicos. **Para transitar no terreno da contradição, exige-se tanto competência teórico-metodológica como ético-política.** Elas são necessárias para a análise da conjuntura na qual os estudos sociais se inserem, **a fim de que não se reduzam à efetivação de processos seletivos e nem sejam realizados de forma simplista e desqualificada.**

1 A Andifes destacou ao longo dos últimos anos, diversos bloqueios de recursos destinados à rede federal de educação. O mais recente, datado de outubro de 2022, está em suspenso em pleno período eleitoral, em função das mobilizações em contrário, mas não há nenhum impedimento para que a conduta seja retomada ao final deste processo. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=94485> Acesso em: 27 out. 2022.

2 Exemplo que revela esta tendência é a proposição de uma reformulação do Decreto PNAES no ano de 2021, apontando para uma restrição maior do nível de abrangência do programa bem como redução do nível de autonomia de sua execução das IFEs com rebatimentos diretos para os profissionais que atuam e, dentre eles, os assistentes sociais.

Verificamos que as formas de condução da análise são diversas, podendo contar com apoio de programas computacionais, com o suporte de equipes multiprofissionais ou ser feita exclusivamente por assistentes sociais, de forma *artesanal*, por meio do recebimento de documentos físicos e sua verificação manual, segundo critérios pensados pelas equipes. O que tais experiências têm em comum são o volume de trabalho e sua burocracia. Observamos, ainda, que essa atividade está focada no estudo da documentação, dificultando condições para realização de contato e acompanhamento de estudantes ou de realização de análises complementares, como entrevistas, conforme observado na ampla maioria das IFEs de nosso estudo.

Assim, considerando os dados pesquisados entendemos ser possível afirmar que estamos realizando avaliações socioeconômicas e não estudos sociais. Certamente, não queremos culpabilizar as equipes de trabalho, mas problematizar o contexto em que a centralização dessa competência no trabalho das assistentes sociais acontece. Em nossos debates inconclusos nos colocamos questões que consideramos fundamentais e que nos ajudam a pensar as avaliações socioeconômicas: por vezes não concordamos em compartilhar a atividade de análise documental com outros profissionais, pressupondo que tal tarefa é por nós desempenhada de forma mais adequada? Avaliação socioeconômica é o mesmo que estudo socioeconômico ou o segundo pode ou não compor o primeiro? Logo, que tipo de avaliação/seleção estamos fazendo? Se as análises documentais têm prevalecido nas avaliações socioeconômicas, quais as razões para não compartilhá-las com outras profissões? Que princípios têm direcionado a referida atividade? Se estamos restritas às análises documentais, como podemos debater essa tarefa com as equipes de trabalho, buscando dividir atividades e otimizar ações? Seria esse o caminho para ampliar os direitos parcamente conquistados? Ficam as provocações para a categoria de assistentes sociais. Portanto, é fundamental também incluir este debate nas instâncias da formação profissional e nos espaços de qualificação continuada.

Decerto, questionar o processo em curso e pensar estratégias de resistência não são tarefas simples. Neste sentido, não possuímos respostas às inúmeras indagações propostas acima, porém a questão central deve ser: de que forma o Serviço Social brasileiro pode contribuir com a política educacional, na sua afirmação como direito social, democrático e subjetivo, especialmente no acesso e na permanência?

Esta é uma questão teórica, técnica, ética e política capaz de nortear todo o processo de debates acerca da condução do nosso exercício profissional. O resultado de nosso trabalho revela que as bolsas são fundamentais para responder a algumas demandas, mas não são a única estratégia no âmbito da materialização de direitos e da permanência.

Para além dos desafios, quais são as possibilidades que a realidade nos apresenta? Ao nosso ver, todo o trabalho deve estar fundamentado na análise do perfil dos estudantes e no diálogo com os mesmos. Será a partir disso, que os profissionais serão capazes de identificar questões e conseqüentemente realizar o acompanhamento do estudante, para além da análise documental.

O que queremos reforçar é que as assistentes sociais deveriam ter condições de acompanhar estudantes e isso não diz respeito, exclusivamente, ao número de profissionais presentes nas instituições. Os limites, também, estão colocados pelo próprio formato da política, que é focalista, seletiva e burocratizada. Dessa forma, o nosso trabalho não se reduziria à execução sistemática e constante de editais ao longo dos semestres. Pelo contrário, poderia servir de subsídio para elaborar e desenvolver outras políticas institucionais e ações, seja em conjunto com outros profissionais internamente, seja por meio de uma articulação interinstitucional.

Nesse sentido, encontra-se subjacente a tais questões a necessária articulação na assistência estudantil para além dos profissionais de Serviço Social, buscando um fomento das atividades realizadas por equipe multiprofissional. Esta articulação da equipe está para além das demandas impostas pelas instituições empregadoras. Considerando os resultados de nossa pesquisa, muito precisamos realizar nesse sentido, haja visto nossa pouca articulação dentro e fora dos limites institucionais e de profissão.

O segundo aspecto por nós destacado diz respeito à definição de uma concepção ampliada de permanência. Esta deve ser capaz de iluminar e subsidiar o entendimento da assistência estudantil, as metodologias, instrumentos e técnicas no cotidiano do exercício profissional.

Neste sentido, é necessário debater ainda mais e também explicitar as categorias e conceitos que orientam tal concepção, que já comparecem, ainda que de forma pouco delineada, entre as assistentes sociais que atuam junto à política. Neste sentido, permanência não é sinônimo de frequência. Permanecer é poder aprender e ter condições de usufruir do cotidiano das instituições em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura, esporte e lazer, com a qualidade que estas experiências demandam. Neste sentido, segundo Lima (2017, p.120) os estudantes pobres sofrem diversos constrangimentos para garantir sua permanência:

Tais constrangimentos se expressam pelos numerosos carecimentos materiais que esses discentes atravessam no seu cotidiano quanto ao transporte, à alimentação, ao material didático e à moradia ou, ainda, nos mecanismos de exclusão operados nessas instituições com base na origem de classe, na trajetória escolar, na identidade étnico-racial, nas relações de gênero e na orientação sexual.

Um terceiro aspecto que nos provoca diz respeito a duas principais concepções de assistência estudantil que estão em constante disputa. A primeira é uma concepção mais ampliada da política de Estado e de permanência, conforme descrevemos acima, a qual se vincula grande parte das assistentes sociais e alguns profissionais de outras áreas. A outra concepção é mais restrita, muito própria dos órgãos oficiais do governo, sobretudo, das instâncias deliberativas, e de boa parte da gestão das diferentes IFEs que executam a política. Esta última seria centrada na bolsificação, no caráter focalizado, em critérios de acesso restritos, não sendo vista como direito universal e não compreendendo a

necessidade de uma equipe multiprofissional à frente do trabalho para atender à diversidade de demandas que envolvem as condições de permanência. Diante das concepções em disputa, cabe-nos estimular o debate e construir coletivamente a assistência estudantil ampliada, incluindo a participação/protagonismo dos estudantes neste processo.

Além disso, outro elemento importante diz respeito à participação /protagonismo dos estudantes. Para tanto, precisamos nos aproximar, apreender o que estes atores pensam e demandam, como estão organizados tanto em entidades grandes como um DCE/grêmios e aqueles que não estão nestes modelos tradicionais de organização. Ademais, devem ser consideradas as particularidades relativas ao perfil estudantil: faixas etárias, os territórios nos quais estão as escolas e as moradias do alunado, nível de escolaridade, dentre outros. Como protagonistas os estudantes devem debater e definir modelos de assistência estudantil, que articulem as questões estudantis a nível cotidiano (armários, calendários, horários, avaliações etc.) e de nível macro (democracia, ampliação da participação, qualidade educacional, financiamento, etc.).

Outro aspecto está relacionado à articulação da assistência estudantil com outras políticas. Neste sentido, é preciso dizer que as ações desenvolvidas no âmbito da política de assistência estudantil não substituem as demais políticas como assistência social, saúde, transporte, moradia, que devem estar articuladas de forma complementar.

É frequente localizarmos no discurso do senso comum a retórica que remete ao campo educacional a possibilidade de resolver boa parte dos problemas sociais e econômicos do país. Por um lado, deposita-se na educação a esperança e possibilidade de conferir um futuro melhor, mas, por outro, não há construção e fornecimento de condições mínimas que possam sustentar essa alta expectativa.

Considerando que ao tratarmos do Brasil, que é um país que convive historicamente com altos índices de desigualdades sociais, raciais e econômicas, não parece ser razoável imputar a somente uma das políticas sociais o saneamento de todas as mazelas decorrentes da questão social (LIMA, 2021). Nesse sentido, em nosso entendimento, não reside somente na educação a potencialidade de enfrentamento das questões aludidas. No entanto, há que se destacar que historicamente o espaço escolar/universitário tem se constituído como local de proteção social, sobretudo, se considerarmos que os alunos passam boa parte de seu tempo nela e, em alguns casos, acaba sendo a política que favorece o acesso a outras políticas.

A assistência estudantil, por estar diretamente vinculada à política de educação, vem assumindo um papel relevante no acesso e permanência dos estudantes, sobretudo nas IFEs. No entanto, do mesmo modo não deve lhe ser imputado o papel de sanar todas as questões postas pelo alunado. Ressaltamos aqui a complexidade das demandas apresentadas pelos estudantes que vão desde questões que permeiam o ambiente escolar/universitário à situações externas, conforme a presente pesquisa demonstrou: dificuldades de aprendizagem, evasão estudantil, violência no ambiente escolar/universitário,

homofobia, racismo, machismo, déficit de transporte escolar, desemprego familiar, emprego precarizado, violência doméstica, moradia precária, uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, dentre outras.

Assim para dar conta mais efetivamente da complexidade das demandas estudantis, seria necessário não somente ter preferencialmente uma atuação interdisciplinar, mas também, uma articulação intersetorial no âmbito das políticas públicas. Ou seja, na educação, a assistência estudantil deveria ser pensada constantemente articulada com as demais políticas, a saber: saúde, assistência social, previdência, habitação, dentre outras. Dentre os elementos que impactam, nas condições de permanência e de aprendizado, podemos destacar a presença de doenças crônicas no círculo familiar; sobrecarga de trabalho feminino; desemprego; mobilidade urbana; ausência ou deficiência de suporte da rede de cuidados. Desse modo, torna-se crucial a necessidade de interlocução com outras políticas sociais no sentido de amenizar os impactos na vida escolar/universitária do estudante.

Neste sentido, vivenciamos um cenário de profundos e progressivos cortes orçamentários não somente para a política educacional, mas para o conjunto das políticas sociais, o que torna ainda mais inviável imputar apenas à assistência estudantil a responsabilidade por responder por todas as demandas estudantis isoladamente.

Por fim, para reforçar a importância da articulação das diferentes políticas, cabe destacar o quanto o aprendizado tem relação com as condições de vida indo além das quatro paredes de uma sala de aula. Há diversos aspectos atinentes à dinâmica familiar que podem impactar direta ou indiretamente nas condições de permanência - aqui nos referimos tanto à possibilidade de frequência regular às aulas, à participação em atividades extracurriculares e também à rotina/disciplina de estudos.

Outro elemento inconcluso em nossa reflexão diz respeito à importância da abordagem da política da assistência estudantil, resgatando-a como direito fundamental, necessariamente articulado às lutas pela educação.

O PNAES, instituído pelo Decreto 7234 de 2010, tem como finalidade ampliar através da implementação de um conjunto de ações, as condições de permanência e conclusão do ensino dos discentes matriculados nas instituições federais de educação

Pensar a materialização das ações previstas no PNAES articuladas às necessidades estudantis, pressupõe considerar: a pauta dos movimentos coletivos e representações dos estudantes nos fóruns e demais espaços de tomadas de decisão; a gestão participativa dos recursos orçamentários destinados à assistência estudantil; avaliação a ser realizada pelos estudantes das ações ofertadas aos próprios e a participação dos trabalhadores que compõem a equipe multiprofissional na assistência estudantil das instituições federais, na proposição de alternativas coletivas, para além do que está posto na realidade institucional.

Segundo Lima (2017), o PNAES, encontra no cenário atual duas perspectivas: uma centrada na lógica neoliberal pautada na focalização, subfinanciamento, bolsificação e monetarização das ações ofertadas no âmbito da política de assistência estudantil; e outra perspectiva se refere ao PNAES na concepção do movimento estudantil, que defende a assistência estudantil como um “direito e a institucionalização de políticas de permanência para os discentes é compreendida na sua potencialidade de incorporar o conjunto de estudantes, afirmando a universalidade da cobertura das ações” (LIMA, 2017, p. 141).

Assim se faz necessário a utilização dos recursos orçamentários recebidos pelo PNAES, direcionados ao atendimento das prioridades dos discentes matriculados nas instituições de ensino federal, considerando nesse processo as pautas reivindicatórias dos movimentos estudantis e suas representações expostas nos fóruns e demais espaços coletivos de discussão e tomada de decisão intra e extrainstitucional, pois podem revelar demandas, antes reprimidas no espaço educacional.

A avaliação da política de assistência estudantil pelos discentes demandatários e pelos trabalhadores envolvidos em sua gestão, formulação e execução é primordial para que se avance de forma coletiva no processo de transformação dessa política em direito universal, ultrapassando a sua regulamentação atual prevista em Decreto, para sua materialização em Lei.

Por fim, gostaríamos de encerrar este item com a apresentação das expectativas das equipes de Serviço Social entrevistadas em nossa pesquisa sobre o desenrolar da política de assistência estudantil nos próximos anos. Embora tenham sido em períodos diferentes³, todas foram realizadas após o golpe que resultou no processo de impeachment da presidente Dilma Roussef e início da vigência do governo ilegítimo de Michel Temer. Somente com estes aspectos, já se desenhava no horizonte mais próximo do país um cenário de profundas mudanças na direção de regressão de um conjunto de direitos sociais. Nesse mesmo período, também foi aprovada a contrarreforma do Ensino Médio e a Emenda Constitucional n. 95 que instituiu um teto para os gastos com despesas primárias do Estado Brasileiro, além de um conjunto de outras legislações de caráter regressivo. A referida Emenda Constitucional impacta diretamente no conjunto das políticas sociais, pois em pouco tempo o Estado não terá condições de garantir a continuidade de toda estrutura existente em termos de políticas sociais, muito menos a criação de outras ações, pois o financiamento já insuficiente tende a ser cada vez mais restrito.

Nesse sentido, de modo geral, não há uma avaliação positiva pelas equipes de assistentes sociais da política de assistência estudantil para os próximos anos, no sentido de avançar na garantia das condições de permanência. Nesta direção, vislumbram algumas tendências no horizonte: exigência maior de realização de análises socioeconômicas, no sentido de controle e fiscalização da pobreza, ou seja, tendência de ser tornar ainda mais seletiva; redução dos recursos para a política e conseqüente redução das ações;

³ Lembramos que as entrevistas foram realizadas entre os anos de 2017 e 2019.

possibilidade de desregulamentação ou perda da direção da política; ou ainda, a possibilidade de sua extinção.

Todo o cenário delineado brevemente é agravado com a eleição do presidente Jair Bolsonaro no último pleito eleitoral, o que vem se traduzindo em constantes ataques à educação, seja na forma de cortes orçamentários, seja nas disputas ideológicas que interferem na condução da política.

Somente uma equipe entrevistada expressou uma visão um pouco mais otimista, embora reconhecesse a possibilidade de enfrentar desafios em função dos recursos disponíveis para os próximos anos para a política. Assim, identificaram a necessidade de amadurecer a concepção de assistência estudantil e construção de uma política que se pautasse na oferta de serviços, de atividades de caráter socioeducativo e que não seja restrita às bolsas.

Para além disso, embora não vislumbrem um cenário tão favorável, as demais equipes aventaram a importância de pensar estratégias para resistir num contexto mais geral: construir brechas para atuação que resultem num acompanhamento efetivo dos estudantes, como ações socioeducativas; empreender lutas para tornar o atual Decreto PNAES lei, já que existem vários projetos em disputa em tramitação - e, nesse sentido de assegurar o aparato legal existente ou que poderá ser aprovado, torna-se necessário politizar a base, ou seja, tantos os profissionais quanto os estudantes; buscar estratégias que caminhem na direção de universalização da política, o que inclui forjar táticas de ação, ampliar as discussões, o espaço e também a equipe executora⁴ a fim de garantir o acesso e permanência dos estudantes.

Finalmente, não podemos encerrar o nosso texto sem destacar, brevemente, a experiência da COVID 19 e seus impactos na política educacional. A pandemia nos atingiu quando nossa pesquisa de campo estava concluída, mas teve reflexos no nosso trabalho de sistematização e de estudos, que passaram a ser feitos de modo remoto. Além disso e muito mais importante, foram as consequências da COVID19 que aprofundaram questões históricas na educação: evasão, dificuldades de aprendizagem e baixa frequência (UNICEF, 2021).

Diante de uma atuação irresponsável e mortal por parte do governo federal e do longo período em que pandemia se desenvolveu também é importante destacar que instituições públicas de educação em seus diversos níveis de ensino, desempenharam um papel importante na amenização das expressões da questão social, como por exemplo, a fome⁵, haja vista que muitas crianças, jovens e adultos encontravam na assistência estudantil, o recurso diário e muitas vezes, o único para se alimentar.

4 Neste ponto, a equipe apontou a importância de ampliar as equipes já que no cenário atual também existe um adoecimento dos profissionais.

5 Conforme dados apresentados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania em Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) no ano de 2018 existiam 10,3 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave. No ano de 2020, esse número aumenta para 19,1 milhões de pessoas sobrevivendo em situação de fome nesse país.

Com o necessário fechamento das instituições de ensino no período pandêmico de COVID 19, em cumprimento às orientações do Comitê científico previsto em Decretos governamentais,⁶ tais situações se intensificaram. Mas, mesmo com referido fechamento das IFEs, as bolsas e auxílios estudantis anteriormente existentes foram adaptados e mantidos para atender a situação emergencial. Além disso, algumas instituições, sobretudo aquelas da educação básica, forneceram itens alimentícios ou quentinhas para inúmeras famílias.

É evidente, que nenhuma política sozinha é capaz de atender à totalidade das necessidades sociais dos estudantes, mas cada uma contribui em alguma medida para favorecer ainda que no nível básico, algum alívio na continuidade da vida nesse sistema de desigualdade, o qual se estrutura o modo de produção capitalista.

Assim, é fundamental destacar que as políticas de assistência estudantil tiveram papel relevante na sobrevivência de estudantes da Educação Básica e Superior. Há muito por fazer. As lutas por uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica, socialmente referenciada, com uma política de assistência estudantil que tem bolsas, mas que vai muito além destas, é nosso horizonte de trabalho profissional e de estudos.

6 A Portaria nº 343, DE 17 de março de 2020 dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Educação é a área mais atingida pelos cortes de Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.adunb.org/post/educa%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-a-%C3%A1rea-mais-atingida-pelos-cortes-de-bolsonaro> . Acesso em: 16 nov. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. **Andifes debate os impactos dos cortes no orçamento da Educação na Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=88195> . Acesso em: 16 nov. 2021.

_____. **Professores e dirigentes de universidades criticam cortes no orçamento da educação**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=93091> . Acesso em: 01 out. 2022.

AULETE, Caldas. Aulete digital: o dicionário da língua portuguesa. **Lexikon Editora Digital, 2020**. Disponível em: www.aulete.com.br. Acesso em: 17 set. 2022.

Belo, Amanda Silva. **A educação superior e a assistência estudantil**: requisições e respostas do trabalho do assistente social frente sua expansão no contexto de contrarreforma do Estado. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UERJ/PPGSS, 2017.

BOITO JR. Armando. **O neofascismo no Brasil**. Boletim LIERI, UFRRJ, número 1, maio de 2019. Disponível em: <https://laboratorios.ufrj.br/lieri/boletim-lieri-o-neofascismo-no-brasil/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11091.hhhtml. Acesso em: 4 fev. 2017.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS -NOB-RH/SUAS**. Disponível em <https://www.social.go.gov.br/files/arquivos-migrados/54ea65997b6c44c14aa59c27bc4946a1.pdf> Acesso em 2 mai. 2022.

_____. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.hhhtml. Acesso em: 4 fev. 2017.

_____. Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 4 fev. 2017.

_____. Decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 4 fev. 2017.

_____. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 4 fev. 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Portaria Normativa n. 18 de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto n o 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Diário Oficial da União**. Brasília, 15 out. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 4 fev. 2018.

_____. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**. Brasília, 29 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 4 fev. 2017.

_____. Emenda Constitucional n. 95 de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 4 fev. 2017.

_____. Lei n. 13.935 de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019-232942408>. Acesso em: 29 nov. de 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília: CFESS/CRESS, 2012.

_____. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2012.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do Reuni: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

CROSARA, Daniela de Melo & SILVA, Leonardo Barbosa. **A assistência estudantil em debate: análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro**. Curitiba: Publishing, 2020.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro: FSS/UERJ, n. 20, p. 57-68, 2007.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LIMA, Gleyce Figueiredo. **Educação pública e combate à pobreza: a política de assistência estudantil no IFRJ/Campus São Gonçalo (2008-2015)**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, ESS/UFRJ, 2017.

MACHADO, Maria Helena; MEDICI, André César; NOGUEIRA, Roberta Passos e GIRARDI, Sábado Nicolau. **O mercado de trabalho em saúde no Brasil: estrutura e conjuntura**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), 1992.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, volume 1, cap. 05. Ed. eletrônica. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIOTO, R. C. Estudos socioeconômicos. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.481-496.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. 2 ed. São Paulo, 2008.

PEREIRA, C. P. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

PRADA, Talita. **O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2015. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, PPGPS. Vitória

_____. GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 304-325, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0304.pdf> Acesso em: 22 out. 2017.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, 11 (1), p. 116 – 128, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberamericana/N%C3%83%C6%92O%20https://www.scimagojr.com/index.php/fass/article/view/11647>. Acesso em: 18 out. 2021.

PENSSAN, REDE. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf . Acesso em 18 abr. de 2022.

SILVA, Lucília Carvalho da. **A Entrada dos Trabalhadores nos Institutos Federais pela via dos Cursos de Formação Inicial e Continuada:** uma análise sobre a educação dos mais pobres. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Niterói, Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

SIMÕES, Carlos. Na Ilha de Robinson: a autonomia profissional no liberalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 99, 2009.

SOARES, Gilvana Galeno; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. O Programa TEC NEP e sua implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. In: **Revista Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 54, p. 42-62, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/10016/6577>. Acesso em: 29 nov. 2020.

TRINDADE, Arlene Vieira. **A Permanência Estudantil:** uma análise da primeira turma de ensino médio integrado e a política de assistência estudantil no Cefet/RJ- *campus* Maria da Graça. Dissertação de Mestrado, Niterói, ESS/UFF – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, 2019.

UNICEF. **Cenário da exclusão escolar no Brasil.** Um alerta sobre os impactos da epidemia de COVID19 na Educação. Abril, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf> Acesso em 28 jul .2021.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** – 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Sítio eletrônico consultado:

- PLATAFORMA, NILO PEÇANHA. Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. SETEC/MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ASSISTENTES SOCIAIS

Pesquisas: “Mapeamento interinstitucional sobre o exercício profissional de assistentes sociais na política de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino do estado do Rio de Janeiro” e “A assistência estudantil como política de permanência e pertencimento:

conhecendo e aproximando experiências”.

Prezado(a) Assistente Social,

Você foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar das pesquisas intituladas “Mapeamento interinstitucional sobre o exercício profissional de assistentes sociais na política de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino do estado do Rio de Janeiro” e “A assistência estudantil como política de permanência e pertencimento: conhecendo e aproximando experiências” que têm como principal objetivo sistematizar os principais limites ao desenvolvimento do exercício profissional de assistentes sociais na política de assistência estudantil e discutir as diversas alternativas possíveis no cenário atual. Suas respostas serão tratadas de forma **anônima** e **confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar os indivíduos que dele participaram. As pessoas, por acaso, referidas durante a entrevista também terão suas identidades mantidas em sigilo. Os dados coletados serão utilizados apenas nestas pesquisas e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. A sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. As entrevistas poderão ser gravadas e, nesse caso, posteriormente, será realizada a transcrição das mesmas. As gravações serão destruídas após 5 anos do término da pesquisa. Você não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/ e-mail do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Eu _____

abaixo assinado(a) concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas.

(Nome do/a entrevistado/a)

(assinatura)

(data)

(Nome do/a pesquisador/a)

(assinatura)

(data)

Responsável pela pesquisa: Aline Miranda Cardoso.

(Nome do/a pesquisador/a)

(assinatura)

(data)

Responsável pela pesquisa: Simone Eliza do Carmo Lessa.

ARLENE VIEIRA TRINDADE - assistente social, com experiência na área de Serviço Social e Educação, com ênfase em políticas públicas e educação profissional. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2006). Pós-graduação em Políticas públicas e planejamento educacional (2010). Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense (2019). Atualmente é assistente social do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e integrante do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura - o Serviço Social na assistência estudantil (Numar).

ALINE MIRANDA CARDOSO - assistente social com experiência na área de assistência estudantil. Graduada em Serviço Social pela UFRJ, Mestre em Serviço Social pela UERJ Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Assistente social do Instituto Federal do Rio Janeiro e integrante do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura - o Serviço Social na Assistência Estudantil (Numar).

CAMILA NOGUEIRA CHAVES MESQUITA - assistente social com experiência na área de saúde e assistência estudantil, com ênfase no ensino superior. Doutoranda e Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura - o Serviço Social na Assistência Estudantil (Numar).

JÉSSICA OLIVEIRA MONTEIRO - assistente social com experiência na área de assistência estudantil na educação básica e superior. Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Assistente Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, em movimentação funcional para o Instituto Federal Fluminense.

JONATAS LIMA VALLE - assistente social com experiência nas áreas de saúde, assistência social e educação. Graduado na UFF Niterói, mestre e doutor em Serviço Social pela UERJ. Assistente Social da Coordenadoria de Assistência Estudantil do CEFET/RJ e integrante do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura - o Serviço Social na Assistência Estudantil (Numar).

PATRICIA LIMA DO NASCIMENTO - assistente social com experiência na política de assistência social e na área de assistência estudantil, vinculada à política de educação superior. Mestre e doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Assistente Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e integrante do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura - o Serviço Social na Assistência Estudantil (Numar).

SIMONE ELIZA DO CARMO LESSA - assistente social com experiência na área da educação, especialista em Política Social (UERJ), Mestre em Educação (UFF), Doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora Associada do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Coordenadora do NEEAE - Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil.

O trabalho das assistentes sociais na política de assistência estudantil da rede federal do Estado do Rio de Janeiro

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

O trabalho das assistentes sociais na política de assistência estudantil da rede federal do Estado do Rio de Janeiro

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br